



Número: **0604298-64.2022.6.16.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Corregedor Regional Eleitoral**

Última distribuição : **20/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Relator: MARIO HELTON JORGE

Assuntos: **Abuso - De Poder Econômico**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | Procurador/Terceiro vinculado |
|---|--|
| FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ BRASIL (PT/PCDOB/PV) (INVESTIGANTE) | FERNANDO JOSE DOS SANTOS (ADVOGADO) MARIA LUCIA BARREIROS (ADVOGADO) JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI (ADVOGADO) PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU (ADVOGADO) DYLLIARDI ALESSI (ADVOGADO) LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) |
| SERGIO FERNANDO MORO (INVESTIGADO) | FABIANA BATISTA GONCALVES (ADVOGADO) PATRICIA MARINHO DA CUNHA (ADVOGADO) MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA (ADVOGADO) CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE (ADVOGADO) RODRIGO GAIAO (ADVOGADO) GUSTAVO BONINI GUEDES (ADVOGADO) |
| LUIS FELIPE CUNHA (INVESTIGADO) | FABIANA BATISTA GONCALVES (ADVOGADO) PATRICIA MARINHO DA CUNHA (ADVOGADO) MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA (ADVOGADO) CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE (ADVOGADO) RODRIGO GAIAO (ADVOGADO) GUSTAVO BONINI GUEDES (ADVOGADO) |
| RICARDO AUGUSTO GUERRA (INVESTIGADO) | FABIANA BATISTA GONCALVES (ADVOGADO) PATRICIA MARINHO DA CUNHA (ADVOGADO) MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA (ADVOGADO) CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE (ADVOGADO) RODRIGO GAIAO (ADVOGADO) GUSTAVO BONINI GUEDES (ADVOGADO) |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | |

| Documentos | | | |
|------------|---------------------|-------------------------|---------|
| Id. | Data | Documento | Tipo |
| 43609732 | 13/06/2023 09:27 | Decisão | Decisão |



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) - Processo nº 0604298-64.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ

[Abuso - De Poder Econômico]

RELATOR: MARIO HELTON JORGE

INVESTIGANTE: FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ BRASIL (PT/PCDOB/PV)

Advogados do(a) INVESTIGANTE: FERNANDO JOSE DOS SANTOS - PR110094, MARIA LUCIA BARREIROS - PR103550, JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI - PR81995-A, PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU - PR97632-A, DYLLIARDI ALESSI - PR55617-A, LUIZ EDUARDO PECCININ - PR58101-A

INVESTIGADO: SERGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA, RICARDO AUGUSTO GUERRA

Advogados do(a) INVESTIGADO: FABIANA BATISTA GONCALVES - PR77699, PATRICIA MARINHO DA CUNHA - PR74934, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA - PR114565, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - PR58425-A, RODRIGO GAIAO - PR34930-A, GUSTAVO BONINI GUEDES - PR41756-A

Advogados do(a) INVESTIGADO: FABIANA BATISTA GONCALVES - PR77699, PATRICIA MARINHO DA CUNHA - PR74934, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA - PR114565, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - PR58425-A, RODRIGO GAIAO - PR34930-A, GUSTAVO BONINI GUEDES - PR41756-A

Advogados do(a) INVESTIGADO: FABIANA BATISTA GONCALVES - PR77699, PATRICIA MARINHO DA CUNHA - PR74934, MATEUS CAVALHEIRO QUINALHA - PR114565, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - PR58425-A, RODRIGO GAIAO - PR34930-A, GUSTAVO BONINI GUEDES - PR41756-A

DECISÃO



Este documento foi gerado pelo usuário 122.***-70 em 13/06/2023 11:40:45

Número do documento: 23061309273858400000042571740

<https://pje.tre-pr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23061309273858400000042571740>

Assinado eletronicamente por: MARIO HELTON JORGE - 13/06/2023 09:27:40

Autos 0604176 e 0604298

Vistos e examinados estes autos.

Trata-se de Ações de Investigação Judicial Eleitoral, autuadas sob nº **0604176-51.2022.6.16.0000** e nº **0604298-64.2022.6.16.0000**.

1. A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL COM PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS de nº **0604176-51.2022.6.16.0000** foi ajuizada pelo **PARTIDO LIBERAL DO ESTADO DO PARANÁ – PL PARANÁ** em face do candidato ao cargo de Senador da República **SERGIO FERNANDO MORO**, do candidato a primeiro suplente **LUIS FELIPE CUNHA** e do candidato a segundo suplente **RICARDO AUGUSTO GUERRA**.

Especificamente, as alegações do investigante são as seguintes:

Houve desequilíbrio eleitoral causado pela irregular pré-campanha dos corrêus, desde o momento da filiação partidária inicial do primeiro requerido ao Podemos com lançamento de pré-candidatura ao cargo de presidente e até o resultado viciado em que os requeridos foram eleitos pelo União Brasil do pleito ao Senado Federal pelo Estado do Paraná;

Os investigados orquestraram conjunto de ações para usufruir de estrutura e exposição de pré-campanha presidencial para, num segundo momento, migrar para uma disputa de menor visibilidade, menor circunscrição e teto de gastos vinte vezes menor, carregando consigo todas as vantagens e benefícios acumulados indevidamente, ferindo a igualdade de condições entre os concorrentes ao cargo de Senador no Estado do Paraná;

Em 11 de novembro de 2021, o primeiro requerido se filiou ao Podemos, sob o motivo de lançar-se como a terceira via na disputa presidencial, sendo que para viabilizar tal projeto não foram medidos esforços, inclusive em fase de pré-campanha, com maciça cobertura midiática, realização de evento de filiação aberto ao público e televisionado, com feição de lançamento de pré-candidatura, produção de vídeo, estrutura robusta de comício, painel eletrônico, discursos de autoridades, *slogan* de campanha, exposição de propostas de governo e, segundo reportagem, tal evento teria custado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

No referido partido, o primeiro investigado foi alavancado para Comissão Executiva Nacional, como “Diretor do Núcleo de Políticas Públicas”, permanecendo como tal de 13 de novembro de 2021 até 1º de abril de 2022, tendo recebido remuneração mensal de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), totalizando R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) de pagamento nos quatro meses de permanência na legenda, tendo cumprido agenda de pré-candidato no período;

Foi disponibilizado ao primeiro requerido a dedicação de renomado publicitário e respectiva empresa – Fernando Vieira e empresa IV5 – para a preparação de Sérgio Moro para discursos e entrevistas (*media training*), bem como sua assessoria de imprensa;

Essas primeiras contratações de agência de *marketing* e produtora de vídeo não poderiam ser realizadas naquele momento, como também foi irregular a contratação da empresa SPE Comunicação 2022, no valor de R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais), assim como a empresa D7 Produções Cinematográficas Ltda., no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Em 31 de janeiro de 2022, foi anunciado pelo então presidenciável Sérgio Moro a contratação do estrategista em comunicação Pablo Nobel, especialista em campanhas presidenciais, para comandar o *marketing* de sua campanha ao Palácio do Planalto, sendo que para possibilitar o financiamento, houve a constituição, em 10 de março de 2022, de uma Sociedade de Propósito Específico denominada 2022 Comunicação SPE Ltda pelo aludido publicitário, com sede na própria residência deste, sendo que oito dias após a sua



constituição, a empresa tem seu pré-contrato assinado pelo Órgão Nacional do partido político do requerido à época com custo de R\$ 14.800.000,00;

Entre o anúncio da escolha do marqueteiro Pablo Nobel e a constituição de sua empresa 2022 Comunicação SPE Ltda., foi contratada a empresa D7 Produções Cinematográficas Ltda. para a realização do seguinte objeto contratual: “*assessoria em comunicação social, marketing e publicidade, inclusive com a criação de estratégia, produção e entrega de inserções partidárias estaduais e nacionais*”, sendo definido que a prestação dos serviços ocorreria “*desde a assinatura do contrato até o dia 31 de junho*”, tratando-se de empresa que faz parte da equipe do mesmo marqueteiro Pablo Nobel e o contrato previa a remuneração no valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com o primeiro pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de assinatura do contrato, e o saldo restante em 4 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a serem pagas em 05/04/2022, 05/05/2022, 05/06/2022 e 05/07/2022;

Justamente no meio das datas concedidas pela Justiça Eleitoral para a veiculação das referidas inserções partidárias produzidas pela equipe do marqueteiro Pablo Nobel, em 31 de março, poucos dias antes da data limite para nova filiação partidária, o Primeiro Requerido se filiou ao Partido União Brasil, sendo que as inserções da agremiação seguiram com o ex-filiado por vários dias até que as emissoras conseguissem retirá-las da programação;

A saída do partido anterior foi marcada pela descontinuidade dos contratos de marketing e produção de vídeos, sendo que em 7 de julho de 2022, a empresa D7 ajuizou Ação Monitória para cobrar os valores que entende devidos referentes aos serviços prestados à pré-campanha do primeiro requerido;

O segundo requerido e atual suplente ao senado, por meio da empresa “*Bella Ciao Consultoria*”, declarou ter sido contratado pela Fundação Partidária do Podemos para receber mensalmente R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no valor total de R\$ 360.000,00, para a elaboração de plano de governo, tendo ocorrido o pagamento de apenas duas parcelas, interrompendo-se a contratação com a saída do primeiro requerido da agremiação;

A Fundação Trabalhista Nacional (fundação partidária ligada ao Podemos) contratou pesquisas qualitativas para entender melhor o eleitorado e ajudar a formar o plano de governo do primeiro requerido, enquanto candidato à Presidência da República, no valor de R\$ 663.540,00 (seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos e quarenta reais), com claro teor eleitoral, sendo que o material compôs o conjunto de serviços que beneficiaram o primeiro requerido na elaboração de plano de governo e na definição de estratégias publicitárias;

No mesmo mês em que o primeiro requerido se filia Podemos foi contratado pela Fundação Partidária o escritório SS Advocacia – Santana Santos Sociedade individual de Advocacia, escritório de Uziel Santana Santos, o qual, em verdade, atuou como articulador político da pré-campanha de Sérgio Moro, ora primeiro requerido, junto ao público evangélico e cristão, sendo que a sociedade individual de advogado de Uziel Santana é administrada por sua esposa, Anna Helena Barrozo Pires Santana dos Santos quem assina o contrato, cujo valor é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em parcelas mensais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), se iniciando em 1º de novembro de 2021, sendo que, assim que o primeiro requerido deixou aquela agremiação, ao final de março de 2022, tal contrato também foi interrompido, reforçando a suspeita de se ter realizado, em verdade, serviços voltados apenas à pré-campanha do primeiro corrêu;

Em fevereiro de 2022, outra empresa de Uziel Santana foi contratada pela mesma fundação, o Instituto Internacional De Pesquisa E Estudos Jurídicos Em Liberdades Civis Fundamentais Ltda., de nome fantasia FCL Law & Trading, também administrada pela mesma Anna Helena Barrozo Pires Santana dos Santos, com sede no mesmo endereço da SS Advocacia para a receber exatamente o mesmo valor que o seu escritório recebia mensalmente – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo que o contrato também é abruptamente descontinuado com a saída do ex-juiz da agremiação ligada à fundação



partidária contratante;

Com a apresentação da prestação de contas eleitorais dos investigados, verificou-se a contratação da empresa SS Advocacia (Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia) para atuação durante o período eleitoral propriamente dito, corroborando a alegação defendida de ter se tratado, desde o início, de trabalho eleitoral voltado à pré-campanha;

Na mesma época da saída do primeiro requerido do Podemos, também foi encerrada a atividade do advogado Bonini Guedes iniciada com a chegada do requerido e concluída com a sua saída, sinalizando que mais uma contratação não possuía outro escopo que não a estruturação e viabilização da candidatura do investigado, já que o advogado manteve-se junto ao primeiro requerido, realizando inclusive a defesa, sem êxito, no processo em que aquele teve negada a mudança de seu domicílio eleitoral de Curitiba/PR para São Paulo/SP, além de que o causídico foi contratado para atuação jurídica na campanha ao Senado dos requeridos pelo Partido União Brasil, para atuação durante o período eleitoral propriamente dito;

Após aparecer em rede nacional de televisão nas propagandas partidárias do Podemos, o primeiro requerido voltou a aparecer na propaganda partidária na televisão, dessa vez pelo Partido União Brasil, em 1º de junho de 2022, e, em 27 de junho de 2022, com cunho eleitoral e superexposição, transbordando para o uso indevido dos meios de comunicação social;

Em 12 de julho de 2022 foi realizado outro evento de lançamento de pré-candidatura, desta vez pelo Partido União Brasil, anunciando a escolha de competir ao cargo de Senador pelo Estado do Paraná com nítido teor eleitoral, com transmissão ao vivo pela internet, coletiva de imprensa, apresentação de vídeo de antecipação de campanha, sendo que os responsáveis pela produção do vídeo não foram informados, também tendo sido divulgados, na sequência, outros vídeos nas redes sociais;

Com a data de saída dos requeridos da relação havida com o Partido Podemos em meio a acusações de falta de pagamentos e cobranças de mais valores para pré-campanha, o escritório de advocacia (Vosgerau e Cunha Advogados Associados) do segundo requerido (Luis Felipe Cunha) é agraciado com um vultoso contrato no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) pela nova sigla, o União Brasil;

O segundo investigado, Luis Felipe Cunha, - que é sócio da empresa Bella Ciao Assessoria Empresarial Ltda., que havia sido contratada pela Fundação Partidária do Podemos -, também é sócio do escritório Vosgerau e Cunha Advogados Associados, sendo que a área de Direito Eleitoral não fazia parte dos ramos de atuação daquele escritório anteriormente à sua contratação;

Fazendo-se um breve apanhado, o primeiro requerido teve à sua disposição em pré-campanha: (a) media training; (b) assessoria de imprensa; (c) planejamento de marketing; (d) produção de vídeos em ambos os partidos; (e) remuneração mensal; (f) figurinista; (g) consultoria jurídica; (h) evento de filiação e lançamento de pré-candidatura; (i) segurança privada; (j) viagens aéreas nacionais e internacionais para ele e equipe; (k) veículo blindado; (l) hospedagens; (m) exposição midiática de presidencialável; (n) protagonismo em metade das inserções de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão; (o) produção de conteúdo e estratégia de campanha; e (p) pesquisas eleitorais. Ou seja, não é um conjunto que esteja ao alcance das possibilidades do pré-candidato médio ao Senado pelo Estado do Paraná;

Os investigados se beneficiaram de vultosos investimentos em período vedado e houve inegável cunho eleitoral ao se realizarem múltiplos eventos de lançamento de pré-candidatura e produção de vídeos, sendo que a maioria dos gastos foi realizada de forma disfarçada, como se fossem contratações cujo objeto estaria direcionado e limitado a atividades partidárias;

Independentemente da origem do pagamento por tais serviços – ou até mesmo de sua inadimplência – o fato é que os requeridos se beneficiaram de serviço da equipe de



marketing por eles escolhida e o efeito perante o eleitorado ocorreu, sendo que o benefício de um serviço de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em uma pré-campanha presidencial poderia ser discutido se dentro de um patamar razoável, mas quando comparado permissão de gasto moderado para uma campanha de senador, o abuso se torna patente;

As contratações e movimentações financeiras entre partido, segundo requerido e empresas relacionadas impelem na direção de fundada suspeita de “Caixa 2”, especialmente pelo contrato de empresa de advocacia do segundo investigado pelo partido que acolhe os candidatos, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), justamente no mês da mudança partidária (abril de 2022), já que após a quitação integral das quatro parcelas de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) – consoante declarado na mídia – é que se deu o segundo evento de lançamento de candidatura;

Uma das formas de se evidenciar a gravidade dos fatos é o volume excessivo dos recursos patrimoniais utilizados em favor dos requeridos, como por exemplo os serviços para alavancar a campanha do primeiro requerido à Presidência da República que foram contratados da empresa D7 Comunicação Ltda., no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por si só, representam mais de 40% do teto de gastos da eleição à qual concorreu;

Se tal gravidade for desconsiderada, abrir-se-á precedentes hediondos para pleitos futuros, ao se relevar a estratégia de *downgrade* de cargo ao qual se pretende concorrer, como no caso em análise em que o desarrazoado volume dos gastos e a dimensão nacional e intensa da exposição verdadeiramente presidencial realizada, se traduziram em verdadeira “pá-de-cal” para as chances de concorrência minimamente igualitária entre os competidores ao Senado pelo mesmo Estado, sepultando as chances até mesmo de outros candidatos inicialmente mais bem posicionados na corrida eleitoral daquele cargo e circunscrição;

O abuso do poder econômico transbordou para a utilização indevida de veículos e meios de comunicação social, pois o estrategema de cooptar o espaço midiático de um candidato presidencial, somado ao uso de propaganda partidária para exclusiva promoção pessoal e o desdobramento desses impulsos nos algoritmos da internet, gerou uma superexposição desmedida e prematura do primeiro investigado;

O conjunto indiciário aponta para utilização de esquema de empresas para financiamento disfarçado e não contabilizado de pré-campanha, como nos casos das contratações da empresa *Bella Ciao*, do escritório SS Advocacia – Santana Santos Sociedade individual de Advocacia e do Instituto Internacional De Pesquisa E Estudos Jurídicos Em Liberdades Civis Fundamentais Ltda., de nome fantasia: *Fcl Law & Trading*;

No caso destes autos, os indícios levam à suspeita da utilização de empresa de propriedade do segundo corréu para a captação de recursos não contabilizados para a pré-campanha dos investigados ou até mesmo a cooptação do então pré-candidato de agremiação diversa, para que desistisse de sua candidatura presidencial e declarasse apoio à candidatura do então presidente do partido contratante (União Brasil), Luciano Bivar, eliminando-se um concorrente da disputa à vaga do Planalto;

Diante do caráter indisponível do bem jurídico tutelado – a lisura e a legitimidade do pleito – e da gravidade das condutas narradas, se clama pela postura proativa do douto Desembargador Relator na busca de mais provas e evidências que entender necessárias para o julgamento da causa, sendo o rito adotado – o do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 – favorável à produção de provas pelas partes e pelo ínclito magistrado relator, ainda que de ofício, nos termos do inciso VII do supra pontuado artigo da Lei das Inelegibilidades;

O conjunto probatório e indiciário destes autos pode ser complementado para persecução mais refinada da verdade real, propiciando alicerce mais firme e panorama mais nítido, fazendo-se mister a determinação de ordem de apresentação de alguns documentos que se encontram em posse de terceiros, sob pena de busca e apreensão;

Mostra-se profícua e enriquecedora em relação à persecução da verdade real, a



análise das comunicações realizadas entre os investigados e entre estes e terceiros envolvidos na possível triangulação de recursos, contabilidade paralela de pré-campanha e cooptação de apoio político ou desistência de candidatura, havendo justa razão para o requerimento de tutela cautelar de busca e apreensão de dispositivos móveis de telefonia e computadores;

Mostra-se profícua e enriquecedora em relação à persecução da verdade real, a análise das movimentações financeiras realizadas entre os investigados e entre estes e terceiros envolvidos na possível triangulação de recursos, contabilidade paralela de pré-campanha e cooptação de apoio político ou desistência de candidatura, havendo justa razão para o requerimento de tutela cautelar de quebra de sigilo bancário e fiscal;

Presentes os indícios de materialidade de triangulação de recursos, financiamento e gasto não contabilizado de campanha eleitoral e corrupção na mudança de legenda e desistência de cargo, além de indícios suficientes da autoria, há fundadas razões a autorizar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telemático dos agentes envolvidos, além de busca e apreensão, mostrando-se necessária a medida para apreender ou descobrir objetos e elementos de convicção necessários à prova;

Os requisitos fáticos e normativos mínimos para ensejar a autorização das buscas e apreensões estão presentes, vez que a prova indiciária apresentada aponta para a possível ocorrência dos delitos eleitorais e, se comprovados, penais, caracterizando-se inclusive a formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro, assentando o *fumus commissi delicti*.

Destaca-se a irreversibilidade no caso de indeferimento da medida, situação que pode fazer com que a prova da materialidade dos crimes investigados se perca pelo desaparecimento de seus indícios e, por outro lado, acaso nada de ilícito seja encontrado nos dados, aparelhos e locais, tem-se que os envolvidos sofrerão um inconveniente suportável, especialmente quando a razoabilidade indicar que a medida é essencial ao atendimento do interesse público, em resguardo aos direitos da sociedade como um todo, inclusive com a possibilidade da quebra de sigilos de terceiros não demandados;

Há fato específico a ser apurado e endereço preciso do local a ser diligenciado, de forma que prudente e necessária se faz a diligência, a fim de ser alcançada a verdade real dos fatos, sendo que a memória de aparelhos eletrônicos (como celulares e computadores) permite acesso a um leque de informações pessoais, devendo ser selecionado para os autos tão somente aqueles que envolvem os fatos narrados nesta peça. Apenas, frise-se, apenas com o efetivo acesso que se poderá aferir se há algo de importância investigativa. Desde já se requer que tais informações não sejam divulgadas, m. as sim apenas verificadas pelos agentes públicos da própria Justiça Eleitoral (responsáveis por manter tudo em sigilo);

No que tange à necessidade de concessão de sigilo, o partido autor pleiteia, entre outras provas a serem produzidas, a quebra de sigilo temático e telemático, inclusive com busca e apreensão de documentos e aparelhos celulares e computadores das partes, devendo ser atendido também o pleito pelo acesso às mensagens e aplicativos dos eletrônicos que vierem a ser apreendidos.

Está demonstrada, suficientemente, a necessidade da medida para a investigação, bem como a urgência e a situação de risco de lesão ao objeto jurídico tutelado, a justificar a busca nos endereços requeridos.

No tocante à pedidos cautelares e demais produções de provas, requer que este Relator venha a autorizar: a) a busca e apreensão domiciliar, dos investigados e de terceiros relacionados na inicial; b) a pesquisa nas informações existentes na memória dos aparelhos eletrônicos eventualmente apreendidos (exemplo: lista de contatos, mensagens e aplicativos, fotos e vídeos), vedado a acesso, sem consentimento ou mediante nova autorização judicial, a dados supervenientes (interceptação telemática); c) expedição de terceiros a apresentar documentos; d) a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos investigados e de terceiros indicados na



inicial. Ainda no tocante às provas, também formulou requerimento para a tomada de depoimento pessoal dos investigados, bem como para a produção de prova testemunhal.

Ao final requer seja julgada procedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, para que sejam cassados os registros, diplomas ou mandatos – caso já expedidos – dos requeridos; seja declarada a inelegibilidade dos requeridos por oito anos; **seja ordenada a realização de nova eleição**, suplementar, para o cargo de Senador pelo Estado do Paraná, assumindo de maneira interina, na vacância do cargo, a chapa majoritária que alcançou a segunda colocação na eleição majoritária anulada, sob pena de sub-representação inconstitucional do Estado do Paraná no Senado Federal.

Certificou-se que, tendo em vista o PAD nº 003303/2022, foi registrada a suspeição do Exmo. Des. Fernando Wolff Bodziak e, nos termos dos arts. 25, § único e art. 24, §§, do RITRE, o feito foi redistribuído a este Corregedor Regional Eleitoral substituto (ID 43573938).

Por meio da decisão ID 43474055, indeferiu-se o pedido liminar de produção antecipada de provas, mantendo-se o sigilo do feito e determinou-se a notificação dos investigados para apresentação de defesa.

Pela decisão ID 43505794, **acolheu-se em parte embargos de declaração opostos pelos investigantes, sem a concessão de efeitos infringentes, unicamente com a finalidade de determinar o levantamento do sigilo dos presentes autos, determinando-se a Secretaria Judiciária que fosse providenciada a anotação de sigilo em apenas alguns documentos relacionados naquela decisão.**

Notificados, os investigados apresentaram sua defesa (ID 43534777).

Inicialmente, alegam tratar-se de uma demanda de natureza política, verdadeira *joint venture* entre os partidos PL e PODEMOS, segundo e terceiro colocados na eleição ao Senado do Paraná, pois Enquanto o PL, partido autor, teria emprestado seu nome, legitimidade e interesse processual derivado do possível benefício direto da pretendida cassação, com a assunção temporária de PAULO MARTINS ao cargo – pelo menos enquanto não realizada nova eleição, o PODEMOS teria contribuído com seu corpo jurídico e a cessão de documentos internos, fornecidos indevidamente, tão somente para prejudicar os investigados, com inequívoca má-fé e até mesmo do abuso processual.

Preliminarmente, arguem:

Ausência de formação de **litisconsórcio passivo necessário** com os presidentes das agremiações envolvidas nos atos supostamente ilícitos, RENATA ABREU e LUCIANO BIVAR, não apenas por serem presidentes, mas, segundo a inicial, por terem sido partícipes ou até mesmo coautores dos ilícitos aventados, argumentando não se aplicar ao caso a interpretação mais recente sobre o tema, o Tribunal Superior Eleitoral que passou a mitigar a necessidade da formação do litisconsórcio passivo, entendendo-o facultativo, quando o autor e beneficiário do suposto ilícito puderem ter suas condutas analisadas individualmente, pois não há como se considerar a conduta dos INVESTIGADOS, especialmente SERGIO MORO, sem adentrar na própria conduta daquela que negociou, assentiu e firmou os contratos com as empresas apontadas como artífices dos abusos.

Argumentam que praticamente todas as condutas apontadas como irregulares pela ação passaram por determinações da cúpula do partido, pois a decisão quando a formalização de contratos, pagamentos, aparição em propaganda partidária etc., foram tomadas sempre pela presidente RENATA ABREU e que, no caso de LUCIANO BIVAR, presidente do UNIÃO BRASIL, aponta-se na inicial que a filiação do INVESTIGADO SERGIO MORO ao seu partido se deu com



o intuito de praticar um ato de corrupção, qual seja, a desistência de sua candidatura ao Governo Federal para, em apoio àquele, mediante pagamento de R\$ 1 milhão de reais ao Primeiro Suplente.

Sustentam que, pela aplicação da teoria da asserção, utilizada em recente julgado do TSE, posterior à viragem jurisprudencial, as condições da ação – e dentre elas a legitimidade passiva – devem ser apuradas a partir dos elementos trazidos e afirmados pelo autor na petição inicial e que, diante da demonstração inequívoca do litisconsórcio passivo necessário dos INVESTIGADOS com RENATA ABREU e LUCIANO BIVAR nesta demanda, bem como pelo fato de que não será possível mais a inclusão em face do prazo decadencial, é preciso reconhecer-se de plano a necessidade de sua extinção.

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral apresentada pelo INVESTIGANTE **carece de fundamentos fático-probatórios** – e mesmo indiciários – **capazes de demonstrar a verossimilhança das narrativas trazidas a esta Corte Regional Eleitoral, requisito exigido pelo artigo 22, caput, da Lei das Inelegibilidades, pois o lastro probatório é restrito a documentos que nada comprovam**, já que, dos 43 anexos à inicial, mais da metade são matérias jornalistas (19) e certidões irrelevantes (4), sendo que os demais se dividem em contratos de prestação de serviços ao PODEMOS (7), Notas-Fiscais de serviços prestados ao mesmo PODEMOS (4), e o restante de documentos diversos que nada de ilegal demonstram, ao revés, pois mesmo a ação que cobra a inadimplência do PODEMOS (doc. 13) informa serviços cuja natureza é obviamente partidária, a produção de propaganda para o partido; além do citado contrato com a SPE (doc. 09), nitidamente prevendo condições para sua implementação, serviços esses não prestados, que apenas o seriam a partir de agosto, mas, sobretudo, sem qualquer desembolso financeiro, afastando por completo o acórdão da Ex-Senadora SELMA ARRUDA.

Afirmam que, em nenhum dos artigos de notícias colacionados há menção às cifras empregadas na realização de eventos e na administração da agenda e redes sociais dos INVESTIGADOS; no que se refere às contratações, simplesmente se demonstra uma série de questões de execução contratual e que por igual, **em relação à imputação da prática de utilização indevida de meios de comunicação social** pelo INVESTIGADO SERGIO MORO, o INVESTIGANTE se limitou a fazer menção rápida e genérica à propaganda partidária do UNIÃO BRASIL, assim como à alegada superexposição midiática deste PRIMEIRO INVESTIGADO.

Asseveram que, dada a fragilidade fático-probatória da narrativa apresentada pelo INVESTIGANTE, denota-se ser o caso de se **indeferir** liminarmente a inicial, nos termos do artigo 22, caput combinado com o inciso I, alínea 'c', da Lei Complementar nº 64/1990 ou, ao menos, é o caso de se indeferir liminarmente a inicial em relação à imputação de uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do artigo 22, caput combinado com o inciso I, alínea 'c', da Lei Complementar nº 64/1990.

c) A absoluta insubsistência de elementos bastantes a justificar o deferimento pela determinação da quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático dos INVESTIGADOS, pois as imputações apresentadas pelo INVESTIGANTE não possuem lastro suficiente sequer à verificação da existência de indícios da prática das condutas em apuração, já que se baseiam apenas em matérias jornalísticas apresentadas de forma descontextualizada, enviesadas e sem o necessário aprofundamento fático, demonstrando-se desnecessária a produção das provas pretendidas neste particular, aplicando-se ao caso o teor do artigo 370, parágrafo único do CPC e que os pedidos formulados pela busca e apreensão e quebra de sigilos são genéricos, sem delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados devem ser objeto das diligências.

Quanto ao mérito, afirmam que:

Não se verifica qualquer elemento jurídico e muito menos fático-probatório que subsidie de maneira mínima as alegações apresentadas, pois nenhuma prova se fez,



nenhum número se comprovou, sobre gastos tipicamente eleitorais e que teriam sido antecipados da campanha;

O autor aparenta buscar, tentativa de reedição do processo da Ex-Senadora SELMA ARRUDA, valendo-se desta decisão para justificar, ao que parece, toda a deficiência probatória verificada, mas que as situações fáticas não guardariam relação, ausente, aqui, (a) doações de pessoas físicas não registradas; (b) materiais tipicamente de campanha produzidos e apresentados por prestador não pago; (c) arrecadação ilegal, de fonte vedada, no importe de 72% dos recursos obtidos; e que, na campanha dos INVESTIGADOS nada disso se verifica, pois: (d) somente os partidos custearam despesas, de natureza partidária, sem relação direta com a campanha, em favor de SERGIO MORO; (e) não há materiais de campanha produzidos antecipadamente, aliás, o prestador de marketing iniciaria seu trabalho apenas em agosto, já na campanha; (f) arrecadação regular restrita ao fundo partidário, segundo suplente e pessoas físicas;

Sobre as inserções, o investigador aduz, sem nenhuma prova sobre o número de veiculações, ter havido superexposição de SERGIO MORO, vez que teria se utilizado das inserções do PODEMOS e UNIÃO BRASIL, o que não se mostra verdadeiro, pois o PRIMEIRO INVESTIGADO veiculou sua imagem em poucos comerciais partidários, ausente, assim, abuso dos meios de comunicação;

Em relação à suposta desistência incentivada, com fundamento em uma inócua compra de apoio político, patrocinada pelo litisconsorte necessário não arrolado, LUCIANO BIVAR, é de se destacar a iniciativa pública das ações penais na seara eleitoral, bem como, sobretudo, a ausência de prova ou qualquer indício da menor possibilidade de que tal fato tenha verdadeiramente ocorrido;

Apenas as despesas amoldáveis a uma das espécies arroladas pelo artigo 26 da Lei nº 9.504/1997 é que são passíveis de apuração pela Representação por Captação e/ou Gasto Ilícito de Recursos prevista pelo artigo 30-A do mesmo diploma, a qual possui o préstimo tão somente de analisar a adequação jurídica das movimentações financeiras típicas das campanhas eleitorais, sendo que qualquer levantamento e dispêndio de recursos do período pré-eleitoral não se constitui objeto de análises desde o viés estrito da regularidade contábil perquirido nesta espécie de ação e apenas quando verificado o caráter propriamente eleitoral das despesas é que, pela antecipação ilícita, a via desta representação se torna possível;

O valor cobrado pela empresa D7 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., refere-se à produção de propaganda partidária para o PODEMOS e não ato ou qualquer outra demanda de cunho eleitoral e personalíssimo;

A alegação da existência de um “pré-contrato” no valor de R\$ 14.800.000,00 para realizar a campanha eleitoral ao cargo de Presidente é irrelevante para o caso, pois referida empresa, como várias outras, apresentaram orçamento visando eventual contratação para esse fim, o que sequer foi levado adiante com a prematura desistência do PRIMEIRO INVESTIGADO, logo, nenhum serviço prestado; nenhum valor pago;

Eventual produção pelos partidos políticos e pré-candidatos de atos de pré-campanha é absolutamente lícita, pois, desde o julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9-24.2016.6.26.0242, circunstancialmente esquecido da inicial do INVESTIGANTE, o Tribunal Superior Eleitoral vem reconhecendo que mesmo os gastos de pré-campanha são sindicáveis pela Justiça Eleitoral apenas e unicamente na verificação de eventual e grave afetação da legitimidade e normalidade eleitorais – igualdade de chances entre competidores – desde o crivo do abuso de poder, sendo que, de acordo com as premissas fixadas no julgado, a realização de despesas decorrentes de atos de pré-campanha se mostra plenamente possível, desde que não financiem a prática de atos vedados pela legislação ou provoquem abuso de poder econômico, o que não é o caso dos autos;

Não restou demonstrado sequer indício de arrecadação ou emprego irregular de recursos, e mesmo sob a ótica do abuso de poder econômico, faltará ao caso indicativo



mínimo de prejuízo à normalidade e legitimidade das eleições, bens jurídicos protegidos pela norma eleitoral ao coibir o abuso de poder econômico nas campanhas

Em um cenário de disputa em que os principais concorrentes eram um Senador candidato à reeleição e ex-candidato a Presidente (ÁLVARO DIAS) e um deputado federal em exercício apoiado pelo então Presidente da República e pelo Governador do estado (PAULO MARTINS), não é possível cogitar-se que as ações de pré-campanha exercidas pelos INVESTIGADOS, restritas, no caso, a pouco mais de 1 mês, não eram acessíveis a eles, pois, ao revés, os poucos de pré-campanha visaram justamente equilibrar uma disputa em que ambos concorriam em um estágio inicial mais vantajoso, diante do cargo já ocupado e da pré-campanha iniciada meses antes, enquanto SERGIO MORO ainda se encontrava domiciliado em São Paulo, ao contrário do que é defendido pelo INVESTIGANTE, as ações ocorridas fora do estado do Paraná não possuem qualquer relevância para a disputa à candidatura ao Senado, especialmente em relação às mencionadas viagens internacionais, que nenhuma relação tinham com o pleito vindouro, ou seja, sequer ato de campanha (ou de pré-campanha) podem ser considerados;

O único vídeo com conteúdo de propaganda partidária trazido pelo INVESTIGANTE (arquivo 5 – Comercial União Brasil 2022- Sergio Moro – Uma verdadeira União pelo Brasil) não expõe nada de concreto para a tese difundida, mas somente a figura do INVESTIGADO SERGIO MORO defendendo a postura e ideologia partidária, absolutamente dentro do permissivo legal;

Os gastos realizados pelos partidos em benefício do INVESTIGADO SERGIO MORO não ultrapassaram a esfera do razoável, a ponto de desclassificá-la enquanto acessível ao “candidato médio”;

Não há, no caso concreto, sequer a ilicitude dos gastos, quanto menos a prática de abuso de poder econômico, uma vez que inexistentes não apenas a gravidade dos ilícitos alegados, como também proporcionalidade em eventual condenação pelos gastos que não demonstram, por si só, uma exacerbação em relação àquilo que se pode tomar como razoável;

Inexistência de corrupção na regular contratação de empresas para a prestação de serviços ao partido e ao pré-candidato, ausentes provas acerca de supostos desvios ou triangularização de recursos;

Ambas as sociedades de advocacia do investigado LUIS FELIPE CUNHA foram contratadas com o intuito de prestar serviços inerentes ao período de pré-campanha, ao passo que a BELLA CIAO se dedicou à coordenação da confecção do plano de governo da possível candidatura presidencial do INVESTIGADO SERGIO MORO e o escritório VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS se concentrou na elaboração de opinativos, consultas legais em questões relativas ao período de pré-campanha e atuação em demandas de interesse partidário, conforme relatórios dos serviços prestados ao PODEMOS;

Todos os prestadores de serviços contratados pelos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL efetivamente desenvolveram trabalhos para as agremiações, sendo o INVESTIGADO SERGIO MORO apenas um dos diversos filiados que se beneficiou, direta e indiretamente, dos serviços ofertados, tanto quanto a presidente da agremiação, RENATA ABREU, e diversas outras figuras;

Jamais houve a utilização de recursos públicos para o pagamento de deslocamentos para fins privados, todas as oportunidades em que o INVESTIGADO SERGIO MORO se utilizou de recursos do partido para deslocamentos foi com a finalidade única de realizar atos partidários, como permite a legislação, art. 37, § 10º da Lei nº 9.096/95;

Os gastos com o deslocamento do INVESTIGADO SERGIO MORO para realizar palestras e encontros fora do país foram arcados com recursos privados, sem o envolvimento de qualquer verba pública na sua ocorrência. Por fim, é risível a argumentação de que recursos públicos teriam financiado a compra de roupas ou qualquer outro bem de uso pessoal do INVESTIGADO SERGIO MORO, vez que toda e qualquer aquisição para este



fim foi arcada com recursos exclusivamente privados, inexistindo qualquer prova em sentido contrário;

A grave acusação de que o INVESTIGADO teria vendido a sua candidatura ao cargo de presidente da República para apoiar eventual candidatura do então presidente do UNIÃO BRASIL, LUCIANO BIVAR, além de fantasiosa e desprovida de fundamento algum, caminha com a má-fé, por absoluta violação à honra e imagem do INVESTIGADO, que jamais compactuou com qualquer ilícito, ainda mais dessa natureza;

Em relação aos serviços prestados por SS ADVOCACIA – SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA E FCL LAW & TRADING, a própria inicial aponta que alegadamente as contratações foram firmadas diretamente com as referidas empresas, inexistindo indício de que as contratações eram fictícias, algo que deveria envolver diretamente a responsabilidade da direção do PODEMOS e sua FUNDAÇÃO – deliberadamente esquecidos na integração do polo passivo, inexistindo qualquer impedimento de que uma empresa que preste serviços para um partido venha prestar serviços a seus candidatos durante a campanha, tendo ocorrido licitamente a contratação de SS ADVOCACIA – SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA pela campanha dos INVESTIGADOS;

Resta comprovada a inexistência de lesão ao disposto no artigo 30-A da Lei nº 9.504/97 ou, ainda, cometimento de ato de abuso de poder econômico, bem como a desproporcionalidade da aplicação da sanção de cassação do mandato dos INVESTIGADOS.

No que se refere à suposta subversão do teor da propaganda partidária do UNIÃO BRASIL a fim de se promover a imagem pessoal do INVESTIGADO SERGIO MORO, não se evidenciou nada para além do empréstimo de seu notório prestígio político e social em favor da agremiação, impulsionando o desempenho eleitoral do partido nas Eleições Gerais de 2022 nacional e regionalmente. Não fosse isso, o INVESTIGANTE não discriminou quantas inserções partidárias em tese teriam sido veiculadas com o propósito de se promover a imagem pessoal do INVESTIGADO SERGIO MORO às custas de uma ou outra agremiação, sendo que o número de inserções não está correto, especialmente se abrangência foi o Paraná, onde sequer se veiculou, havendo na inicial prova de apenas uma inserção, devendo esta prova prevalecer em relação à quantidade e o PRIMEIRO INVESTIGADO é personalidade pública dotada de notoriedade e apoio nacional, tendo em vista sua atuação enquanto magistrado junto à 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba no início das apurações da Operação Lava-Jato e os demais concorrentes ao Senado Federal pelo Paraná, os principais ÁLVARO DIAS e PAULO MARTINS possuíam cada qual o seu espectro publicitário comparável ao INVESTIGADO.

O INVESTIGANTE não logrou êxito em demonstrar qualquer cobertura midiática desproporcional em benefício dos INVESTIGADOS, sendo que os meios de comunicação naturalmente levam ao público as informações de maior interesse popular, dado o caráter empresarial das atividades de comunicação social – se as demais candidaturas não possuíam apoio e interesse popular semelhante, como demonstrado pelo resultado obtido nas urnas, trata-se de caráter próprio dos demais concorrentes ao Senado Federal pelo Paraná.

Em nenhum ato de pré-campanha dos INVESTIGADOS foi identificado o intuito de promover ou solicitar pedido de votos, mas sim o natural desenvolvimento de uma pré-campanha com a identificação dos planos e posicionamentos para as contentas de interesse comunitário, sendo que todos os gastos de pré-campanha foram referentes ao alavancamento da imagem pública de pré-candidatos INVESTIGADOS, sem pedido de voto, não se enquadram no rol dos artigos 26 da Lei nº 9.504/1997 e 35 da Res.-TSE nº 23.607.

Requer o acolhimento das preliminares invocadas, para: 1. Reconhecer a ausência da composição de litisconsórcio passivo necessário, diante da não inclusão no polo passivo da demanda de RENATA HELLMEISTER DE ABREU MELO e LUCIANO CALDAS BIVAR, e



reconhecendo a impossibilidade da inclusão nesse estágio da demanda, determinar a extinção do feito, sem julgamento de mérito, em razão da decadência; 2. indeferir o pedido de quebra do sigilo fiscal, por ausência de indícios a justificar a medida; 3. O indeferimento do pedido de provas genericamente deduzido pelo INVESTIGANTE. No mérito, o julgamento totalmente improcedente da demanda, conforme os fundamentos perfilados na defesa.

Com a contestação houve a juntada de documentos e foi arrolada 1 (uma) testemunha.

Pelo despacho ID 43548845, oportunizou-se ao requerente que se manifestasse acerca das preliminares arguidas na contestação, bem como para que justificasse, de forma objetiva e específica, a imprescindibilidade de cada um dos requerimentos de prova formulados na petição inicial, indicando o que pretende demonstrar com cada uma das provas requeridas, demonstrando com clareza o respectivo nexos com as acusações suscitadas.

O investigador peticionou (ID 43557701) no seguinte sentido:

No que tange à preliminar de litisconsórcio passivo necessário, embora os presidentes das agremiações sejam os subscritores dos contratos e possam contribuir com as investigações disponibilizando todos os contratos que beneficiaram os réus, não lhes foi imputada nenhuma conduta direta na presente investigação, pois todos os contratos ora realizados pelos partidos e, por óbvio, assinados por seus presidentes, foram em benefícios dos corrêus, e estes sim são os recebedores dos serviços e se utilizaram dos meios proporcionados pelos partidos para subverter o jogo eleitoral e, assim, obter vantagens desproporcionais que afetaram a lisura do pleito. Acrescenta que o atual entendimento é de que somente serão litisconsórcio passivo necessário aqueles que o autor apontar na petição inicial como real autor dos fatos ou beneficiários direto, nos termos da teoria da asserção. Portanto, incabível a alegação de litisconsórcio passivo necessário entre os réus e os presidentes das agremiações envolvidas Renata Abreu e Luciano Bivar, ou quaisquer outros que não sejam os devidamente elencados na exordial;

Com relação à preliminar de inépcia da inicial em virtude da imputação genérica de fatos sem lastrear em elementos fático-probatórios, alega que o apontamento de insuficiência de provas devido a juntada de matérias jornalísticas e blogs beira ao absurdo, a ação apresentada foi carreada por diversos documentos idôneos, como vídeos que demonstram a superexposição do corrêu Sergio Moro, contratos e processos judiciais onde há cobrança de valores por serviços prestados a campanha do corrêu. Acrescenta que não há que se falar em aplicação de multa por litigância de má-fé, pois além dos diversos elementos de provas presentes nos autos, estamos diante de um processo investigativo que protege direitos essenciais como a lisura do pleito;

Sobre a preliminar de generalidade dos pedidos de quebras de sigilos, não deve prosperar igualmente as demais, conforme será esclarecido no tópico seguinte onde todas as provas requeridas, incluindo a quebra de sigilos e busca e apreensão, serão novamente justificadas e demonstradas como imprescindíveis ao deslinde do feito.

A respeito das justificativas acerca da necessidade e utilidade de cada uma das provas pretendidas, o investigador apresentou considerações acerca de cada uma das provas, reiterando requerimento para que sejam deferidas todas as provas pretendidas.

Pelo despacho ID 43585969 apontou-se que, na petição inicial da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 há requerimento para reunião daquela Ação com a presente, ainda pendente de apreciação e que naquela Ação o requerido manifestou-se favoravelmente à tramitação "100% digital" pretendida pelo autor daquela demanda. Sendo assim, com a finalidade de analisar a viabilidade da reunião dos processos, determinou-se a intimação do PARTIDO LIBERAL e dos



requeridos a fim de que, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º da PORTARIA CONJUNTA PRESID/CRE Nº 04/2021, manifestassem se possuem interesse na tramitação destes autos na modalidade “100% digital”.

Em seguida, ambas as partes apresentaram manifestação no sentido de não se oporem à tramitação “100% digital”, fornecendo as informações necessárias (ID’s 43586387 e 43589719).

Determinou-se a abertura de vista ao Ministério Público Eleitoral para que se manifestasse acerca da possibilidade de reunião da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 com este feito, das preliminares arguidas em contestação e sobre provas requeridas pelas partes (ID 43593133).

Após a abertura de vista ao Ministério Público Eleitoral, os investigados protocolaram petição alegando a superveniência de fato novo, consistente na entrevista concedida pelo Sr. Valdemar da Costa Neto, presidente do Diretório Nacional do Partido Liberal, à CNN na data de 30/05/2023. Além da juntada do vídeo da entrevista, os peticionantes requereram, também, o aditamento de seu rol de testemunhas para incluir dois novos indivíduos, quais sejam, “(i) o responsável pela pesquisa veiculada junto à RPC, afiliada da Rede Globo, mediante envio de ofício à emissora; (ii) MURILO HIDALGO, proprietário do INSTITUTO PARANÁ DE PESQUISAS, sobre as razões do resultado eleitoral mencionado na referida pesquisa” (ID 43600591).

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se: **a)** pelo reconhecimento da conexão entre as AIJEs nº 0604176-51.2022.6.16.0000 e 0604298-64.2022.6.16.0000, com o apensamento destes feitos e seu julgamento conjunto; **b)** pelo afastamento das preliminares levantadas em contestação; **c)** pela manutenção da decisão que indeferiu o pedido de exibição de documentos, de busca e apreensão e de quebra de sigilo fiscal, bancário e telemático; **d)** pelo deferimento do pedido de expedição de ofício à RPC, a fim de identificar o responsável pela veiculação de pesquisa eleitoral às vésperas do pleito na emissora, para o fim de possibilitar sua oitiva como testemunha; **e)** pelo deferimento do pedido de produção de prova testemunhal formulado pelas partes; **f)** pelo indeferimento do depoimento pessoal dos investigados (ID 43604737).

Vieram-me conclusos.

Por sua vez, a **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL** nº **0604298-64.2022.6.16.0000** foi ajuizada pela **FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ BRASIL (PT/PCDOB/PV)** em face do eleito Senador da República, nas Eleições Gerais de 2022, **SÉRGIO FERNANDO MORO** e seus suplentes **LUIS FELIPE CUNHA** e **RICARDO AUGUSTO GUERRA**.

Em apertado resumo, o autor sustenta que “em atitudes que se estendem desde a filiação de MORO ao PODEMOS até sua candidatura ao Senado pelo Paraná, pelo UNIÃO BRASIL, há indícios de que o INVESTIGADO utilizou de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Campanha, além de outras movimentações financeiras suspeitas, para construção e projeção de sua imagem enquanto pré-candidato de um cargo eletivo no pleito de 2022, independentemente do cargo em disputa” e que “há diversos indicativos de que em conluio, os INVESTIGADOS SÉRGIO MORO e LUIS FELIPE CUNHA, realizaram triangulação de valores do fundo partidário e do fundo eleitoral também entre os dois partidos políticos pelo qual o ex-juiz foi pré-candidato, praticando inúmeras ilicitudes que afrontam expressamente as normas eleitorais, além de poderem configurar ilícitos comuns, a serem apurados pelos órgãos competentes”.



De forma mais específica, aduz que:

Açulado pelo Senador Álvaro Dias, o INVESTIGADO SÉRGIO MORO filiou-se em 11 de novembro de 2021 ao PODEMOS, na circunscrição de Curitiba, Paraná, anunciando sua pré-candidatura à Presidência da República, bem como tornou-se Vice-Presidente da Comissão Provisória do Podemos do Paraná, a demonstrar um vínculo ideológico em alto grau de comprometimento;

Após perceber, entretanto, na presidência dessa legenda na qual ele próprio presidia localmente, que não teria o financiamento necessário para seu grande projeto nacional, surpreendeu a seus próprios aliados e, em 30 de março de 2022, transferiu seu domicílio para o município de São Paulo, no estado de São Paulo, onde se filiou ao partido União Brasil, no diretório municipal paulistano;

No dia 07 de junho de 2022 o E. TRE/SP (RE n. 0600053- 16.2022.6.26.0005) negou a transferência de domicílio eleitoral do INVESTIGADO, tendo em vista que o ex-juiz não teria comprovado residência naquele estado por no mínimo três meses antes do pedido, restabelecendo o domicílio eleitoral de MORO para o Paraná, estado pelo qual, em prêmio de consolação política, enfim, foi eleito ao Senado da República;

A partir do momento em que SÉRGIO MORO filia-se ao PODEMOS e, posteriormente, ao UNIÃO Brasil, inicia ele uma intensa campanha para construção de sua imagem política e futura candidatura no pleito de 2022, ainda que os cargos e pretensões do INVESTIGADO tenham mudado subitamente por diversas vezes;

A situação aqui, como se verá a seguir, é muito similar à da ex-juíza e ex-Senadora da República SELMA ARRUDA, cassada pelo TSE pelo financiamento vultuoso e não declarado de sua pré-campanha ao Senado de 2018, porém mais grave, já que no presente caso as irregularidades da pré-campanha afetam também a própria campanha eleitoral de MORO, que movimentou mais de R\$ 5 milhões, acima do próprio limite de gastos estabelecido pela legislação eleitoral;

Antes de pretender ser candidato ao Senado do Paraná, SÉRGIO MORO lançou-se oficialmente à política e passou a construir sua candidatura no pleito de 2022 ainda como pré-candidato a Presidente da República e, entre 11 de novembro de 2021 e 30 de março de 2022, MORO passou a se utilizar da estrutura e dos recursos financeiros do Podemos (partido do qual era vice-presidente no Paraná) para custear viagens, eventos e mídias sociais;

O PODEMOS, desde novembro de 2021, passou a custear a ‘carreira política’ de MORO, que, a partir dali já era pré-candidato, passou a encampar uma vasta agenda de viagens e eventos de articulação política, tudo também divulgado amplamente em suas mídias sociais, administradas por empresas de marketing especializadas;

A filiação de SÉRGIO MORO ao PODEMOS já foi, por si só, um ato de pré-campanha, o qual marca o ingresso oficial do INVESTIGADO enquanto *player* da disputa eleitoral, sendo que a própria divulgação do evento já foi realizada com ampla divulgação da mídia, utilização de empresas especializadas de marketing, com folder oficial e artes e vídeos personalizados, com destaque para o discurso eleitoral do INVESTIGADO, que utilizou sua atuação na Operação Lava-Jato para tentar alavancar a sua candidatura;

Nas redes sociais de MORO não foi diferente, pois o INVESTIGADO iniciou um projeto de construção de uma identidade visual focada no pleito de 2022, a qual, nitidamente, foi realizada por profissionais de *marketing* e de comunicação, sendo que em seu perfil no Instagram a mudança estética é visível, onde o perfil amador é substituído pelo profissional, o qual deixa de realizar postagens simples para dar lugar a artes mais elaboradas, todas finalizadas com sua “logomarca”;

Sem embargo, conforme demonstrado acima, após se tornar pré-candidato, a publicidade de suas ações era realizada por meio de artes gráficas, suas falas passaram a render as chamadas ‘aspas’ praticamente em tempo real e passou-se a produzir vídeos para aumentar seu engajamento e atrair o eleitorado;



A própria assessoria de imprensa do INVESTIGADO assume a profissionalização do *marketing* do candidato, conforme matéria da CNN Brasil veiculada ainda em 31 de janeiro de 2022, que registra a contratação do internacionalmente reconhecido publicitário argentino Pablo Nobel e MORO, inclusive, produziu vídeo para divulgar seu discurso no ato de filiação;

Além da mudança estética, o INVESTIGADO também passou a realizar dezenas de viagens para divulgar a sua candidatura: (i) Discurso no Senado Federal, ao lado da bancada de senadores do PODEMOS; (ii) Convenção estadual e ato de filiação de lideranças e pré-candidatos do PODEMOS/RS; (iii) Congresso do MBL, em 22 de novembro de 2021; (iv) Ato de filiação do General Santos Cruz; (v) Ato de filiação de membros do MBL no PODEMOS, em 26 de janeiro de 2022;

As viagens de pré-campanha, contudo, não se limitaram a atos de filiações e participações em congressos e MORO também buscou mostrar sua suposta força política em viagens de 'pré-campanha' internacionais;

A importância da ida à Alemanha foi constantemente destacada por MORO em seu *Twitter*, demonstrando ter sido um importante ato de campanha, mas que ficou à margem do controle desta d. Justiça Especializada no *Facebook* e no *Instagram* também teve grande cobertura da viagem, até mesmo com a produção de um vídeo para apresentar como estava sendo o evento de pré-campanha:

É importante notar que, dos vídeos e postagens, Moro é acompanhado de amplo *staff* pessoal de assessores e auxiliares, os quais, novamente, não se tem notícia de quem são, quanto e se receberam recursos ou quem custeou suas despesas pessoais e a serviço do futuro candidato e a mídia nacional também ressaltou o feito, o que, por óbvio, não passou despercebido pela equipe de comunicação do INVESTIGADO;

Depois da ida a Alemanha, o próximo ato de pré-campanha de MORO foi nos Estados Unidos (07/04/2022 – 09/04/2022), no *Conference Brazil* e Novamente, houve ampla divulgação de sua participação na conferência em suas redes sociais;

Embora MORO não estivesse mais no PODEMOS, segundo noticiado na imprensa, ambas as viagens internacionais de pré-campanha do INVESTIGADO foram custeadas pelo Senador EDUARDO GIRÃO (Podemos-CE), contudo, a referida doação não foi lançada na prestação de contas do INVESTIGADO e Eduardo Girão não figura na lista de doadores disponibilizada no *Divulgacand* de SÉRGIO MORO e a doação mais antiga foi do próprio União Brasil, em 16 de agosto de 2022;

Ao realizar a mudança para o União Brasil, SERGIO MORO sequer comunicou seu antigo partido de suas novas intenções, como amplamente noticiado pela imprensa, o que desagradou o antigo filiado, que passou a trocar acusações públicas com sua antiga agremiação, acusando a cúpula do PODEMOS de corrupção e lavagem de dinheiro;

Um segundo capítulo da pré-campanha de SÉRGIO MORO foi sua saída do PODEMOS e filiação ao UNIÃO BRASIL, em 31 de março de 2022 e o INVESTIGADO se manifestou sobre a polêmica por meio de sua assessoria de imprensa e em suas redes sociais, a resposta à população também ocorreu por meio de pronunciamentos oficiais, típicos de personalidades com equipe de comunicação para atuar em contenções de crises;

Em sua prestação de contas, todavia, inexistiu uma nota fiscal ou um contrato sequer sobre serviço de comunicação e assessoria de imprensa no período. Na prestação de contas do INVESTIGADO, não foram apresentados os contratos de comunicação, impossibilitando a conferência de que os valores pagos nas notas fiscais apresentadas realmente correspondem ao serviço contratado. De toda sorte, segundo consta no *DivulgaCand* de MORO os gastos com comunicação e produção de vídeo foram todos pagos apenas após o início da corrida eleitoral, inexistindo qualquer informação sobre o custeamento dos gastos de pré-campanha;

Filiado ao UNIÃO BRASIL, contrariando seu discurso inicial, MORO altera sua empreitada eleitoral e passa a ser pré-candidato a Deputado Federal por São Paulo e enorme aparato digital persistiu já que a expectativa era de ser um dos deputados mais



votados da história do país;

Nada obstante, seus planos foram frustrados pelo E. TRE/SP, o qual negou o domicílio eleitoral naquele estado e, novamente, houve pronunciamento público por parte do INVESTIGADO e a pomposa coletiva de imprensa deu palco a um novo evento de pré-campanha de MORO, com direito a discursos e também a produção de painel personalizado com a “logomarca” do INVESTIGADO, sendo que o desafio agora era costurar a construção de imagem realizada até então e utilizá-la para conquistar seu “prêmio de consolação”: a vaga no Senado Federal pelo Paraná e, nas redes sociais, a equipe de comunicação de MORO começou a divulgar sua candidatura, em especial para tentar mostrar ao eleitorado paranaense sua viabilidade eleitoral:

A estética visual adotada pelo ex-juiz é bastante similar (para não dizer idêntica) à utilizada no período eleitoral e houve, ainda, uma produção extensiva de vídeos, inclusive com propaganda eleitoral negativa que foram produzidos e divulgados pelo ex-ministro E, novamente, utilizando uma estética similar a oficial de campanha. Isso sem contar o impulsionamento de propaganda negativa com produção gráfica questionado, mas extinto sem resolução de mérito por esta Corte;

Se o INVESTIGADO na prestação de contas oficial já ultrapassou o limite de gastos em R\$ 656.293,58, segundo consta no *DivulgaCand*, somando os gastos com o possível Caixa Dois, o valor ultrapassado poderá ser ainda mais significativo;

O período de pré-campanha do INVESTIGADO perdurou em torno de oito meses, os quais foram repletos de viagens, eventos e contratações de equipe de assessoria pessoal, de imprensa, comunicação e *marketing*;

Acerca de possível financiamento pré-eleitoral por empresas do primeiro suplente, Luis Felipe Cunha, logo após a mudança de partido de MORO, o DIRETÓRIO NACIONAL DO UNIÃO BRASIL desembolsou (além dos valores dedicados à empresa Bella Ciao pelo Podemos), de abril a julho, quatro parcelas de R\$ 250 mil a uma das empresas do primeiro suplente, Cunha, a Vosgerau & Cunha Advogados Associados, diante de serviços que foram descritos à Justiça Eleitoral apenas como ‘consultoria jurídica’;

O UNIÃO BRASIL afirmou que o escritório de Cunha prestou serviços jurídicos na defesa de Sergio Moro em processos, consultoria para pré-candidatos e pareceres sobre regras eleitorais. Todavia, o que se sucedeu entre PODEMOS, UNIÃO BRASIL, MORO e o primeiro suplente não é de conhecimento de ninguém a não ser dos envolvidos, o que não pode ser admitido;

Não há relação advogado/cliente, mas relação candidato/suplente, levantadas sob suspeita do próprio partido de MORO à época, que custeava suas despesas pessoais;

Na AIJE n. 0601616-19.2018.6.11.0000 que o C. TSE cassou o mandato da ex-senadora SELMA ARRUDA, interpretando os limites da pré-campanha e a exigência de transparência em face exatamente de uma candidatura ao senado e reconhecendo a ilicitude da existência de gastos sem escrituração contábil, o desequilíbrio entre as candidaturas em face de gastos tipicamente eleitorais e período de pré-campanha;

Ao longo da síntese fática, restou evidente que SÉRGIO MORO e seus suplentes foram beneficiados por mais de oito meses de intensa e profissional pré-campanha, em benefício claro de sua eleição ao Senado do Paraná, seja mediante recursos pessoais ou partidários, públicos ou provenientes de doações privadas, é fundamental que todo o financiamento da pré-campanha do ex-juiz da ‘Lava-Jato’ seja aberto ao público e submetido ao escrutínio da sociedade e desta Justiça Eleitoral, sob pena de grave malferimento da igualdade do processo eleitoral;

Evidenciado, ainda, que recursos financeiros foram utilizados para custeio de despesas relacionadas à pré-candidatura de MORO, devem eles serem contabilizados inclusive para fins de aferição de cumprimento do limite legal de gastos para sua candidatura, independentemente da aprovação das contas de campanha dos INVESTIGADOS. É o que dispõe a Res. TSE n. 23.607/2019;



Além disso, eventuais ilegalidades em relação aos fatos narrados não possuem consequências apenas na esfera político-eleitoral, mas também podem resultar na tipificação de crime previsto no Art. 354-A do Código Eleitoral e não afastam a possibilidade de caracterização de outras condutas tipificadas pelo Código Penal, sendo necessário frisar que o controle por meio de prestação de contas tem por objetivo juntamente fiscalizar a ocorrência de crimes como o caixa dois, a corrupção e a lavagem de recursos públicos;

Em caso de ausência da juntada de documentos ou de justificativas suficientes e plausíveis para os indícios de ilicitudes acima relatadas, que desde já se indica e requer o afastamento dos sigilos fiscal e bancário dos INVESTIGADOS, bem como de terceiros porventura envolvidos nos fatos, nos termos da jurisprudência do C. TSE.

Acrescenta que os mesmos fatos já foram trazidos ao conhecimento da Justiça Eleitoral por meio de Ação ajuizada pelo Partido Liberal, a qual tramita em Segredo de Justiça cujo ajuizamento foi divulgado pela imprensa e, diante da possibilidade de coincidência de pedidos e causas de pedir entre a presente demanda e a AIJE proposta pelo Partido Liberal do Paraná, constou na respectiva petição inicial requerimento para a reunião dos feitos, nos termos do art. 96-B da Lei n. 9.504/97.

Com base em tal relato sustenta o cabimento da ação para a apuração do uso indevido, desvio e abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da LC nº 64/1990, bem como para a apuração de ofensa ao art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, acrescentando que os fatos também são passíveis de repercussão na esfera penal.

Preliminarmente, diante da possibilidade de coincidência de pedidos e causas de pedir entre a presente demanda e a AIJE proposta pelo Partido Liberal do Paraná, requer a reunião dos feitos, nos termos do art. 96-B da Lei n. 9.504/97.

No tocante às provas cuja produção pretende, sustenta que: os poderes instrutórios do procedimento da AIJE são amplos, em favor da plena fiscalização da lisura do processo eleitoral e da isonomia no pleito; o TSE reafirmou em diversas oportunidades a natureza investigatória da AIJE; o norte interpretativo deve ser o interesse público presente na fiscalização da legitimidade do pleito e a possibilidade de determinação de medidas processuais cautelares como a quebra dos sigilos fiscal e bancário em prol da plena elucidação dos fatos relevantes à fiscalização do processo eleitoral. Requer: a) neste momento, a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a notificação de terceiros para que tragam aos autos, no prazo mais exíguo possível, documentos e provas especificadas na petição; b) Em caso de insubsistentes, insuficientes, contraditórios ou omissos os documentos e justificativas apresentadas pelos INVESTIGADOS e terceiros após determinação por este Exmo. Relator, requer-se desde já, em cumprimento ao ônus estabelecido pelo caput do art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos INVESTIGADOS e dos demais envolvidos nos fatos, de modo a garantir a plena apuração dos fatos relatados; c) oitiva das testemunhas arroladas na petição, além de outras que possa entender pertinente este Relator (art. 23, LC n. 64/90) ou outras referidas e eventualmente citadas no curso do presente feito.

Ao final, requer a procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral, a fim de cassar os diplomas/mandatos dos INVESTIGADOS, bem como decretar sua inelegibilidade por 8 (oito) anos a partir das eleições de 2022, tudo na forma do art. 22, XIV, da Lei Complementar n. 64/90 e, conseqüentemente, seja determinada a realização de novas eleições para o Senado do Paraná, aos moldes da AIJE n. 0601616-19.2018.6.11.0000/TSE.

Juntou documentos e arrolou testemunhas.

Certificou-se que, em consulta ao Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP e ao Processo Judicial Eletrônico - PJe, foi retornado processo com indicação de possível prevenção, a este Corregedor Regional Eleitoral substituto, nos autos de Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0604176-51.2022.6.16.0000, provocando a prevenção, nos termos do art. 50, inciso I, do RITRE/PR (ID 43499120).



Na decisão inicial desta ação, postergou-se para momento posterior à apresentação da contestação a análise quanto ao pedido de reunião dos processos e determinou-se a citação dos investigados (ID 43504775).

Em 18 de janeiro de 2023, a coligação investigante apresentou petição de aditamento (ID 43506986), aduzindo que:

Em 17 de janeiro, a empresa 2022 Comunicação SPE Ltda requereu, nos autos de prestação de contas do Diretório Nacional do Podemos, seu ingresso como terceiro interessado ante a não declaração do débito eleitoral de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) contraído durante a pré-campanha do INVESTIGADO (autos n. 0601062-51.2022.6.00.0000);

A empresa que prestou serviços ao INVESTIGADO durante sua pré-campanha como pré-candidato a presidente da República possui dois sócios, entre eles Pablo Alejandro Nobel, o qual foi marqueteiro de campanha de MORO, conforme já destacado na inicial ante a notícia veiculada pela CNN em janeiro de 2022;

O referido pedido corrobora com as atitudes ilícitas narradas na peça vestibular, em especial a omissão de gastos de pré-campanha de SÉRGIO MORO enquanto pré-candidato à presidência da República e, ante a natureza investigatória da AIJE, é fundamental o aditamento da exordial para incluir os novos fatos trazidos àquele processo apenas na data de 17 de janeiro;

Nos termos do art. 22 da LC n. 64/90, ante o caráter investigativo da presente demanda, basta que o petitório vestibular relate fatos e indique provas, indícios e circunstâncias, pois a especificidade dos fatos imputados poderá ser desenrolada ao longo do curso processual e, considerando que o presente aditamento apenas complementa o que já foi trazido na exordial, não modifica seu conteúdo, apenas visa apresentar novos documentos e testemunhas que só vieram a público após a sua propositura;

Mesmo que o contrato tenha sido efetuado pelo Diretório Nacional do Podemos, MORO era o pré-candidato beneficiado e, por conseguinte, tinha o dever de declará-lo em sua prestação de contas, sobretudo quando o contrato em questão possui valor tão exorbitante (oito milhões de reais), devendo, portanto, ser considerado na aferição de cumprimento do limite legal de gastos para sua candidatura, nos termos do art. 6º, da Res.-TSE n. 23.607/19.

Com base em tais alegações requer: a) o deferimento do aditamento à inicial, com fulcro no art. 329 do CPC; b) a inclusão dos fatos supramencionados e documentos anexos na investigação judicial eleitoral; c) a inclusão dos sócios da 2022 Comunicação SPE Ltda no rol de testemunhas.

Em seguida, em 23 de janeiro de 2023, a coligação investigante apresentou nova petição de aditamento (ID 43508767), desta vez aduzindo que:

Nos últimos dias, novos documentos foram encontrados pelo peticionante, que demonstram contratações milionárias feitas na pré-campanha pelo partido PODEMOS em prol da candidatura do Sr. SÉRGIO MORO;

O primeiro deles é uma ação monitória proposta pela empresa D7 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS em face do órgão de direção nacional do PODEMOS. Na inicial resta claro que houve a prestação de serviços pela sociedade em prol do candidato aqui investigado;

A contestação apresentada pela agremiação torna o fato de que o beneficiário do contrato era o Sr. MORO um fato incontroverso, A dívida exposta na monitória já está em fase de execução, o que demonstra que os serviços foram devidamente prestados. Embora



não tenha sido pago, trata-se de mais uma prova dos altos gastos da pré-campanha do INVESTIGADO não contabilizados, pelo que se faz necessária a juntada dessas provas neste processo;

O referido pedido corrobora com as atitudes ilícitas narradas na peça vestibular, em especial a omissão de gastos de pré-campanha de SÉRGIO MORO enquanto pré-candidato à presidência da República e, ante a natureza investigatória da AIJE, é fundamental o aditamento da exordial para incluir os novos fatos trazidos ao processo;

O presente aditamento apenas complementa o que já foi trazido na exordial, não modifica seu conteúdo, apenas visa apresentar novos documentos;

Mesmo que o contrato tenha sido efetuado pelo Diretório Nacional do Podemos, MORO era o pré-candidato beneficiado e, por conseguinte, tinha o dever de declará-lo em sua prestação de contas, sobretudo quando o contrato em questão possui valor tão exorbitante (dois milhões de reais), devendo, portanto, ser considerado na aferição de cumprimento do limite legal de gastos para sua candidatura, nos termos do art. 6º, da Res.-TSE n. 23.607/19.

Em vista de tais argumentos, requereu: (i) o deferimento do presente aditamento à inicial, com fulcro no art. 329 do CPC; (ii) a inclusão dos fatos supramencionados e documentos anexos na investigação judicial eleitoral.

Os aditamentos pretendidos foram inicialmente indeferidos (ID 43519777). Porém, pela decisão ID 43535097, acolheu-se em parte embargos de declaração opostos pelo investigante, para o fim **de admitir a juntada dos documentos apresentados com os aditamentos constantes nos ID's 43508767 e 43506986.**

Notificados, os investigados também apresentaram defesa nesta ação (ID 43556538).

Preliminarmente, arguem que:

O caso reclama a composição de **litisconsórcio passivo necessário** com a presidente da agremiação envolvida nos atos supostamente ilícitos, RENATA ABREU, não apenas por ser a Presidente, mas porque, segundo a inicial, por ter sido partícipe ou até mesmo coautora dos ilícitos aventados, a partir de contratos assinados pela Presidente RENATA ABREU, bem como, diante de seu volume, alcançando também o abuso de poder econômico, sendo que o TSE não aboliu a necessidade de formação do litisconsórcio passivo entre o autor do ilícito e o beneficiário indistintamente, mas apenas sustentou a necessidade de sua análise mais acurada, entendendo pela obrigatoriedade nos casos onde “seja diretamente atribuída, na petição inicial, a prática de condutas ilícitas” para além dos beneficiários, sendo que, uma vez demonstrada a participação/autoria/coautoria/beneficiamento de RENATA ABREU, não seria facultado à INVESTIGANTE a escolha discricionária na composição do polo passivo, ausente aí flexibilização, consoante jurisprudência da Corte Superior, sendo o defeito não passível de correção, o destino é a extinção da demanda proposta, diante da omissão proposital e seletiva de legitimada passiva;

A impropriedade do pedido subsidiário de quebras de sigilos, pois a pretensão não possui a indicação, sequer mínima, de quais seriam os objetivos com a quebra do sigilo, o período envolvido específico envolvido e nem mesmo quais fatos pensa-se comprovar com a medida, sendo que as imputações apresentadas pela INVESTIGANTE não possuiriam lastro suficiente sequer à verificação da existência de indícios da prática das condutas em apuração não possuindo préstimo à determinação da gravosa medida de quebra de sigilos com o fito de instruir os presentes autos, baseando-se apenas em matérias jornalísticas apresentadas de forma descontextualizada, enviesadas e sem o necessário aprofundamento



fático, ausente qualquer sorte de verossimilhança, aplicando-se ao caso o teor do artigo 370, parágrafo único do CPC e que, ademais, os pedidos formulados de quebra de sigilos são genéricos, ausente a delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados serão objeto das diligências desta Justiça Especializada.

Quanto ao mérito, sustentam que:

As irregularidades de cunho financeiro apontadas pela INVESTIGANTE não prescindem da verificação da natureza pré-eleitoral ou propriamente eleitoral dos atos discutidos nestes autos, apenas as despesas amoldáveis a uma das espécies arroladas pelo artigo 26 da Lei nº 9.504/97 é que são passíveis de apuração pela Representação por Captação e/ou Gasto Ilícito de Recursos prevista pelo artigo 30-A do mesmo diploma;

O instrumento processual previsto pelo artigo 30-A da Lei nº 9.504/97 – substrato da pretensão da INVESTIGANTE em face dos INVESTIGADOS – possui o préstimo tão somente de analisar a adequação jurídica das movimentações financeiras típicas das campanhas eleitorais e, assim, qualquer levantamento e dispêndio de recursos do período pré-eleitoral não se constitui objeto de análises, sendo que apenas quando verificado o caráter propriamente eleitoral das despesas é que, pela antecipação ilícita, a via desta representação se torna possível;

A arrecadação de recursos e os gastos de pré-campanha não se submetem à prestação de contas eleitorais exigida pela legislação brasileira;

Também o candidato eleito ao cargo de presidente da república filiado à INVESTIGANTE, apesar de indiscutivelmente ter realizado diversos atos de pré-campanha, não contabilizou nenhum deles em sua campanha eleitoral e igual situação é apurável em relação ao DEPUTADO ESTADUAL ARILSON CHIORATO, Presidente da INVESTIGANTE, que apesar de ter realizado diversas viagens em sua pré-campanha, produzido materiais e etc., deixou de contabilizar esse volume de gastos em sua campanha eleitoral e idêntica situação também se verifica em relação à presidente do PARTIDO DOS TRABALHADORES, GLEISI HOFFMANN;

Assim como os filiados da INVESTIGANTE, os INVESTIGADOS não estavam obrigados a contabilizar os gastos havidos na pré-campanha eleitoral, ainda mais em somatória aos gastos eleitorais, pois versam sobre finalidades distintas, sendo a primeira sancionável somente no caso de excesso/abuso, jamais no âmbito de fiscalização como se tratasse de gasto propriamente eleitoral;

No curso da pré-campanha prevista pelo artigo 36-A da Lei nº 9.504/1997 é facultada a realização de despesas moderadas a fim de se custear quaisquer uma das condutas elencadas naquele dispositivo, sendo vedada *ex ante* tão somente a contratação de serviços tipicamente eleitorais;

Na espécie, a realização de atos de pré-campanha objetiva a viabilização de futura candidatura e seu preparo, ajuste e barateamento de custos para a competição vindoura. Pesquisas, divulgação de materiais de publicidade e a aferição de sua repercussão social, o levantamento das principais demandas da população, o exame do desempenho eleitoral próprio e dos competidores, e a participação de debates políticos de interesse às eleições são condutas expressamente permitidas pelo artigo 36-A da Lei nº 9.504/1997, e envolvem o dispêndio de recursos como meio para atingir o público e influir nos debates públicos, definindo os partícipes das eleições – em nenhum caso se confundindo com a realização de atos propriamente eleitorais;

O INVESTIGADO SERGIO MORO atuou de forma destacada enquanto filiado ao PODEMOS e posteriormente do UNIÃO BRASIL, tendo participado de eventos, palestras e propagandas partidárias a fim de emprestar sua imagem e prestígio públicos em prol das plataformas políticas defendidas pelas agremiações, auferindo benefícios mínimos dada sua notoriedade que há muito precede seu ingresso no mundo político;



O valor cobrado pela empresa D7 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., refere-se à produção de propaganda partidária para o PODEMOS e não ato ou qualquer outra demanda de cunho eleitoral e personalíssimo, sendo que a própria exordial da ação monitoria bem descreve essa a destinação da contratação;

A alegação da existência de um “contrato preliminar” no valor de R\$ 14.800.000,00 para realizar a campanha eleitoral ao cargo de Presidente é irrelevante para o caso, pois a referida empresa, como várias outras, apresentou orçamento visando eventual contratação para esse fim – mera tratativa preliminar –, o que sequer foi levado adiante com a prematura desistência do PRIMEIRO INVESTIGADO, logo, nenhum serviço prestado; nenhum valor pago;

Eventual produção pelos partidos políticos e pré-candidatos de atos de pré-campanha é absolutamente lícita, sendo que, desde o julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9-24.2016.6.26.0242, circunstancialmente esquecido da inicial do INVESTIGANTE, o Tribunal Superior Eleitoral vem reconhecendo que mesmo os gastos de pré-campanha são sindicáveis pela Justiça Eleitoral apenas e unicamente na verificação de eventual e grave afetação da legitimidade e normalidade eleitorais – igualdade de chances entre competidores – desde o crivo do abuso de poder;

De acordo com as premissas fixadas naquele julgado, a realização de despesas decorrentes de atos de pré-campanha mostra-se plenamente possível, desde que não financiem a prática de atos vedados pela legislação ou provoquem abuso de poder econômico, o que não é o caso dos autos;

Apesar de não ter sido demonstrado sequer indício de arrecadação ou emprego irregular de recursos, e mesmo sob a ótica do abuso de poder econômico, falta ao caso indicativo mínimo de prejuízo à normalidade e legitimidade das eleições, bens jurídicos protegidos pela norma eleitoral ao coibir o abuso de poder econômico nas campanhas;

Se o bem jurídico protegido pela norma é a igualdade de chances entre os candidatos, caberia à INVESTIGANTE demonstrar que as ações de pré-campanha efetivadas foram alheias ao que estava ao alcance do denominado “candidato médio”, para então aferir-se alguma ilegalidade na ótica do abuso;

Em um cenário de disputa em que os principais concorrentes eram um Senador candidato à reeleição e ex-candidato ao cargo de Presidente (ÁLVARO DIAS) e um deputado federal em exercício apoiado pelo então Presidente da República e pelo Governador do estado (PAULO MARTINS), não é possível cogitar-se que as ações de pré-campanha exercidas pelos INVESTIGADOS, restritas, no caso, a pouco mais de um mês, não eram acessíveis a eles e, ao revés, os poucos atos de pré-campanha visaram justamente equilibrar uma disputa em que ambos concorriam em um estágio inicial mais vantajoso, diante do cargo já ocupado e da pré-campanha iniciada meses antes, enquanto SERGIO MORO ainda era cotado para disputar cargo eletivo no Estado de São Paulo;

O indeferimento de sua transferência se deu somente em 07/06/2022, de modo que até lá, os atos de pré-campanha, propaganda partidária, reuniões e eventos, se deram em São Paulo, logo, irrelevantes para a análise do caso sob a ótica da interferência na eleição do Paraná, especialmente em relação às mencionadas viagens internacionais, que nenhuma relação tinham com o pleito vindouro, ou seja, sequer ato de campanha (ou de pré-campanha) podem ser considerados, não havendo indicação, nesse ponto, de atos de pré-campanha que especificamente se refiram à competição e ao eleitorado paranaense, sendo ilógico considerar os atos praticados fora do Paraná como relevantes à demanda;

O vídeo do lançamento da candidatura de Sergio Moro não expõe nada de concreto para a tese difundida, mas somente a figura do INVESTIGADO SERGIO MORO defendendo a postura e ideologia, absolutamente dentro do permissivo legal;

Não há, no caso concreto, sequer a ilicitude dos gastos, quanto menos a prática de abuso de poder econômico, uma vez que inexistentes não apenas a gravidade dos ilícitos alegados, como também proporcionalidade em eventual condenação pelos gastos que não demonstram, por si só, uma exacerbação em relação àquilo que se pode tomar como



razoável;

No que se refere à suposta prática de corrupção eleitoral, a INVESTIGANTE apontou a existência de “esquema de triangulação de recursos do Fundo Partidário” nos quais as sociedades BELLA CIAO e VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS, controladas pelo INVESTIGADO LUÍS FELIPE CUNHA, teriam sido contratadas pelo PODEMOS e pelo UNIÃO BRASIL e suas respectivas fundações partidárias a fim de se ocultar o repasse de valores oriundos do Fundo Partidário diretamente ao INVESTIGADO SERGIO MORO, para financiamento de sua pré-campanha.

No caso, contudo, ambas as sociedades foram contratadas com o intuito de prestar serviços inerentes ao período de pré-campanha, sendo que a BELLA CIAO se dedicou à coordenação da confecção do plano de governo da possível candidatura presidencial do INVESTIGADO SERGIO MORO e, conforme ajustado em contrato, o escritório VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS se concentrou na elaboração de opinativos e consultas legais em questões relativas ao período de pré-campanha, conforme relatórios dos serviços prestados ao PODEMOS;

Em relação à BELLA CIAO, a empresa foi criada há mais de dez anos, tendo prestado serviços de consultoria estratégica no curso deste período e quanto ao suposto indício de que o fato de as notas fiscais emitidas em referência ao pagamento das parcelas ajustadas serem as primeiras em meio eletrônico, anteriormente a sociedade emitia os documentos fiscais apenas em suporte físico, tratando-se de aspecto absolutamente irrelevante à matéria em apuração nestes autos;

Carece de qualquer suporte fático a grave acusação da INVESTIGANTE a respeito de uma triangularização de recursos, visto que todos os prestadores de serviços contratados pelos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL efetivamente desenvolveram trabalhos para as agremiações, sendo o INVESTIGADO SERGIO MORO apenas um dos diversos filiados que se beneficiou, direta e indiretamente, dos serviços ofertados, tanto quanto a presidente da agremiação, RENATA ABREU, e diversas outras figuras;

Jamais houve a utilização de recursos públicos para o pagamento de deslocamentos para fins privados, todas as oportunidades em que o INVESTIGADO SERGIO MORO se utilizou de recursos do partido para deslocamentos foi com a finalidade única de realizar atos partidários, como permite a legislação, art. 37, § 10º da Lei nº 9.096/95, sendo que os gastos com o deslocamento do INVESTIGADO SERGIO MORO para realizar palestras e encontros fora do país foram arcados com recursos privados, sem o envolvimento de qualquer verba pública na sua ocorrência;

A questão financeira, dentro da média dos demais, não teve impacto na votação popular dos INVESTIGADOS, não havendo razão para se desconstituir mandato legitimamente conquistado nas urnas, em nome de um revisionismo incompatível com a orientação da justiça eleitoral;

Para diluir as equivocadas interpretações realizadas pela INVESTIGANTE a respeito do caso em concreto, cabe pontuar a realidade fática e jurídica analisada no Recurso Ordinário nº 0601616-19.2018.6.11.0000, conhecido como o “Caso SELMA ARRUDA”, já que, naquela demanda, ao contrário do que faz transparecer a INVESTIGANTE, não houve o sancionamento de um suposto “excesso” na pré-campanha da então candidata e senadora eleita pelo estado do Mato Grosso, mas sim a verificação de uma antecipação de gastos de campanha no período pré-eleitoral, além do recebimento e empréstimo de valores à mingua da legislação;

Ao contrário do ocorrido no caso SELMA ARRUDA, porém, nenhum ilícito dessa natureza é identificado no presente caso, pois todos os gastos da pré-campanha foram destinados, especificadamente, para a própria pré-campanha e dentro da legalidade, sem qualquer envolvimento de recursos de terceiros para esse fim e a própria natureza dos gastos de pré-campanha dos INVESTIGADOS demonstra a plena legalidade da sua ocorrência, pois cuidaram-se apenas de gastos voltados para a promoção de atividades enquanto pré-candidato, conduta rigorosamente dentro do permissivo do art. 36-A da Lei nº



9.504/97;

Sequer uma única propaganda partidária em que se revelou desvirtuamento do seu conteúdo foi trazida aos autos, muito menos a demonstração de eventual “exagero” na exposição da figura do INVESTIGADO SERGIO MORO

Ao final, **requerem o acolhimento das preliminares invocadas**, para: 1. Reconhecer a ausência da composição de litisconsórcio passivo necessário, diante da não inclusão no polo passivo da demanda de RENATA HELLMEISTER DE ABREU MELO, e reconhecendo a impossibilidade da inclusão nesse estágio da demanda, determinar a extinção do feito, sem julgamento de mérito, em razão da decadência; 2. indeferir o pedido de quebra do sigilo fiscal, por ausência de indícios a justificar a medida; 3. O indeferimento do pedido de provas genericamente deduzido pelo INVESTIGANTE. No mérito, pugnam pelo julgamento totalmente improcedente da demanda.

Com relação às provas, juntaram documentos e arrolaram 01 (uma) testemunha.

Pelo despacho ID 43572887, determinou-se a intimação dos investigados para esclarecerem a respeito da concordância ou oposição com a tramitação “100% digital”, bem como também foi determinada a intimação da parte requerente, para que se manifestasse acerca das preliminares arguidas na contestação, bem como para justificar, de forma objetiva e específica, a imprescindibilidade de cada um dos requerimentos de prova formulados na petição inicial, indicando o que pretende demonstrar com cada uma das provas requeridas, apontando com clareza o respectivo nexos com as acusações suscitadas.

A investigante apresentou manifestação em relação à contestação no ID 43573938, aduzindo:

A inexistência de litisconsórcio passivo necessário no presente caso e a impossibilidade de julgamento de candidata de outro estado, já que o único argumento utilizado pelos INVESTIGADOS para alegar a existência de litisconsórcio passivo necessário envolve apenas uma das imputações narradas na peça vestibular e seus aditamentos, qual seja, “contratos assinados pela Presidente Renata Abreu e que, ademais, diversas outras ilicitudes foram descritas na exordial e no presente caso não há qualquer imposição legal de existência de litisconsórcio passivo necessário em ações que visem a cassação do diploma;

Os INVESTIGADOS não demonstraram a natureza incindível da relação jurídica entre a campanha de SÉRGIO MORO e de RENATA ABREU, limitaram-se a esbravejar que, por ela ser da cúpula diretiva do Podemos, seria partícipe ou coautora dos ilícitos aventados, sendo que Renata Abreu não participou e tampouco foi coautora do abuso praticado, pelo contrário, SÉRGIO MORO usou o Podemos para uma pré-campanha à presidência que se mostrou ser desde sempre uma fábula, que se prestava a dar visibilidade e benefícios para ser eleito a qualquer cargo ao Legislativo no país;

Não faz sentido a preliminar pois Renata Abreu foi candidata eleita a Deputada Federal por São Paulo, sendo que o tribunal competente para julgar eventuais abusos praticados por ela é unicamente o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a INVESTIGANTE, inclusive, sequer é parte legítima para impugnar a candidatura de Renata Abreu, já que representa a FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA no Paraná e a INVESTIGANTE só possui legitimidade ativa para postular nesta C. Corte e referente às candidaturas paranaenses;

Em relação ao pedido de quebra de sigilos fiscal e bancário, sendo um pedido subsidiário a sua delimitação ocorreria após a produção probatória inicial, afinal, não faria sentido já trazer todas as suas especificidades se a pretensão da diligência seria posterior e vinculada aos documentos apresentados inicialmente, sendo que o que se pretende neste momento é a colheita de provas públicas e afetas à movimentação financeira de pré-campanha dos Investigados. Isto é, após a notificação dos partidos e terceiros envolvidos



para que apresentem os documentos e esclarecimentos pertinentes aos autos, de modo a dar a devida transparência às movimentações financeiras de pré-campanha dos investigados, é que caberá eventual quebra dos sigilos pleiteada;

Por derradeiro, apresenta suas justificativas para cada uma das provas pretendidas e reforça o pedido realizado na peça vestibular para que ocorra a reunião do presente feito com a AIJE pelo Partido Liberal do Paraná (autos n. 0604176-51.2022.6.16.0000), nos termos do art. 96-B da Lei n. 9.504/97,

Ao final, requer: (i) diante da coincidência de pedidos e causas de pedir entre a presente demanda e a AIJE proposta pelo Partido Liberal do Paraná (autos n. 0604176-51.2022.6.16.0000), a reunião dos feitos, nos termos do art. 96-B da Lei n. 9.504/97; (iii) o afastamento das preliminares e, por conseguinte, o prosseguimento do feito; (iv) a determinação de cumprimento das diligências solicitadas na exordial; (v) oitiva das testemunhas arroladas na peça vestibular.

Em seguida os investigados se manifestaram, concordando com a adoção do juízo 100% digital, fornecendo os dados necessários para tanto (ID 43576886).

Determinou-se a abertura de vistas ao Ministério Público Eleitoral para que se manifestasse acerca da possibilidade de reunião da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 com este feito, das preliminares arguidas em contestação e sobre provas requeridas pelas partes (ID 43593136).

O Ministério Público Eleitoral informou que *“apresentou manifestação referente aos presentes autos na AIJE nº 0604176- 51.2022.6.16.0000, ajuizada pelo órgão estadual do PARTIDO LIBERAL em face de SERGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA e RICARDO AUGUSTO GUERRA, à qual se reporta para análise conjunta”* (ID 43604793).

Vieram-me conclusos.

É o relatório.

3. Decido, em saneador.

Passo a proferir decisão de saneamento e organização de ambos os processos, com amparo no art. 357 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente aos feitos eleitorais, nos termos da Res.-TSE nº 23.478/2016 e do art. 44 da Res.-TSE 23.608/2019.

De fato, a gestão do processo visa a estabilização da demanda e a racionalidade processual, em prol da segurança jurídica, com foco na duração razoável do processo, **tendo-se como norte a observância ao art. 97-A da Lei 9.504/97**, segundo o qual *“considera-se duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 (um) ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral”*, sem se descuidar da complexidade dos processos ora em análise.

4. Organização do Processo

Primeiramente, registra-se que as partes, em ambos os processos, estão regularmente representadas por seus procuradores, aos quais outorgaram os respectivos instrumentos de mandato.

Não houve concessão de tutela liminar em nenhuma das duas ações.

Em ambas as ações, os investigados foram pessoalmente citados e apresentam



contestação e, além disso, os atos processuais de responsabilidade das partes foram tempestivamente praticados.

Feitas essas considerações, passo a tratar das preliminares trazidas pelas partes relacionadas à organização do processo.

4.1 Tramitação “100% digital”

Conforme destacado pela decisão ID 435004775 dos autos 0604298-64.2022.6.16.0000, no momento da autuação, a parte autora realizou no PJe **marcação de prioridade “100% digital”**, como fora certificado pela Secretaria Judiciária (ID 43499120).

Sendo assim, determinou-se que no mandado de citação deveria constar expressamente a advertência ue o demandante optou pelo Juízo 100% Digital, bem como sobre o direito da parte contrária de recusar a referida opção.

Isso porque, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da PORTARIA CONJUNTA PRESID/CRE Nº 04, DE 09 DE JULHO DE 2021, **“No ato do ajuizamento do feito, a parte e seu(sua) advogado(a) deverão fornecer endereço eletrônico e linha telefônica móvel celular, sendo admitida a citação, a notificação e a intimação por qualquer meio eletrônico, nos termos dos arts. 193 e 246, V, do Código de Processo Civil, e a adesão às comunicações por mensagens eletrônicas, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Resolução TRE-PR nº 852/2020”**; **“No ato de citação, a parte será advertida de que o demandante optou pelo Juízo 100% Digital, bem como sobre seu direito de recusar a referida opção”** e **“Para a submissão do procedimento ao Juízo 100% Digital, em sua primeira manifestação no processo, a parte contrária e seu(ua) advogado(a) deverão necessariamente fornecer endereço eletrônico e número de linha telefônica móvel celular para o recebimento de notificações e intimações, mantendo os atualizados nos autos, ou manifestar expressamente a não concordância com o Juízo 100% Digital, caso em que o processo não será submetido a esse procedimento”**.

Embora na contestação os investigados nada tenham tratado acerca disso, em seguida, após serem especificamente instados, apresentaram manifestação, concordando com a adoção do juízo 100% digital, fornecendo os dados necessários para tanto (ID 43576886).

De outro turno, pelo despacho ID 43585969 da AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 apontou-se que, na petição inicial da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 há requerimentos para reunião dos feitos e para a tramitação “100 % digital. Sendo assim, com a finalidade de analisar a viabilidade da reunião dos processos, determinou-se a intimação do PARTIDO LIBERAL e dos requeridos a fim de que, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º da PORTARIA CONJUNTA PRESID/CRE Nº 04/2021, manifestassem se possuem interesse na tramitação destes autos na modalidade “100% digital”.

Em seguida, ambas as partes apresentaram manifestação na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, no sentido de não se oporem à tramitação “100% digital”, fornecendo as informações necessárias (ID’s 43586387 e 43589719).

Neste cenário, havendo concordância de ambas as partes, bem como o fornecimento das informações necessárias, defiro, em ambos os autos, a tramitação “100% digital”, cabendo à Secretaria Judiciária, adotar as providências necessárias, nos termos da PORTARIA CONJUNTA PRESID/CRE Nº 04/2021.

4.2. Reunião dos feitos - Conexão

Na petição inicial da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, a Federação INVESTIGANTE argumenta que os mesmos fatos já foram trazidos ao conhecimento da Justiça Eleitoral por meio de Ação ajuizada pelo Partido Liberal e, diante da possibilidade de coincidência de pedidos e causas de pedir entre as demandas, formulou requerimento para a reunião dos feitos, nos termos do art. 96-B da Lei n. 9.504/97 (ID 43498971).

Na impugnação à contestação, a INVESTIGANTE reitera o requerimento para a reunião dos processos, argumentando em ambos os feitos são investigadas as ilicitudes



praticadas por SÉRGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA e RICARDO AUGUSTO GUERRA durante o período de pré-campanha e que teria sido admitido pelos próprios INVESTIGADOS, destacando que até mesmo as peças defensivas são bastante similares (ID 43573938).

Embora as ações sejam autônomas, a conexão deve ser reconhecida quando houver identidade da relação jurídica-base das demandas, a depender da análise das situações fáticas do caso concreto. E, na espécie dos autos, verifica-se que as duas ações foram embasadas na mesma causa de pedir.

Com efeito, ainda que com amplitudes diferentes, ambas as ações trazem como causa de pedir supostos gastos irregulares no período de pré-campanha dos investigados, que seriam decorrentes de contratações utilizadas para fim de triangularização de recursos, para que estes fossem destinados, em verdade, ao pagamento de despesas pessoais do INVESTIGADO SERGIO MORO, bem como para o pagamento de despesas de natureza eleitoral. Além disso, ambas as ações também relatam que a pré-campanha dos investigados teria se beneficiado de vultosos investimentos em estrutura profissional de divulgação e *marketing*, sem que tais despesas eleitorais fossem declaradas na prestação de contas de campanha, em afronta ao limite de gastos de campanha para o cargo de Senador no Estado do Paraná e fora das possibilidades do “candidato médio”, o que teria desequilibrado a disputa para o cargo em questão.

Dessa forma, havendo, em parte, identidade parcial da causa de pedir e dos pedidos e identidade do polo passivo, **bem como sendo ambas as ações de Relatoria deste Corregedor Regional Substituto, tramitando sob a modalidade “100% digital” e encontrando-se na mesma fase processual**, possível e recomendável se mostra a reunião das ações para julgamento em conjunto, com vistas a se evitar a prolação de decisões conflitantes (art. 55, §§ 1º e 3º, do CPC/15).

Nesse sentido, inclusive, foi o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral:

Os autos de AIJE nº 0604176-51.2022.6.16.0000 e os de nº 0604298-64.2022.6.16.0000 — no que pese terem sido ajuizados por autores distintos — possuem o mesmo polo passivo; versam, em parte, sobre os mesmos fatos; possuem o mesmo pedido e compartilham do mesmo arcabouço probatório, pois, ainda que não haja absoluta identidade entre as diligências pretendidas, o escopo da produção das provas requeridas pelas partes é deveras semelhante.

Assim, na forma do art. 55, caput, do Código de Processo Civil, entende-se presente a conexão entre as presentes ações.

Manifesta-se, pois, pelo apensamento e julgamento em conjunto destes autos, como medida de economia e celeridade processual e mesmo para evitar a prolação de decisões conflitantes. (Não destacado no original)

Nessa linha, entende-se aplicável a regra disposta no artigo 96-B da Lei nº 9.504/97, de seguinte teor:

Art. 96-B. Serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira.

Por tais razões e como medida de economia e celeridade processual, reconhece-se a existência de conexão entre as ações e, ante a precedência da **Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0604176-51.2022.6.16.0000**, recebida em 23/11/2022, **determina-se o apensamento da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 àquela**, para processamento e julgamento conjunto.



5. Passo à análise das demais preliminares arguidas pelas partes.

Os investigados, em ambas as ações, arguem preliminares, as quais, em caso de acolhimento, possuem aptidão extinguir o processo, sem julgamento de mérito.

5.1 AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 e AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 – Ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, os investigados pugnam para que seja reconhecida de plano a necessidade de extinção da demanda, em virtude da ausência de formação do litisconsórcio passivo necessário dos INVESTIGADOS com RENATA ABREU e LUCIANO BIVAR, bem como pelo fato de que não seria possível mais tal inclusão, em face do decurso do prazo decadencial.

Arguem que seria inequívoca a necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário com os presidentes das agremiações envolvidas nos atos supostamente ilícitos, RENATA ABREU e LUCIANO BIVAR, não apenas por serem presidentes das agremiações, mas porque, segundo a inicial, terem sido partícipes ou até mesmo coautores dos ilícitos aventados, pois não haveria como se considerar a conduta dos INVESTIGADOS, especialmente SERGIO MORO, sem adentrar na própria conduta daquela que negociou, assentiu e firmou os contratos com as empresas apontadas como artífices dos abusos.

Argumentam que, no período de filiação de SERGIO MORO ao PODEMOS, praticamente todas as condutas apontadas como irregulares pela ação passaram por determinações da cúpula do partido, pois a decisão quando a formalização de contratos, pagamentos, aparição em propaganda partidária etc., foram tomadas sempre pela presidente RENATA ABREU, a qual também seria candidata beneficiária de tais contratações e que, no caso de LUCIANO BIVAR, presidente do UNIÃO BRASIL, a inicial aponta que a filiação do INVESTIGADO SERGIO MORO ao seu partido se deu com o intuito de praticar um ato de corrupção, qual seja, a desistência de sua candidatura ao Governo Federal para, em apoio àquele, mediante pagamento de R\$ 1 milhão de reais ao Primeiro Suplente.

Por sua vez, na AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, os investigados defendem que o caso reclama a composição de litisconsórcio passivo necessário com a presidente da agremiação envolvida nos atos supostamente ilícitos, RENATA ABREU, não apenas por ser a Presidente, mas porque, segundo a inicial, por ter sido partícipe ou até mesmo coautora dos ilícitos aventados, a partir de contratos assinados pela Presidente RENATA ABREU, a qual também seria candidata beneficiária de tais contratações.

Com base em tais argumentos, **em ambas as ações**, os investigados sustentam não se aplicar ao caso a interpretação mais recente sobre o tema, o Tribunal Superior Eleitoral, que passou a mitigar a necessidade da formação do litisconsórcio passivo, entendendo-o facultativo, quando o autor e beneficiário do suposto ilícito puderem ter suas condutas analisadas individualmente (RO nº 0603030–63/DF).

Aduzem que, pela aplicação da teoria da asserção, utilizada em recente julgado do TSE (RESPe nº 060010173), posterior à viragem jurisprudencial, as condições da ação – e dentre elas a legitimidade passiva – devem ser apuradas a partir dos elementos trazidos e afirmados pelo autor na petição inicial.

Não obstante, **a tese defendida em ambas as ações não prospera.**

Conforme é sabido, recentemente o Tribunal Superior Eleitoral reafirmou a sua jurisprudência no sentido de que *"o partido ou a coligação não detém a condição de litisconsorte passivo necessário em âmbito de AIJE, haja vista que as sanções previstas para o caso de procedência da ação são a declaração de inelegibilidade e a cassação do registro do candidato*



diretamente beneficiado (22, XIV, da Lei Complementar nº 64/1990). Precedente: REspe nº 243-42/PI, rel. Min. Henrique Neves da Silva, julgado em 16.8.2016, DJE de 11.10.2016" (AgR-ED-REspEI 0600608-93, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 2.9.2022)" (TSE - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060055665, Acórdão, Relator(a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 207, Data 18/10/2022).

No que tange aos dirigentes das agremiações, ainda que, em tese, possam sofrer a sanção de inelegibilidade, é certo que o mero fato de ser presidente do partido não atrai a legitimidade passiva. Sendo assim, para que o presidente da agremiação seja legitimado a compor o polo passivo da ação de investigação judicial eleitoral, necessariamente, deverá ostentar a condição de responsável pela conduta ou de candidato beneficiário desta.

Na hipótese dos autos, ainda que seja possível aventar que os presidentes das duas agremiações (Podemos e União Brasil) supostamente sejam responsáveis pelas condutas alegadamente ilícitas, não é imprescindível que constem do polo passivo da demanda, já que tal obrigatoriedade não é exigida pela lei, tampouco pela relação jurídica estabelecida, posto que as sanções para o candidato e para o responsável pela conduta são independentes.

Isso porque, conforme os próprios investigados reconhecem, houve viragem jurisprudencial sobre o tema, vez que o Tribunal Superior Eleitoral, superando a jurisprudência que vigorou para as eleições de 2016, fixou o entendimento, para as eleições de 2018 e seguintes, no sentido de não haver litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita em sede de AIJE, uma vez que não há, entre eles, relação jurídica controvertida, segundo se infere da ementa abaixo transcrita:

ELEIÇÕES 2018. RECURSO ORDINÁRIO. CARGO DE GOVERNADOR. ABUSO DO PODER POLÍTICO. COAÇÃO E EXONERAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS. EXECUÇÃO SIMULADA DE PROGRAMA SOCIAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE CANDIDATO BENEFICIÁRIO E AUTOR DE ATO TIDO POR ABUSIVO. DESNECESSIDADE. HIPÓTESE NÃO ABRANGIDA PELO ART. 114 DO CPC/2015. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA EM AIJE POR ABUSO DO PODER POLÍTICO. ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO PROSPECTIVA. SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS PREVIAMENTE REQUERIDA. RETORNO DOS AUTOS DIGITAIS À ORIGEM. COAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS PARA APOIO DE CANDIDATURA. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL PARA PROMOÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO.

1. A jurisdição eleitoral, considerados os bens jurídicos que se presta a defender, não pode criar óbice à efetividade da norma eleitoral nem exigir a formação de litisconsórcio sem expressa previsão no ordenamento jurídico.

2. O art. 114 do CPC/2015 prevê a formação do litisconsórcio necessário em apenas duas hipóteses: (a) por disposição de lei; e (b) quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

3. Não há, no ordenamento eleitoral, disposição legal que exija a formação de litisconsórcio no polo passivo da AIJE.



4. Inexiste relação jurídica controvertida entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita nas ações de investigação judicial por abuso do poder político.

5. Firma-se a tese no sentido de não ser exigido o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político.

6. A fixação do novo entendimento tem aplicação prospectiva, para as eleições de 2018 e seguintes, por força do princípio da segurança jurídica.

(...)

8. Recurso ordinário provido, tão somente para afastar a necessidade de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita e determinar o retorno dos autos digitais ao TRE/DF a fim de retomar a instrução probatória relativa às condutas atingidas pelo indeferimento parcial da inicial.

(TSE - RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL nº 060303063, Relator Min. Mauro Campbell Marques, Publicação: Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 142, Data 03/08/2021, não destacado no original)

Desde então, tal entendimento vem sendo reiterado não só pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, como pelas Cortes Regionais, incluindo esta Corte.

Confira-se:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR ABUSO DE PODER POLÍTICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIXADO PARA AS ELEIÇÕES DE 2016. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. PROVA TESTEMUNHAL SINGULAR EXCLUSIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONDENAÇÃO POR CAPITULAÇÃO DISTINTA. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 62 DO TSE. CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA VEDADA PREVISTA NO ART. 73, V DA LE. DÚVIDA ACERCA DA FINALIDADE ELEITORAL. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA EM GRAU RECURSAL. POSSIBILIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DE PODER POLÍTICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...) 2. A exigência do litisconsórcio passivo necessário, estabelecida pela jurisprudência do TSE para as eleições de 2016 foi superada por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário 3040-10, de relatoria do Min. Mauro Campbell Marques.



(...) 13. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(TRE/PR - RECURSO ELEITORAL nº 060073074, Relator Des. Roberto Ribas Tavarnaro, Publicação: DJE, Tomo 64, Data 01/04/2022)

Eleições 2020. Recurso Eleitoral. Representação. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Propaganda eleitoral em período vedado. Publicidade institucional. Conduta vedada a agente público. **Abuso de poder político e econômico. Litisconsórcio passivo necessário. Sentença de extinção do feito sem resolução do mérito.**

(...) 3. Mérito recursal. Alegação de que a sentença seria nula por não ter apreciado o mérito da demanda, julgando o feito extinto sem resolução do mérito por ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário e inadequação da via eleita. **Ausência de exigência de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e o agente público responsável pela prática do ato ilícito. Jurisprudência recente do TSE.**
(...)

(TRE/MG - RECURSO ELEITORAL nº 060049747, Relator Des. Patricia Henriques Ribeiro, Publicação: - Diário de Justiça Eletrônico-TREMG, Tomo 43, Data 13/03/2023, Página 21, não destacado no original)

ELEIÇÃO 2020. RECURSO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPRA DE VOTOS. ART. 41-A DA LEI 9.504/1997. LEI DAS ELEIÇÕES. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 64/1990. LEI DE INELEGIBILIDADES. PRELIMINAR. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. FACULTATIVO. CONDUTAS ILÍCITAS COMPROVADAS. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.

1. O TSE fixou o entendimento, para as eleições de 2018 e seguintes, no sentido de não haver litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita em sede de AIJE, uma vez que não há, entre eles, relação jurídica controvertida. Precedentes.

(...)7. RECURSO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO.

(TRE/GO - RECURSO ELEITORAL nº 060059574, Relator Des. Amélia Martins De Araújo, Publicação: DJE, Tomo 51, Data 16/02/2023, não destacado no original)

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ELEIÇÕES 2020. CARGO DE VEREADOR.



ALEGAÇÃO DE ABUSO DE PODER POLÍTICO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA DECADÊNCIA. **AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE O CANDIDATO BENEFICIADO E O AUTOR DAS CONDUTAS SUPOSTAMENTE ILÍCITAS. HIPÓTESE NÃO ABRANGIDA PELO ART. 114 DO CPC/2015. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO PELO E. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DESNECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO QUANDO A CONDUTA ABUSIVA FOR IMPUTADA TAMBÉM AO CANDIDATO BENEFICIÁRIO PELO ATO. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA EM AIJE POR ABUSO DO PODER POLÍTICO (PRECEDENTES: RECURSOS ORDINÁRIOS Nº 0603030-63.2018.6.07.0000 E 0603040-10.2018.6.07.0000 DO E. TSE).** PROVIMENTO DO RECURSO, PARA DETERMINAR A REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROCESSAMENTO.

(RECURSO ELEITORAL nº 060097506, Relator Des. Sérgio Nascimento, Publicação: DJE, Tomo 32, Data 17/02/2022, não destacado no original)

Com efeito, nos termos do a art. 114 do Código de Processo Civil, o litisconsórcio somente é necessário por disposição expressa em lei ou, então, por força da relação jurídica controvertida ocorrer impacto na eficácia do julgamento:

Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

E não altera essa conclusão a alegação dos investigados no sentido de que, em julgado do TSE (RESPe nº 060010173), posterior à viragem jurisprudencial, ponderou-se que as condições da ação – e dentre elas a legitimidade passiva – devem ser apuradas a partir dos elementos trazidos e afirmados pelo autor na petição inicial.

Primeiramente porque, conforme se extrai da ementa do referido processo, transcrita a seguir, o julgado em questão não é referente a **ação de investigação judicial eleitoral** (art. 22, XIV, da LC 64/90), mas sim **de representação especial por conduta vedada** (art. 73 da Lei 9.504/1990), cuja lógica é outra:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL EM PERÍODO VEDADO. AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. ACÓRDÃO REGIONAL EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 30 DA SÚMULA DO TSE. AUSÊNCIA DE CONHECIMENTO PRÉVIO DA CONDUTA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 24 DA SÚMULA DO TSE. DESPROPORCIONALIDADE DA MULTA APLICADA NA ORIGEM. NÃO OCORRÊNCIA. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.



1. Hipótese em que o TRE/SC deu parcial provimento a recurso eleitoral para condenar Gean Marques Loureiro e Topázio Silveira Neto ao pagamento de multa pecuniária no valor de, respectivamente, R\$ 40.000,00 e R\$ 20.000,00 e, ainda, julgar improcedente o pedido em relação ao recorrido Everson Mendes, consoante o art. 487, I, do CPC.

2. O TRE/SC assentou ter sido devidamente apontado, na petição inicial, que o então prefeito e candidato à reeleição, ora agravante, foi, ao mesmo tempo, o beneficiário e o autor responsável pela prática da conduta vedada e que a atuação do então secretário de Infraestrutura, Saneamento e Habitação ocorreu apenas na qualidade de mandatário, como longa manus do gestor municipal.

3. Para aferir a necessidade de litisconsórcio passivo, é suficiente a aplicação da teoria da asserção, devendo integrar o polo passivo da ação as pessoas às quais seja diretamente atribuída, na petição inicial, a prática de condutas ilícitas. Aplica-se o Enunciado Sumular nº 30 do TSE, segundo o qual "não se conhece de recurso especial eleitoral por dissídio jurisprudencial, quando a decisão recorrida estiver em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral", cujo óbice constitui fundamento para afastar ambas as hipóteses de cabimento do apelo nobre – por afronta a lei e por dissídio jurisprudencial.

4. Alterar a conclusão do Tribunal de origem sobre o conhecimento prévio do candidato a vice-prefeito acerca da conduta vedada demandaria, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial, conforme o Enunciado nº 24 da Súmula do TSE.

5. Nos termos do Enunciado nº 24 do TSE, as premissas fixadas no acórdão recorrido quanto ao valor da multa para reprimir e sancionar a conduta são inalteráveis. Desse modo, o que se verifica é que o Tribunal local, utilizando-se de critérios de individualização da penalidade, não malferiu os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, fundamentando a dosimetria da sanção a partir da análise das circunstâncias do caso concreto.

6. Os argumentos deduzidos nas razões do agravo interno não se mostram suficientes para afastar a conclusão da decisão questionada, devendo, portanto, ser negado provimento àquele.

7. Negado provimento ao agravo interno.

(TSE - RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060010173, Acórdão, Relator(a) Min. Mauro Campbell Marques, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 145, Data 02/08/2022).

Isso porque, **no caso da conduta vedada**, nos termos do § 4º do art. 73 da Lei nº 9.504/1997, "*O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a*



cem mil o § 8º do mesmo dispositivo prevê a aplicação das sanções do § 4º (suspensão da conduta e multa) "**aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem**".

Com efeito, o Tribunal Superior Eleitoral, recentemente consignou que, nas representações especiais por conduta vedada (o que não se trata do caso dos autos), "**para as Eleições 2020, esta Corte Superior firmou jurisprudência no sentido de que, nos casos de conduta vedada, exige-se litisconsórcio passivo necessário entre o agente público responsável pelo ato e o beneficiário, sendo dispensável apenas quando aquele pratica a ação como mero executor, na qualidade de simples mandatário**" (TSE - RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060153053, Acórdão, Relator(a) Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 254, Data 14/12/2022, não destacado no original).

Logo, a teoria da asserção deve ser observada para aferir a necessidade de litisconsórcio passivo, para o fim de integrar o polo passivo da ação as pessoas às quais seja diretamente atribuída, na petição inicial, a prática de condutas ilícitas, **obviamente somente nas hipóteses o litisconsórcio passivo necessário seja necessário**, como por exemplo nas representações por conduta vedada.

Em outras palavras, o julgamento trazido à baila pelos investigados, não representa contradição e nem temperamento ao atual entendimento de que, em sede de AIJE, não há necessidade de litisconsórcio passivo entre o responsável pela conduta e o candidato beneficiário.

Assim, em se tratando de AIJE, ainda que a petição inicial contenha elementos que indiquem a possível legitimidade passiva dos presidentes das agremiações, na condição de responsáveis pelas condutas, não há a obrigatoriedade de que suas responsabilidades sejam apuradas na mesma ação em que se apure o abuso de poder por parte dos candidatos beneficiários.

De outro turno, nem mesmo é possível acolher o argumento de que os presidentes das agremiações, enquanto candidatos que foram no pleito de 2022, **também teriam se beneficiado das condutas supostamente ilícitas** e deste modo deveriam necessariamente compor o polo passivo da presente demanda.

O que sucede é que, ainda que suas candidaturas também possam, em tese, terem sido beneficiadas pelos alegados abusos, ambas foram registradas em outras unidades da Federação, já que **LUCIANO BIVAR** concorreu e foi eleito ao cargo de **deputado federal** pelo **Estado de Pernambuco** (<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/PE/170001609112>), enquanto que **RENATA ABREU** concorreu e foi eleita ao cargo de **deputado federal** pelo Estado de **São Paulo**.

E, conforme bem colocado pela Federação investigante na AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, este Tribunal Regional Eleitoral do **Paraná** não possui **competência** para julgar as irregularidades ocorridas em **eleições ocorridas em outras unidades da Federação**, bem como a COMISSÃO PROVISÓRIA DA FEDERAÇÃO 'BRASIL DA ESPERANÇA' **NO ESTADO DO PARANÁ** possui legitimidade para ajuizar ações em face de situações relacionadas aos pleitos eleitorais de outros Estados.

Efetivamente, nas eleições gerais - federais e estaduais, -, a competência para o processo e julgamento das ações cíveis-eleitorais que importam na aplicação de qualquer espécie de sanção – (pecuniária, inelegibilidade ou indeferimento e cassação de registro, diploma ou mandato) – é dos Tribunais Regionais Eleitorais, nos termos art. 35 do Código Eleitoral.

Por sua vez, seguindo a mesma lógica, o art. 96 da Lei n.º 9.504/97, que estabelece a competência para o julgamento das representações eleitorais por descumprimento da referida norma, depende do escopo da eleição, sendo que nas federais, estaduais e distritais, é dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Nesse sentido:

REPRESENTAÇÃO - DOAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA À CAMPANHA



ELEITORAL - VALOR QUE ULTRAPASSA O LIMITE DE DOIS POR CENTO DO FATURAMENTO BRUTO DO ANO ANTERIOR À ELEIÇÃO - **BENEFICIÁRIO CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL EM UNIDADE DA FEDERAÇÃO DIVERSA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL QUE SE FIXA COM BASE NA ELEIÇÃO EM QUE OCORREU A IRREGULARIDADE** - ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL.

A multa prevista no § 2º do art. 81 da Lei n. 9.504/1997 é aplicada mediante representação cuja competência é fixada pelo art. 96 da mesma lei, **devendo esta ser processada no Tribunal Regional Eleitoral responsável pela eleição em que ocorreu a irregularidade**, mesmo que a pessoa jurídica tenha sede em outra unidade da federação.

(TRE/SC - Representação nº 25, Relator Des. ODSO CARDOSO FILHO, Publicação: DJE, Tomo 186, Data 09/10/2009, Página 5)

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA EM PROGRAMA PARTIDÁRIO GRATUITO. INSERÇÕES ESTADUAIS. **AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA SEDIADA EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM. INCOMPETÊNCIA. EXCLUSÃO DO POLO PASSIVO. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. PRÉVIO CONHECIMENTO INCONTROVERSO. COMINAÇÃO DE MULTA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. A competência para processar e julgar representações por descumprimento do disposto na Lei nº 9.504/97 encontra-se definida no art. 96 desse mesmo diploma legal, cuja exegese leva à conclusão de que **não compete a Tribunal Regional Eleitoral de um Estado, julgar representação por propaganda eleitoral extemporânea em que agremiação partidária de outra unidade da federação figure no polo passivo.**

(...).

4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TRE/GO - RECURSO ELEITORAL nº 11037, Relator Des. João Waldeck Felix de Sousa, Publicação: Diário de justiça, Volume 040, Tomo 1, Data 01/03/2013, Página 002)

Aplicando o mesmo raciocínio, o art. 24 da LC nº 64/90, assim prevê:

Art. 24. Nas eleições municipais, o juiz eleitoral será competente para conhecer e processar a representação prevista nesta lei complementar, exercendo todas as funções atribuídas ao corregedor-geral ou regional,



constantes dos incisos I a XV do art. 22 desta lei complementar, cabendo ao representante do Ministério Público Eleitoral em função da zona eleitoral as atribuições deferidas ao procurador-geral e regional eleitoral, observadas as normas do procedimento previstas nesta lei complementar.

Logo, ainda que a discussão em análise não esteja expressamente prevista na LC 64/1990, infere-se a competência para processar e julgar a ação de investigação judicial eleitoral segue a regra da **circunscrição**, estando relacionada ao órgão da Justiça Eleitoral que realiza a respectiva eleição.

Dessa forma, sob a ótica da legitimidade ser decorrente da condição de responsável pela conduta o litisconsórcio passivo não é necessário e, sob a ótica da legitimidade ser decorrente da condição de candidato beneficiário pela conduta, a inclusão no polo passivo dos aludidos presidentes sequer é admitida, já que foram candidatos por outras unidades da federação.

Por ser bastante pertinente, cabe mencionar a manifestação do Ministério Público Eleitoral a respeito:

Nesta linha tem seguido a Corte Superior Eleitoral (v.g., RO nº 060086542, Relator(a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 50, Data 23/03/2022) e este Regional (e.g., AIJE: 060067552 ASSAÍ - PR, Relator: Dr. Roberto Ribas Tavarnaro, Data de Julgamento: 26/05/2021), até a presente data.

(...)

Assim, em que pese o tema suscite bastante questionamento, e no caso há que se observar que se trata de atos em sua maioria praticados pelos Presidentes de ambos os Partidos em período não eleitoral, o que acarreta a necessidade de uma reflexão mais acurada, tendo por base a linha jurisprudencial até então adotada pelo Colendo Tribunal Superior Eleitoral, manifesta-se pela rejeição da preliminar.

Com base no exposto, **não há se falar em extinção do processo sem julgamento de mérito por ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário, impondo-se a rejeição da preliminar em questão.**

5.2. AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 - Inépcia da inicial – carência de provas

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, os investigados arguem que a mesma carece de fundamentos fático-probatórios – e mesmo indiciários – capazes de demonstrar a verossimilhança das narrativas trazidas a esta Corte Regional Eleitoral, pugnando pelo indeferimento liminar da inicial, nos termos do artigo 22, caput combinado com o inciso I, alínea 'c', da Lei Complementar nº 64/1990 ou, ao menos, que tal providência se dê em relação à imputação de uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do artigo 22, caput combinado com o inciso I, alínea 'c', da Lei Complementar nº 64/1990.

Afirmam que, em nenhum dos artigos de notícias colacionados há menção às cifras empregadas na realização de eventos e na administração da agenda e redes sociais dos INVESTIGADOS; no que se refere às contratações, simplesmente se demonstra uma série de



questões de execução contratual e que por igual, em relação à imputação da prática de utilização indevida de meios de comunicação social pelo INVESTIGADO SERGIO MORO, o INVESTIGANTE se limitou a fazer menção rápida e genérica à propaganda partidária do UNIÃO BRASIL, assim como à alegada superexposição midiática deste PRIMEIRO INVESTIGADO.

A preliminar não prospera.

A petição inicial delimitou de forma suficiente as imputações de supostos abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação relacionadas à pré-candidatura dos investigados.

Conforme os próprios investigados afirmam, a inicial veio instruída com documentos, compostos por matérias jornalistas; certidões; contratos de prestação de serviços ao PODEMOS; notas-fiscais de serviços prestados ao PODEMOS e outros documentos diversos, tais como a ação que cobra a inadimplência do PODEMOS.

Além disso, houve a formulação de requerimento de produção de provas, consistentes em: tomada de depoimento pessoal dos investigados, oitiva de testemunhas, pedido de requisição de documentos a terceiros, requerimento de busca e apreensão e requerimento de quebras de sigilo bancário e fiscal.

Sobre esses fatos, documentos e demais provas requeridas os investigados se defenderam de forma minuciosa e apresentaram as suas provas, requerendo a produção de prova testemunhal, o que demonstra que não houve qualquer obstáculo ou prejuízo às suas defesas.

Efetivamente, o artigo 22, *caput*, da Lei Complementar n.º 64/90 exige, para que se inicie uma Investigação Judicial Eleitoral, que o autor se dirija ao Poder Judiciário "**relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social**".

Portanto, a despeito das alegações dos investigantes no sentido de que as provas apresentadas com a exordial nada comprovariam, é certo que não é exigido que a petição inicial seja instruída com provas cabais da conduta imputada ao investigado, desde que os fatos narrados se enquadrem, em tese, em alguma das modalidades de abuso de poder e, ainda, que haja indícios suficientes da ocorrência dos fatos.

Na mesma linha, foi a manifestação do Ministério Público Eleitoral:

Nos autos de nº 0604176-51.2022.6.16.0000, os investigados pugnam pelo indeferimento da petição inicial, com base no art. 22, inciso I, alínea c, da Lei Complementar nº 64/90, sustentando ausência mínima de respaldo probatório às alegações da parte investigante. De fato, dada a gravidade das sanções advindas do julgamento de procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral, não se admite que a ação seja proposta de maneira manifestamente infundada.

Todavia, a orientação do Tribunal Superior Eleitoral é a de que tal análise primordial não deve se revestir de demasiada rigorosidade, bastando, para início da AIJE, a apresentação ou relação de elementos meramente indiciários da ocorrência do ilícito, mesmo porque a produção de provas tem seu lugar no curso da instrução processual. Veja-se: Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 060178257, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 44, Data 11/03/2021, Página 0); TSE - Recurso Ordinário nº 1840, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário de



Assim, manifesta-se pela rejeição da preliminar aventada.

(não destacado no original)

Logo não há se falar em inépcia da inicial, sendo o caso de rejeição da preliminar em questão.

Sem embargo, a existência ou inexistência de prova robusta a lastrear a procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral é matéria condizente ao mérito da demanda, não ensejando a extinção do feito sem resolução de mérito.

3.5 – Preliminar da generalidade dos pedidos de quebra de sigilos bancário e fiscal e de busca e apreensão

Em ambas as ações, os investigados arguem a generalidade dos pedidos de produção de provas relacionadas ao afastamento de garantias constitucionais, ou seja, especificamente em relação aos pedidos de quebra de sigilos bancário e fiscal e de busca e apreensão.

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, sustentam que houve a absoluta falta de cuidado na exposição das teses: acusações, suposições, invenções e mais inúmeros impropérios vocalizados por meio da inicial, sem qualquer fundamento idôneo, com base apenas em matérias de jornais e *blogs*.

Pontuam que a intervenção desta Justiça Eleitoral nas esferas privadas dos INVESTIGADOS e de terceiros somente poderá ocorrer “se houver necessidade e justificativa idônea a afastar os sigilos constitucionalmente garantidos”, em todo caso sendo necessária a incursão no acervo probatório já carreado aos autos para a verificação da verossimilhança da narrativa a sustentar a afetação dos direitos fundamentais à privacidade dos envolvidos.

Argumentam que, *“não sendo possível se verificar de maneira minimamente segura o possível cometimento de ilícitos pelos INVESTIGADOS, bem como pelos terceiros, prestadores de serviços citados, e havendo pedido pela quebra de sigilos e apreensão de documentos e equipamentos tendo por fundamento apenas fontes jornalísticas, aplica-se à espécie os precedentes do Tribunal Superior Eleitoral acima citados, implicando no indeferimento em definitivo das medidas propugnadas pelo INVESTIGANTE”*.

Defendem também que, ainda que assim não se entenda, os pedidos formulados pela busca e apreensão e quebra de sigilos são genéricos, pois ausente a delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados devem ser objeto das diligências desta Justiça Especializada.

Na mesma linha, **na AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000**, os investigados, ao pugnam pelo indeferimento em definitivo de tais medidas, desenvolvem que *“verifica-se a absoluta insubsistência de elementos bastantes a justificar o deferimento pela determinação da quebra de sigilos bancário e fiscal dos INVESTIGADOS”* e que *“que as pretensões da INVESTIGANTE se baseiam apenas em matérias jornalísticas apresentadas de forma descontextualizada, enviesadas e sem o necessário aprofundamento fático”, bem como que “s pedidos formulados de quebra de sigilos são genéricos. Ausente a delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados serão objeto das diligências desta Justiça Especializada”*.

Não obstante, nenhum desses argumentos é suficiente a culminar com a extinção



da demanda, sendo, no máximo, capazes de conduzir ao indeferimento das provas em questão.

Para melhor análise acerca da necessidade, adequação e oportunidade das quebras de sigilo fiscal e bancário e da busca e apreensão pretendidas, tais alegações serão abordadas juntamente com o saneamento do feito, com base na delimitação das questões fáticas e jurídicas, no momento da análise de cada uma das provas pretendidas.

Saneamento dos Feitos

Passo à delimitação das questões fáticas, nos termos da primeira parte do inciso II do art. 357, do Código de Processo Civil, estabelecendo os contornos gerais da matéria controvertida sobre a qual recairá a prova, considerando que com a presente decisão ocorre a estabilização da demanda, nos termos do art. 329, II, do Código de Processo Civil.

Do mesmo modo, é importante destacar as questões de direito debatidas pelas partes, inclusive porque os fatos podem comportar mais de uma capitulação jurídica, com elementos constitutivos distintos, a requerer comprovação por meios de provas diversos, possuindo relevância, assim, na forma de condução da instrução dos feitos, bem como na análise da necessidade e utilidade de cada meio de prova, conforme autoriza o art. 370 do Código de Processo Civil.

Considerando que a causa de pedir da AIJE **0604176-51.2022.6.16.0000 é mais ampla do que da AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, passo a tratar dos pontos controvertidos, de forma individual, para cada uma das ações.**

6.1. AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 - Fixação dos pontos controvertidos

No que **tange à delimitação fática, o partido investigante alega** que:

Houve a realização de despesas de natureza eleitoral, em benefícios dos investigados, no período de pré-campanha, em especial as seguintes:

- Evento, organizado pelo Podemos, de lançamento da pré-candidatura à do investigado SERGIO MORO à presidência ao custo de R\$ 200.000,00, incluindo produção de vídeo de qualidade profissional, estrutura robusta de comício, enorme painel eletrônico, discurso de autoridades, apresentação da linha que seria adotada como plano de governo, entre outros;
- Pagamento, pelo Podemos, de viagens e hospedagens nacionais e internacionais de SERGIO MORO para a divulgação de sua pré-candidatura ao cargo de Presidente da República;
- Contratação de Pesquisas Qualitativas, pela Fundação Trabalhista Nacional (fundação partidária ligada ao primeiro partido) da empresa Einstein Tecnologia Ltda, para entender melhor o eleitorado e ajudar a formar o plano de governo do primeiro requerido, enquanto candidato à Presidência da República, no valor de R\$ 663.540,00 (seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos e quarenta reais);
- Contratação de renomado publicitário e respectiva empresa – Fernando Vieira e empresa IV5 – para a preparação de Sérgio Moro para discursos e



entrevistas (*media training*), bem como sua assessoria de imprensa;

- Pré-contratação da empresa SPE Comunicação 2022, pertencente ao mencionado publicitário Pablo Alejandro Nobel, no valor de R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais);

- Contratação da empresa D7 Produções Cinematográficas Ltda., no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo que a empresa teria realizado diversos serviços de pré-campanha, voltados a beneficiar e propelar o presidenciável, dentre eles, a criação e execução de diversos serviços de produção de vídeo “no primeiro semestre de 2022”, incluindo a produção completa da propaganda partidária gratuita para rádio e televisão, na quais o investigado teria igual visibilidade que a presidente nacional do partido, figurando em metade de todas as inserções;

- Evento realizado em 12 de julho de 2022 de lançamento de pré-candidatura, dessa vez pelo Partido União Brasil, anunciando a escolha de competir ao cargo de Senador pelo Estado do Paraná;

- Produção do vídeo de antecipação de campanha, apresentado nas redes sociais do investigado como “Vídeo oficial do lançamento da pré-candidatura de Sergio Moro ao Senado Federal pelo Paraná”;

- Nas redes sociais do requerido ainda estão disponíveis diversas outras produções de pré-campanha – apócrifas – detalhando propostas que defenderá quando eleito pelo Estado do Paraná.

Houve volume excessivo de recursos patrimoniais utilizados em favor dos requeridos em período de pré-campanha, pois SERGIO MORO teria à sua disposição em pré-campanha: (a) *media training*; (b) assessoria de imprensa; (c) planejamento de *marketing*; (d) produção de vídeos em ambos os partidos; (e) remuneração mensal; (f) figurinista; (g) consultoria jurídica; (h) evento de filiação e lançamento de pré-candidatura; (i) segurança privada; (j) viagens aéreas nacionais e internacionais para ele e equipe; (k) veículo blindado; (l) hospedagens; (m) exposição midiática de presidenciável; (n) protagonismo em metade das inserções de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão; (o) produção de conteúdo e estratégia de campanha; e (p) pesquisas eleitorais. Ou seja, não é um conjunto que esteja ao alcance das possibilidades do pré-candidato médio ao Senado pelo Estado do Paraná;

Ausência da devida escrituração contábil de recursos utilizados no período de pré-campanha;

Diversos contratos foram firmados pelos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL, em desvio de finalidade, para que os recursos fossem destinados em verdade ao pagamento de despesas eleitorais e pessoais dos investigados ou então para corrupção eleitoral, destacando que aludidos contratos foram encerrados com a saída de MORO do Podemos, citando especificamente os seguintes contratos:

- Contratação, em dezembro de 2021, pela Fundação do Podemos da empresa “Bella Ciao Consultoria”, de propriedade do segundo investigado LUIS FELIPE CUNHA, ao custo mensal de R\$ 30.000,00 para elaboração de plano de governo, que teria se dado para pagamento de despesas pessoais e eleitorais de MORO;



- Contratação, pela Fundação do Podemos, da empresa “SS Advocacia Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia”, ao custo mensal de R\$ 30.000,00, cujo sócio Uziel Santana Santos, teria atuado como o articulador político da pré-campanha de Sérgio Moro, ora primeiro requerido, junto ao público evangélico e cristão, sendo que, com a apresentação da prestação de contas eleitorais dos investigados verifica-se a contratação da empresa SS Advocacia (Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia) para atuação durante o período eleitoral propriamente dito;

- Contratação, pela Fundação do Podemos, do Instituto Internacional De Pesquisa E Estudos Jurídicos Em Liberdades Civas Fundamentais Ltda., de nome fantasia: FCL Law & Trading, ao custo mensal de R\$ 15.000,00, cujo sócio Uziel Santana Santos, teria atuado como o articulador político da pré-campanha de Sérgio Moro, ora primeiro requerido, junto ao público evangélico e cristão;

- Contratação do advogado Bonini Guedes a qual não possuiria outro escopo que não a estruturação e viabilização da candidatura do investigado, já que o advogado mantém-se junto ao primeiro requerido, realizando inclusive a defesa, sem êxito, no processo em que aquele teve negada a mudança de seu domicílio eleitoral de Curitiba/PR para São Paulo/SP e foi contratado para atuação jurídica na campanha ao Senado dos requeridos pelo Partido União Brasil;

- Contratação do escritório “Vosgerau e Cunha Advogados Associados, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) pela nova sigla, o União Brasil, O pagamento é dividido em quatro parcelas de 250 mil reais, de abril a julho, que, ao serem quitadas, são prontamente seguidas pelo anúncio de candidatura de Sérgio Moro e Luis Felipe Cunha, no mesmo mês de julho de 2022.

Suspeita da utilização de empresa de propriedade do segundo corréu para a captação de recursos não contabilizados para a pré-campanha dos investigados ou até mesmo a cooptação do então pré-candidato de agremiação diversa, para que desistisse de sua candidatura presidencial e declarasse apoio à candidatura do então presidente do partido contratante (União Brasil), Luciano Bivar, eliminando-se um concorrente da disputa à vaga do Planalto;

Houve o desvirtuamento da propaganda partidária dos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL, para a divulgação de conteúdo eleitoral em benefício dos investigados, em especial:

- Nas inserções Partidárias do Podemos MORO teve a mesma visibilidade do que a presidente da agremiação, tendo aparecido em mais da metade das inserções, agravado pelo fato de que quando as inserções foram transmitidas, MORO já não estava mais do Podemos;

- Pelo UNIÃO BRASIL, em 1º de junho de 2022, foi ao ar a primeira propaganda, denominada “Comercial União Brasil 2022 – Sergio Moro – ‘Uma verdadeira União pelo Brasil’”¹⁹ e, em 27 de junho de 2022, foi ao a segunda propaganda, denominada “Comercial Sérgio Moro (União Brasil) 2022 –



'Nada vai me deter'".

Os investigados orquestraram conjunto de ações para usufruir de estrutura e exposição de pré-campanha presidencial no partido PODEMOS com limite de gastos de R\$ 88.944.030,80 para, num segundo momento, pelo partido UNIÃO BRASIL migrar para uma disputa de menor visibilidade, menor circunscrição e teto de gastos vinte vezes menor (novo teto de gastos de campanha de Senador pelo Paraná, qual seja, o de R\$ 4.447.201,54 (cerca de 1/20 do teto presidencial), carregando consigo todas as vantagens e benefícios acumulados indevidamente;

Tais fatos feriram a igualdade de condições entre os concorrentes ao cargo de Senador no Estado do Paraná e ocasionaram desequilíbrio na disputa.

Por sua vez, os Investigados não negam a existência de realização de atos de pré-campanha e nem a realização de contratações pelas agremiações. Porém, afirmam que:

As despesas contratadas no período de pré-campanha não se tratam de despesas eleitorais;

Somente os partidos custearam despesas, de natureza partidária, sem relação direta com a campanha, em favor de SERGIO MORO;

Todos os serviços contratados pelos partidos referem-se a serviços efetivamente prestados e que se deram em benefício do partido, sem natureza eleitoral e sem compreender despesas particulares;

Não há materiais de campanha produzidos antecipadamente, aliás, o prestador de marketing iniciaria seu trabalho apenas em agosto, já na campanha;

Arrecadação regular restrita ao fundo partidário, segundo suplente e pessoas físicas.

Não houve excesso de gastos;

Desnecessidade de contabilização e de declaração das despesas relativas aos atos de promoção pessoal do período de pré-campanha, pois no curso da pré-campanha prevista pelo artigo 36-A da Lei nº 9.504/1997 é facultada a realização de despesas moderadas a fim de se custear quaisquer uma das condutas elencadas naquele dispositivo, sendo vedada *ex ante* tão somente a contratação de serviços tipicamente eleitorais;

Em nenhum ato de pré-campanha dos INVESTIGADOS foi identificado o intuito de promover ou solicitar pedido de votos, mas sim o natural desenvolvimento de uma pré-campanha com a identificação dos planos e posicionamentos para as contentas de interesse comunitário.

Não houve excesso de exposição dos investigados, pois o PRIMEIRO INVESTIGADO veiculou sua imagem em poucos comerciais partidários;

Em um cenário de disputa em que os principais concorrentes eram um Senador candidato à reeleição e ex-candidato a Presidente (ÁLVARO DIAS) e um deputado federal em exercício apoiado pelo então Presidente da República e pelo Governador do estado (PAULO MARTINS), não é possível cogitar-se que as ações de pré-campanha exercidas pelos INVESTIGADOS, restritas, no caso, a pouco mais de 1 mês, não eram acessíveis a eles, sendo que os poucos atos de pré-campanha visaram justamente equilibrar uma disputa em que ambos concorriam em um estágio inicial mais vantajoso, diante do cargo já ocupado e da pré-campanha iniciada meses antes, enquanto SERGIO MORO ainda se encontrava domiciliado em São Paulo.

Fixo, portanto, como pontos controvertidos:

- Realização de despesas de natureza eleitoral, em benefício dos investigados (existência de materiais de campanha eleitoral produzidos antecipadamente) x inexistência de



natureza eleitoral das despesas realizadas durante a pré-campanha;

- Captação de recursos não contabilizados para pré-campanha;
- Uso de recursos vultuosos pelas agremiações, no período de pré-campanha, em benefício dos investigados, acima das possibilidades do candidato médio (volume excessivo de recursos patrimoniais utilizados em favor dos investigados);
- Extrapolação do limite legal de gastos na candidatura dos investigados;
- Desvio de finalidade nas contratações partidárias ocorridas no período de pré-campanha, pelos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL (desequilíbrio eleitoral decorrente de pré-campanha eleitoral utilizando propaganda partidária para promoção pessoal);
- Existência de triangularização de recursos dos partidos PODEMOS e UNIÃO BRASIL, para destinação ao pagamento de despesas pessoais e de pré-campanha dos investigados (contratações e movimentações financeiras entre partido e empresas, utilizado como “caixa 2” para construção e projeção de imagem de pré-candidato ao pleito de 2022);
- Utilização de recursos públicos para fins privados, sem fins partidários;
- Utilização da estrutura e exposição de pré-campanha presidencial para favorecimento de campanha eleitoral para senador
- Abuso da exposição midiática dos investigados no período de pré-campanha, acima das possibilidades do candidato médio (volume de veiculação da imagem do investigado em comerciais partidários que possam caracterizar abuso dos meios de comunicação (“superexposição”);
- Desvirtuamento da propaganda partidária do PODEMOS e do UNIÃO BRASIL, em benefício da pré-campanha dos investigados;
- Utilização de empresa de propriedade do segundo corréu para a captação de recursos não contabilizados para a pré-campanha dos investigados ou até mesmo a cooptação do então pré-candidato de agremiação diversa, para que MORO desistisse de sua candidatura presidencial e declarasse apoio à candidatura do então presidente do partido contratante (União Brasil), Luciano Bivar, eliminando-se um concorrente da disputa à vaga do Planalto (compra de apoio político - venda da candidatura presidencial);
- Quebra da igualdade entre os candidatos do pleito ao senado, no período da campanha eleitoral.

Em relação às **questões de direito**, imputação das seguintes infrações eleitorais:

a) **Captação ilícita e gastos ilícitos de recursos** (caixa 2), nos termos do **art. 30-A, da Lei 9.504/97** – Lei das Eleições, decorrente:

- Da Arrecadação e do Gasto Ilícito Prematuro de Campanha em período de pré-campanha (violação ao **art. 36 da Lei nº 9.504/1997**);
- Somado ao fato de que tais recursos não teriam sido declarados violação ao **art. 26 da Lei nº 9.504/1.997** e aos **arts. 3º e 36 da Res. TSE nº 23.607/2019**).

Em sua defesa, os investigados arguem:

- Não configuração de gastos eleitorais (**arts. 26 e 36, da Res. 23.607/2019**);
- Possibilidade de realização de atos de promoção pessoal no período de pré-campanha, em decorrência do disposto no **art. 36-A da Lei nº 9.504/1997**).

b) **Abuso de poder econômico**, nos termos do **art. 22, da Lei Complementar 64/90 – Lei das Inelegibilidades**, em decorrência do vulto dos gastos empreendidos na fase de pré-campanha; bem como por **violação ao limite de gastos** da campanha ao cargo de senador (Res. 23.607/2019);

Em sua defesa, os investigados arguem:

- Possibilidade de realização de atos de promoção pessoal no período de pré-campanha, em decorrência do disposto no **art. 36-A da Lei nº 9.504/1997**);
- Que os atos de pré-campanha respeitaram as **diretrizes definidas pelo Tribunal**



Superior Eleitoral no julgamento paradigma do **Agravo Regimental 9-24**, de Relatoria do Min. Luiz Fux.

c) **Uso indevido dos meios de comunicação**, nos termos do **art. 22, da Lei Complementar 64/90 – Lei das Inelegibilidades**, por ofensa ao **art. 50-B da Lei nº 9.096/1995**, caracterizada pelo desvirtuamento da propaganda partidária e pela exposição desproporcional do primeiro investigado (*downgrade* da campanha presidencial para a campanha ao Senado).

d) **Art. 299, da Lei 4.737/65** – Código Eleitoral, em decorrência dos indícios de triangularização de contratos, mediante **desvios dos recursos partidários**, em ofensa aos **arts. 44 e 53 da Lei 9.096/1995**, para a captação de recursos não contabilizados para a pré-campanha dos investigados ou até mesmo a cooptação do então pré-candidato de agremiação diversa, para que o primeiro investigado desistisse de sua candidatura presidencial e declarasse apoio à candidatura do então presidente do partido contratante (União Brasil), Luciano Bivar, eliminando-se um concorrente da disputa à vaga do Planalto.

Em sua defesa, os investigados arguem:

- De acordo com o **art. 355 do Código Eleitoral**, a titularidade da ação penal pública, nas infrações penais eleitorais, pertence, com exclusividade, ao Ministério Público Eleitoral.

- O **art. 44, VIII da Lei nº 9.096/1995**, autoriza que o partido custeie gastos do período de pré-campanha, incluindo serviços de assessoria jurídica;

- O **art. 37, § 10 da Lei nº 9.096/1995** autoriza o custeio, pelo partido, de deslocamentos relacionados com as atividades partidárias.

e) A **gravidade dos fatos expostos** estaria representada pelo o volume excessivo dos recursos patrimoniais utilizados em favor dos requeridos, desproporcionais à campanha para vaga do Senado e pela dimensão nacional e intensa da exposição. De seu turno, os investigados sustentam que não restaram configuradas as infrações acima, bem como que os fatos alegados não possuem gravidade suficiente a afetar a legitimidade e a normalidade das eleições. Assim, a gravidade da conduta, **sob o sob o viés qualitativo e quantitativo, também deverá ser parâmetro para o deferimento e produção das provas pretendidas.**

6.2. AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000 - Fixação dos pontos controvertidos

No que **tange à delimitação fática**, a **Federação investigante** alega, na petição inicial e petições de aditamentos que:

Houve a realização de gastos, em benefício dos investigados, no período de pré-campanha, ao longo de oito meses, tais como:

- Realização de evento de filiação e lançamento de pré-candidatura, amplamente noticiado e divulgado nas redes sociais de MORO, com vídeos profissionalmente produzidos,

- Utilização de assessoria de imprensa;

- Contratação de serviços de marketing, acrescentando que, em 17 de janeiro, a empresa 2022 Comunicação SPE Ltda requereu, nos autos de prestação de contas do Diretório Nacional do Podemos, seu ingresso como terceiro interessado ante a não declaração do débito eleitoral de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) contraído durante a pré-campanha do INVESTIGADO (autos n. 0601062- 51.2022.6.00.0000), sendo que tal



empresa possui dois sócios, entre eles Pablo Alejandro Nobel, o qual foi marqueteiro de campanha de MORO, conforme já destacado na inicial ante a notícia veiculada pela CNN em janeiro de 2022; bem como a contratação da empresa D7 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS pelo órgão de direção nacional do PODEMOS;

- Viagens para participação em congressos e atos de filiação, além de encontros a serviço de sua futura campanha eleitoral;

- Utilização de assessoria de imprensa para comunicação da filiação ao UNIÃO BRASIL;

- Realização de evento de filiação no UNIÃO BRASIL, com a utilização de painel personalizado com a logomarca do investigado;

- Houve, ainda, uma produção extensiva de vídeos, inclusive com propaganda eleitoral negativa que foram produzidos e divulgados por MORO e impulsionamento de propaganda negativa com produção gráfica, questionado mas extinto sem resolução de mérito por esta Corte;

b) Houve o financiamento de viagens internacionais de MORO pelo Senador Eduardo Girão do Podemos;

c) Não houve o lançamento da viagem custeada pelo Senador Eduardo Girão na prestação de contas dos investigados e não consta uma nota fiscal ou um contrato sequer sobre serviço de comunicação e assessoria de imprensa no período da pré-campanha, de sorte que todos esses gastos foram feitos sem a devida fiscalização;

d) Há suspeitas de que tenha ocorrido o custeio de despesas da pré-campanha de MORO via empresas do primeiro suplente do Senador eleito, LUIS FELIPE CUNHA.

Por sua vez, **os Investigados** não negam a existência de realização de atos de pré-campanha e nem a realização de contratações pelas agremiações. Porém, afirmam que:

As despesas contratadas no período de pré-campanha não se tratam de despesas eleitorais;

Somente os partidos custearam despesas, de natureza partidária, sem relação direta com a campanha, em favor de SERGIO MORO;

Não há materiais de campanha produzidos antecipadamente, aliás, o prestador de marketing iniciaria seu trabalho apenas em agosto, já na campanha;

Arrecadação regular restrita ao fundo partidário, segundo suplente e pessoas físicas.

e) Não houve excesso de gastos;

f) Desnecessidade de contabilização e de declaração das despesas relativas aos atos de pré-campanha;

g) Ao contrário do que é defendido pela INVESTIGANTE, as ações ocorridas fora do Estado do Paraná não possuem qualquer relevância para a disputa à candidatura ao Senado, especialmente em relação às mencionadas viagens internacionais, que nenhuma relação tinham com o pleito vingueiro, ou seja, sequer ato de campanha (ou de pré-campanha) podem ser considerados;

h) Todos os serviços contratados pelos partidos referem-se a serviços efetivamente prestados e que se deram em benefício do partido, sem natureza eleitoral e sem compreender despesas particulares.



Fixo, portanto, como pontos controvertidos:

- Realização de despesas de natureza eleitoral, em benefício dos investigados (existência de materiais de campanha eleitoral produzidos antecipadamente) x inexistência de natureza eleitoral das despesas realizadas durante a pré-campanha;
- Captação de recursos não contabilizados para pré-campanha;
- Uso recursos vultuosos pelas agremiações, no período de pré-campanha, em benefício dos investigados, acima das possibilidades do candidato médio (volume excessivo de recursos patrimoniais utilizados em favor dos investigados);
- Extrapolação do limite legal de gastos na candidatura dos investigados;
- Contratações e movimentações financeiras entre partido e empresas, utilizado como “caixa 2” para construção e projeção de imagem de pré-candidato ao pleito de 2022;
- Utilização de recursos públicos para fins privados, sem fins partidários;
- Desvio de finalidade na contratação partidária ocorrida no período de pré-campanha, pelo UNIÃO BRASIL, do escritório pertencente ao segundo investigado LUIS FELIPE CUNHA, com a triangularização de recursos dos partidos, para destinação ao pagamento de despesas pessoais e de pré-campanha dos investigados;
- Financiamento de viagens internacionais de MORO pelo Senador Eduardo Girão do Podemos, sem o lançamento na prestação de contas dos investigados;
- Quebra da igualdade entre os candidatos do pleito ao senado, no período da campanha eleitoral.

Em relação às **questões de direito**, imputação das seguintes infrações eleitorais:

a) **Captação ilícita de recursos**, nos termos do **art. 30-A**, da Lei 9.504/97 – Lei das Eleições, decorrente da Arrecadação e do Gasto Ilícito Prematuro de Campanha em período de pré-campanha antes da formalização do Registro de Candidatura (**Res.-TSE nº 23.604/2019**), somado ao fato de que tais recursos não teriam sido declarados.

Em sua defesa, os investigados alegam que as despesas realizadas no período de pré-campanha, não são amoldáveis ao rol do art. 26 da Lei 9.504/1997 e art. 35 da Res.-TSE nº 23.607/2019.

b) **Abuso de poder econômico**, nos termos do **art. 22, da Lei Complementar 64/90 – Lei das Inelegibilidades**, em decorrência do vulto dos gastos empreendidos na fase de pré-campanha, bem como pela violação do limite de gastos de campanha (**Art. 6º, da Res.TSE nº 23.607/2019**).

Em sua defesa, os investigados arguem:

- Possibilidade de realização de atos de promoção pessoal no período de pré-campanha, em decorrência do disposto no **art. 36-A da Lei nº 9.504/1997**);
- Que os atos de pré-campanha respeitaram as **diretrizes definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral** no julgamento paradigma do **Agravo Regimental 9-24**, de Relatoria do Min. Luiz Fux.

c) **Art. 354-A, da Lei 4.737/65 – Código Eleitoral**;

e) Possibilidade de configuração dos **crimes de “caixa 2”; lavagem de recursos públicos e outras condutas previstas no Código Penal**;

f) A **gravidade dos fatos** expostos estaria representada pela clara e abusiva interferência de recursos financeiros de modo que beneficiaram a campanha eleitoral de SÉRGIO MORO ao Senado do Paraná. De seu turno, os investigados sustentam que não restaram configuradas as infrações acima, bem como que os fatos alegados não possuem gravidade



suficiente a afetar a legitimidade e a normalidade das eleições. Assim, a gravidade da conduta, **sob o sob o viés qualitativo e quantitativo, também deverá ser parâmetro para o deferimento e produção das provas pretendidas.**

6.3. Das provas pretendidas pelas partes

Nos termos dos artigos 369 e 370 do Código de Processo Civil, deve nortear a apreciação das provas a análise quanto a sua pertinência e utilidade.

Nas ações ora em análise, verifica-se que não há controvérsia sobre a realização de atos de pré-campanha pelos investigados e bem acerca da existência das contratações questionadas.

A controvérsia reside quanto à natureza das despesas realizadas na fase de pré-campanha (se eleitorais ou não); quanto à efetiva finalidade das contratações questionadas (se em benefício das atividades partidárias ou como instrumento para desvio de recursos para pagamentos de despesas eleitorais e partidárias ou para a compra de apoio político); e se a exposição dos investigados nos meios da comunicação foi excessiva, causando desequilíbrio na disputa ao Senado no Estado do Paraná).

6.3.1. Prova documental:

6.3.1.1. Documentos já trazidos aos autos pelas partes

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, o partido investigante juntou documentos, assim descritos em seu sumário (ID 43444540):

- Certidão de Filiação Sergio Moro (Doc 01)
- Matérias - Sergio Moro se filia ao Podemos (Doc 02)
- Ata Notarial (Doc 03)
- Matéria - Podemos acusa Moro de usar salário da sigla para ir a SP trocar de partido – Fórum (Doc 04)
- Certidão Podemos Nacional – Moro Diretor do Núcleo de Políticas Públicas (Doc 05)
- Matérias - Moro vai receber salário de R\$ 22 mil do Podemos (Doc 06)
- Matéria - Moro escolhe argentino como marqueteiro de campanha (Doc 07)
- Certidão JUCESP 2022 Comunicação SPE Ltda (Doc 08)
- Contrato 2022 Comunicação SPE Ltda. (Doc 09)
- Contrato D7 Produções Cinematográficas Ltda. (Doc 10)
- Matéria - Saída de Moro derruba inserções do Podemos na televisão _ Lauro Jardim (Doc 11)
- Matéria - Após calote, ex-marqueteiro de Moro calcula quando verá cor do dinheiro – VEJA (Doc 12)
- Inicial Ação Monitória D7 (Doc 13)
- Matéria - Moro deixou Podemos com dívida de R\$ 2 milhões junto a produtora de vídeos - UOL (Doc 14)
- Matérias - Advogado de Moro acusa Podemos de calote (Doc 15)
- Contrato de Prestação de Serviço FTN - Bella Ciao (Doc 16)
- Contratos Sociais Bella Ciao – Assessoria Empresarial LTDA (Doc 17);
- Matéria - Advogado de Moro acusa Podemos de calote quando ex-juiz era filiado_UOL (Doc 18);
- Contrato Pesquisa Fundação Podemos 2022 - Einstein Tecnologia Ltda (Doc 19);
- Relatórios Pesquisas Fundação Podemos - Einstein Tecnologia Ltda (Doc 20);
- Matérias- Produtora aciona Podemos por calote em inserções de Moro (Doc 21);
- Matéria - Podemos acusa Moro de usar salário da sigla para ir a SP trocar de



partido – Fórum (Doc 22);
- Matéria - Moro custou R\$ 200 mil em salários e hospedagens ao Podemos - ISTOÉ (Doc 23)
- Matéria - Coordenador de campanha que negociou ida de SM ao União recebeu R\$60 mil da FTN (Doc 24)
- Contrato Fundação Podemos - SS Advocacia (Doc 25);
- Matéria - Quem é o advogado conservador que articula votos evangélicos para Sergio Moro - Agência Pública (Doc 26);
- NFs SS Advocacia – Fundação Podemos (Doc 27);
- Informações FCL (Doc 28);
- NFs Fundação Trabalhista Nacional - FCL (Doc 29);
- Relatório de Despesas Efetuadas Retificado - PC Moro (Doc 30);
- NFs Santana Santos - PC Moro (Doc 31);
- Contrato - Podemos - Bonini Guedes Adv (Doc 32);
- NFs Bonini Guedes - PC Moro (Doc 33);
- Matérias - Suplente de Moro recebeu R\$1 milhão do União Brasil (Doc 34);
- Certidão de Sociedade - VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS (Doc 35);
- Matérias - Sergio Moro anuncia pré-candidatura ao Senado pelo Paraná (Doc 36);
- Imagens alteração site - Vosgerau & Cunha Advogados Associados (Doc 37);
- Pesquisa de processos Vosgerau & Cunha Advogados Associados. (Doc 38);
- Paradigma Juíza Selma – Acórdãos TRE-PR e TSE (Doc 39);
- Matéria - Pesquisa para Senado no Paraná_ Moro e Álvaro Dias têm empate técnico (Doc 40);
- Matéria - VEJA no Twitter_ O novo slogan pré-eleitoral de Sergio Moro_ “Feliz em voltar para casa” (Doc 41)
- Matéria - Coordenador de campanha que negociou ida de SM ao União recebeu R\$60 mil da FTN (Doc 42)
- Sergio Moro no Twitter (Doc 43).

Na AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, a Federação investigante juntou, com a petição inicial, os seguintes documentos:

- Cópia de documento extraídos dos autos de prestação de contas eleitorais nº 0603264-54.2022.6.16.0000, relativas à campanha eleitoral dos investigados no pleito de 2022;
- Linha do tempo dos gastos de campanha dos investigados;
- Linha do tempo das publicações dos atos de pré-campanha;
- Biblioteca de Anúncios de propaganda negativa;
- Vídeos de Moro do período de pré-campanha;
- Vídeos do *Youtube*;
- Notícias Relatórios de preservação de prova.
Posteriormente, juntamente com petições de aditamento, apresentou:
- Cópias de documentos extraídos dos autos de Prestação de Contas de Campanha nº 0601062-51.2022.6.00.0000 do Órgão de Direção Nacional do Podemos
- Comprovante inscrição e de situação cadastral da empresa 2022 COMUNICACAO SPE LTDA;
- Espelho da Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA da empresa 2022 COMUNICACAO SPE LTDA;
- Cópia da Petição Inicial da Ação Monitoria ajuizada por D7 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA em face do Podemos;

Em ambas as ações, os investigados apresentaram relatórios de atividades, referentes aos meses de abril/2022 a julho/2022, dos serviços prestados por Vosgerau e Cunha



Advogados Associados ao partido UNIÃO BRASIL, bem como os respectivos comprovantes de envio ao partido.

Sendo assim e por terem sido tempestivamente acostado aos autos, é de se admitir todos os documentos já acostados aos autos pelas partes.

6.3.1.2. Intimação de terceiros e expedição de ofícios para requisição de documentos:

No sumário rito da AIJE, o procedimento de exibição de documentos encontra-se previsto no art. 22, incisos VIII e IX:

(...)

VIII – quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, inclusive estabelecimento de crédito, oficial ou privado, o Corregedor poderá, ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito ou requisitar cópias;

IX – se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a juízo, o juiz poderá expedir contra ele mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência.

(...)

Com aplicação subsidiária aos feitos eleitorais, o art. 397 do Código de Processo Civil contém requisitos objetivos para a admissibilidade da requisição de exibição de documentos, nos seguintes termos:

Art. 397. O pedido formulado pela parte conterà:

I - a descrição, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa, ou das categorias de documentos ou de coisas buscados;

II - a finalidade da prova, com indicação dos fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa, ou com suas categorias;

III - as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento u a coisa existe, ainda que a referência seja a categoria de documentos ou de coisas, e se acha em poder da parte contrária.

Pois bem.

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, o partido investigante requer:

“i) SEJA OFICIADO o PARTIDO PODEMOS, com sede nacional, para, sob pena de busca e apreensão, apresentar:



1. O custo total do evento de filiação partidária do primeiro requerido, o valor estimado da realização do evento e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

2. Os Dados do fornecedor responsável pela produção do vídeo do primeiro requerido, exibido durante o evento de filiação partidária deste, o valor estimado da produção e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

3. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e demais documentos referentes aos serviços contratados em benefício da pré-campanha dos requeridos, relativos – mas não limitados – a fotojornalismo, propaganda, produção de vídeos, marketing digital, assessoria de imprensa, media training, assessoria jurídica, pesquisas eleitorais ou políticas, segurança, transporte e hospedagem dos requeridos (nacionais e internacionais), familiares e equipe (com respectivo detalhamento), aluguel ou aquisição de veículos e figurinista, incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações;

4. O valor e o período durante o qual houve pagamento de remuneração ao primeiro requerido pelo desempenho de atividades relacionadas ao cargo de “Diretor do Núcleo de Políticas Públicas”, na direção do partido; e

5. Os documentos que comprovem os referidos pagamentos e os documentos que comprovem a realização das atividades condizentes.

ii) SEJA OFICIADA a FUNDAÇÃO TRABALHISTA NACIONAL, para, sob pena de busca e apreensão, apresentar:

1. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e demais documentos relativos à contratação das empresas BELLA CIAO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA E INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. (nome fantasia: Fcl Law & Trading), incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações; e

2. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e demais documentos relativos à contratação de pesquisas eleitorais ou políticas, voltadas para o projeto presidencial, incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações.

iii) SEJA OFICIADO o PARTIDO UNIÃO BRASIL – ÓRGÃO NACIONAL, para, sob pena de busca e apreensão, apresentar:

1. O custo total do evento de lançamento de pré-candidatura do primeiro requerido ao Senado pelo Estado do Paraná, o valor estimado da realização do evento e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

2. Os Dados do fornecedor responsável pela produção do vídeo do primeiro requerido, exibido durante o evento de lançamento de pré-



candidatura ao Senado pelo Estado do Paraná, o valor estimado da produção e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

3. Os Dados do fornecedor responsável pela produção dos 5 (cinco) vídeos do primeiro requerido que formam o conjunto das “Cinco propostas para transformar o Paraná e o Brasil”, o valor pago ou, na falta deste, o valor estimado da produção e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

4. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes aos serviços contratados em benefício da pré-campanha dos requeridos, relativos – mas não limitados – a fotojornalismo, propaganda, produção de vídeos, marketing digital, assessoria de imprensa, media training, assessoria jurídica, pesquisas eleitorais ou políticas, segurança, transporte e hospedagem dos requeridos (nacionais e internacionais), familiares e equipe (com respectivo detalhamento), aluguel ou aquisição de veículos e figurinista, incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações;

5. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes aos serviços contratados da empresa VOSGERAU E CUNHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS; e

6. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes a serviços contratados de VOSGERAU E CUNHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS SCP, BELLA CIAO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. ME (NOME FANTASIA: FCL LAW & TRADING), SERGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA, RICARDO AUGUSTO GUERRA, UZIEL SANTANA DOS SANTOS, ANNA HELENA BARROSO PIRES SANTANA DOS SANTOS, SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU, ou de empresas em que estes figurem como sócios ou administradores.

iv) SEJA OFICIADO o PARTIDO UNIÃO BRASIL – ÓRGÃO ESTADUAL DO PARANÁ, para, sob pena de busca e apreensão, apresentar:

1. O custo total do evento de lançamento de pré-candidatura do primeiro requerido ao Senado pelo Estado do Paraná, o valor estimado da realização do evento e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

2. Os Dados do fornecedor responsável pela produção do vídeo do primeiro requerido, exibido durante o evento de lançamento de pré-candidatura ao Senado pelo Estado do Paraná, o valor estimado da produção e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;

3. Os Dados do fornecedor responsável pela produção dos 5 (cinco) vídeos do primeiro requerido que formam o conjunto das “Cinco propostas para transformar o Paraná e o Brasil”, o valor pago ou, na falta deste, o valor estimado da produção e a origem dos recursos utilizados para o pagamento;



4. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes aos serviços contratados em benefício da pré-campanha dos requeridos, relativos – mas não limitados – a fotojornalismo, propaganda, produção de vídeos, marketing digital, assessoria e imprensa, média training, assessoria jurídica, pesquisas eleitorais ou políticas, segurança, transporte e hospedagem dos requeridos (nacionais e internacionais), familiares e equipe (com respectivo detalhamento), aluguel ou aquisição de veículos e figurinista, incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações;

5. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes aos serviços contratados da empresa VOSGERAU E CUNHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS; e

6. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes a serviços contratados de VOSGERAU E CUNHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS SCP, BELLA CIAO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. ME (NOME FANTASIA: FCL LAW & TRADING), SERGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA, RICARDO AUGUSTO GUERRA, UZIEL SANTANA DOS SANTOS, ANNA HELENA BARROSO PIRES SANTANA DOS SANTOS, SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU, ou de empresas em que estes figurem como sócios ou administradores.

v) SEJA OFICIADA a FUNDAÇÃO ÍNDIGO, para, sob pena de busca e apreensão, apresentar:

1. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes aos serviços contratados ligados às pré-campanhas dos requeridos, relativos – mas não limitados – a fotojornalismo, propaganda, produção de vídeos, marketing digital, assessoria de imprensa, média training, assessoria jurídica, pesquisas eleitorais ou políticas, segurança, transporte e hospedagem dos requeridos (nacionais e internacionais), familiares e equipe (com respectivo detalhamento), aluguel ou aquisição de veículos e figurinista, incluindo eventuais reembolsos e gastos indiretos decorrentes das contratações; e

2. Os contratos, notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e documentos referentes a serviços contratados de VOSGERAU E CUNHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS SCP, BELLA CIAO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. ME (NOME FANTASIA: FCL LAW & TRADING), SERGIO FERNANDO MORO, LUIS FELIPE CUNHA, RICARDO AUGUSTO GUERRA, UZIEL SANTANA DOS SANTOS, ANNA HELENA BARROSO PIRES SANTANA DOS SANTOS, SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU, ou de empresas em que estes figurem



como sócios ou administradores”.

A respeito das justificativas acerca da necessidade e utilidade de tais requerimentos, o investigante sustenta que, quanto aos pedidos de ofícios ao PARTIDO PODEMOS, a FUNDAÇÃO TRABALHISTA NACIONAL, PARTIDO UNIÃO BRASIL – ÓRGÃO NACIONAL, o PARTIDO UNIÃO BRASIL – ÓRGÃO ESTADUAL DO PARANÁ, a FUNDAÇÃO ÍNDIGO solicitando informações e fornecimento de dados sobre gastos em eventos, documentos e contratos notas fiscais, relatórios, comprovantes de realização dos serviços, e demais documentos referentes aos serviços contratados em benefício da pré-campanha dos requeridos, tal diligência é de suma importância para se obter provas quanto a arrecadação e do gasto ilícito prematuro de campanha, o abuso do poder econômico, a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, o desvirtuamento da finalidade da propaganda partidária e a exposição desproporcional do primeiro requerido, haja vista que foram os partidos e fundações os responsáveis pelas contratações em favor dos réus em sua pré-campanha e campanha política. Assim, tais documentos tem o condão de comprovar as práticas ilícitas ora investigadas.

Argumenta que faz jus o deferimento da produção das provas requeridas, principalmente aquelas em posse de terceiros, no período que abrange os fatos sob investigação, ou seja, de 11 de novembro de 2021 (data de filiação do primeiro requerido ao partido Podemos, e data a partir da qual os terceiros envolvidos passaram a ser contratados pela referida agremiação para realização de serviços de natureza eleitoral), até a data de 2 de outubro de 2022 (data da eleição, a partir da qual os contratos e dados requeridos cessam a relação com o objeto da presente demanda).

Na AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000, a Federação investigante requer a notificação de terceiros para que tragam aos autos, no prazo mais exíguo possível, os seguintes documentos e provas:

*“i) Ao **DIRETÓRIO NACIONAL DO PODEMOS E À COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO PODEMOS PARANÁ**, o envio ao feito de todos os documentos relacionados com a contratação de despesas pessoais, ‘luxos’ e de pré-campanha de SÉRGIO MORO enquanto filiado da agremiação, incluindo a juntada dos comprovantes (notas fiscais, recibos, contratos etc.) referentes à contratação de pessoal, como assessoria de imprensa e staff pessoal, empresas e administradores de redes sociais, marketing digital, materiais impressos, viagens domésticas e internacionais, eventos públicos de filiação e pré-campanha, além de todos os demais destinados ao custeio da pré-campanha de Sérgio Moro desde sua filiação até sua saída da agremiação;*

*ii) Ao **DIRETÓRIO NACIONAL DO UNIÃO BRASIL E À COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO UNIÃO BRASIL DO PARANÁ**, igualmente o envio ao feito de todos os documentos relacionados com a contratação de despesas pessoais e de pré-campanha de SÉRGIO MORO enquanto filiado da agremiação, incluindo a juntada dos comprovantes (notas fiscais, recibos, contratos etc.) referentes à contratação de pessoal, como assessoria de imprensa e staff pessoal, empresas e administradores de redes sociais, marketing digital, materiais impressos, viagens domésticas e internacionais, eventos públicos de filiação e pré-campanha, além de todos os demais destinados ao custeio da pré-campanha de SÉRGIO MORO desde sua*



filiação até seu efetivo registro de candidatura;

iii) Ao DIRETÓRIO NACIONAL DO UNIÃO BRASIL, AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PODEMOS E À COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO PODEMOS PARANÁ , o envio da relação e dos comprovantes de prestação de todos os serviços realizados em favor das agremiações pelas pessoas jurídicas pertencentes ao primeiro suplente ora INVESTIGADO, em especial por BELLA CIAO - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (CNPJ n. 11.024.900/0001-95) e VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ 11.196.348/0001-12), juntando cópia integral das atividades consultivas e dos processos administrativos ou judiciais que tenha atuado ao longo da contratação.

iv) Ao Senador LUIS EDUARDO GRANJEIRO GIRÃO, para que apresente todos os documentos comprobatórios de despesas das viagens domésticas ou internacionais custeadas em favor do pré-candidato SÉRGIO MORO ou de sua pré-candidatura, como notas e cupons fiscais, comprovantes de pagamentos, contratos etc. com detalhamento da origem e destino de todos dos pagamentos realizados em prol da pré-candidatura do INVESTIGADO, bem como informe e comprove se foram ou não reembolsados”.

Em relação às justificativas para as provas pretendidas, aduz que:

Quanto ao pedido de informações ao Diretório Nacional do Podemos e à Comissão Provisória Estadual Do Podemos Paraná, a diligência é essencial para que seja possível averiguar a legalidade e licitude da pré-campanha de MORO, já que fora admitido pelos próprios INVESTIGADOS que tais documentos ficaram a margem da fiscalização desta d. Justiça Especializada, sendo que tais documentos são públicos e, em algum momento, serão apresentados à Justiça Eleitoral em processo de prestação de contas e, assim, não haveria qualquer prejuízo ou constrangimento apresentá-los nestes autos para que se possa averiguar a conduta dos INVESTIGADOS;

Quanto ao pedido de documentos ao DIRETÓRIO NACIONAL DO UNIÃO BRASIL E À COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO UNIÃO BRASIL DO PARANÁ, igualmente o mesmo ocorre no tocante a diligência direcionada ao União Brasil, destacando, neste caso, a pré-campanha de MORO à Deputado Federal por São Paulo, que igualmente ocorreu às margens da fiscalização.

Quanto ao pedido ao DIRETÓRIO NACIONAL DO UNIÃO BRASIL, AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PODEMOS E À COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO PODEMOS PARANÁ , para o envio da relação e dos comprovantes de prestação de todos os serviços realizados em favor das agremiações pelas pessoas jurídicas pertencentes ao primeiro suplente ora INVESTIGADO, em especial por BELLA CIAO - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (CNPJ n. 11.024.900/0001-95) e VOSGERAU & CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ 11.196.348/0001-12), a diligência se torna necessária ante a possibilidade de triangulação de valores do fundo partidário e do fundo eleitoral também entre os dois partidos políticos pelo qual o ex-juiz foi pré-candidato, MORO e LUIS FELIPE CUNHA, acrescentando que, recentemente, tornou-se público que a suspeita relação financeira entre os investigados continua, já que o agora Senador MORO paga o aluguel a escritório dos sócios de LUIS FELIPE CUNHA e que tal escritório foi aberto logo após o anúncio da pré-candidatura do ex-ministro ao Senado, reforçando os indícios de ilicitudes



decorrente das relações contratuais dos INVESTIGADOS e que remanescem até este momento;

Quanto ao pedido ao Senador LUIS EDUARDO GRANJEIRO é imperioso que o Senador Eduardo Girão apresente tais documentos, uma vez que se trata de doação realizada em benefício dos INVESTIGADOS, mas realizada as escusas desta d. Justiça Especializada, sendo que os INVESTIGADOS sequer abordaram o assunto em sua defesa, nem mesmo para negá-la, limitando-se a afirmar que não tinham interesse com o pleito, pois realizadas antes de junho de 2022.

De outro vértice, no que tange à exibição de documentos pretendida em face das agremiações partidárias, em suas esferas nacional e estadual, e suas respectivas Fundações, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se contrariamente ao deferimento das exibições de documentos pretendidas, argumentando o seguinte:

"(...)

Os investigadores pretendem a exibição de documentos por parte dos partidos Podemos e União Brasil, em suas esferas estadual e nacional; da Fundação Trabalhista Nacional (fundação partidária do PODE); da Fundação Índigo (fundação partidária do UNIÃO) e do senador Luís Eduardo Granjeiro Girão.

Com exceção deste último, todos os demais estão obrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral anualmente, em processos públicos e disponíveis para a consulta.

Inclusive, o prazo para a apresentação de contas relativas ao exercício financeiro de 2022 esgota-se em 30 de junho, na forma do art. 28 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

É de se observar que no portal DivulgaSPCA, mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral, já se encontram disponíveis os extratos bancários, relação de despesas e documentos comprobatórios do Podemos e do União Brasil, em suas esferas nacional e estadual, relativos aos exercícios de 2021 e 2022, abrangendo todo o período de pré-campanha.

*Inobstante a vasta documentação já publicamente disponível, os requerentes pugnam pela notificação das agremiações para que exibam documentos nestes autos, mas **não há menção concreta aos elementos veiculados via DivulgaSPCA, seja para fundamentar, delimitar e especificar o requerimento de exibição de documentos, seja para sustentar eventual insuficiência destes.***

Deste modo, entende-se que não se encontra demonstrada a necessidade de intervenção judicial para a obtenção das informações pretendidas pelos autores, uma vez que os interessados podem verificar diretamente o conteúdo dos documentos requeridos e obter o acesso a eles independentemente de determinação de exibição”.



Não obstante os argumentos do Ministério Público Eleitoral, em consulta ao sistema DivulgaSPCA, na data em que proferida esta decisão, verificou-se que ainda se encontram em situação “aberta” as prestações de contas, do exercício 2022, das esferas partidárias em questão, bem como não há especificação clara das despesas de suas respectivas fundações, constando apenas os repasses que lhes foram efetuados.

Ademais, os pedidos foram justificados e, diante dos pontos controvertidos, bem como para que não se alegue eventual negativa ao exercício do direito de ação, ou mesmo de defesa, **devem ser deferidos os pedidos de expedição de ofícios:**

- Ao partido PODEMOS - órgão nacional, conforme requerido nas AIJEs 0604176 e 0604298;

- Ao partido PODEMOS - órgão estadual, conforme requerido na AIJE 0604298;

- À FUNDAÇÃO TRABALHISTA NACIONAL, conforme requerido na AIJE 0604176;

- Ao partido UNIÃO BRASIL - órgão nacional, conforme requerido nas AIJE's 0604176 e 0604298;

- Ao partido UNIÃO BRASIL – órgão estadual, conforme requerido nas AIJE's 0604176 e 0604298;

- À FUNDAÇÃO ÍNDIGO – conforme requerido na AIJE 0604176.

Os respectivos ofícios deverão solicitar as informações, em relação ao conteúdo pretendido, na forma requerida (em especial, quanto ao período, indicado por um dos investigantes, **de 11 de novembro de 2021** - data de filiação do primeiro requerido ao partido Podemos, e data a partir da qual os terceiros envolvidos passaram a ser contratados pela referida agremiação para realização de serviços de natureza eleitoral, **até a data de 2 de outubro de 2022**, data da eleição, a partir da qual os contratos e dados requeridos cessam a relação com o objeto da presente demanda).

Nos ofícios, deverá constar o prazo de 10 (dez) dias fixado para seu para atendimento e “não” deverá constar a observação “sob pena de busca e apreensão”, em que pese tenha sido requerida tal consequência pela Investigante na AIJE 0604176.

Em sendo o caso, os Investigantes deverão ser instados pela Secretaria Judiciária à indicação de endereços ou outras informações reputadas necessárias para o correto endereçamento e atendimento das solicitações.

De outro turno, **deve ser indeferida a requisição de documentos pretendida na AIJE 0604298, em face do Senador Eduardo Girão**, pois, conforme bem pontuou a Procuradoria Regional Eleitoral, *“o requerimento esbarra na ausência de comprovação da existência e permanência da documentação em guarda do congressista, pois os únicos indícios apresentados para tanto foram duas notícias jornalísticas”* e ainda:

Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, “[n]ão se considera fundamento idôneo, para fins de justificar a requisição de documentos e/ou quebra de sigilos protegidos constitucionalmente, matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação”.

De outro lado, sendo incontroverso que os supostos custeios de viagens por parte do Senador foram feitos fora do período eleitoral, não há dever de guarda ou armazenamento de eventuais comprovantes de pagamento, recibos ou notas fiscais referentes a tais despesas.

6.3.2. Depoimento pessoal dos investigados

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 o partido investigante pleiteia sejam colhidos os depoimentos pessoais dos requeridos.

Instado a justificar a necessidade da prova sustentou que *“mostra-se extremamente relevante sua realização haja vista a possibilidade de confissão de práticas ilícitas ora investigadas na presente demanda”*, destaquei.



Primeiramente, é pacífico que **“A confissão não é válida como meio de prova nas ações eleitorais, por tratarem de direitos indisponíveis. Incidência do artigo 392 do CPC. Doutrina. Precedentes do TSE e deste Regional”** (TRE/PR - Ação de Impugnação de Mandato Eletivo nº 060000556, Relator Des. Thiago Paiva Dos Santos, Publicação: DJE - DJE, Data 14/12/2022, destaquei).

Ademais, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, **“ante a falta de previsão na Lei Complementar nº 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em AIJE”** (TSE - AIJE 0601779-05/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 11/3/2021, destaquei).

Nessa linha, o Ministério Público Eleitoral acrescentou que **“Não houve demonstração da necessidade inequívoca da prova a suplantam o entendimento sufragado pelo Colendo Tribunal Superior Eleitoral, sem se olvidar da inviabilidade de aplicação dos efeitos da confissão (arts. 385, §1º, e 389 do CPC)”**.

Nesses termos, **indefere-se o depoimento pessoal dos investigados.**

6.3.3. Prova testemunhal

Na **AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000** o partido investigante pleiteia a oitiva de **06 (seis)** testemunhas arroladas na inicial, quais sejam:

- GUSTAVO SILVA CASTRO (Intermediador da filiação de Sérgio Moro ao Podemos), Curitiba/PR;

- OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO (Filiado do Partido União Brasil), Brasília/DF;

- PABLO ALEJANDRO NOBEL (*Marketeiro* relacionado à pré-campanha), São Paulo – SP;

- JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO (Presidente Instituto Indigo – União), Recife – PE, (embora não tenha sido indicado pelo investigante, segundo consulta ao *divulgacand*, foi **eleito ao cargo de deputado federal e, segundo site da Câmara, está em exercício**, na data em que proferida esta decisão);

- ANDREA DURÃES SADER (Sócia D7 Produções Cinematográficas Ltda.), São Paulo – SP,

- ANNA GABRIELA PEREIRA DE SOUZA (Gestora de Contratos do Partido Podemos) Diadema/SP.

Justificou a necessidade, ao argumento de que tal prova **“é pertinente e necessária quando se analisa o próprio rol de testemunhas, pois são intermediadores do réu junto a partido político, filiados do partido que participou ou presenciou diversos fatos investigados, marketeiro relacionado aos gastos de pré-campanha, Presidente Instituto Indigo (do partido União Brasil) que efetuou contratações em favor dos réus, sócia D7 Produções Cinematográficas Ltda. (Empresa credora de contratos de prestação de serviços em favor dos réus), e a gestora de contratos do Partido Podemos que, pela função, pode proporcionar informações relevantes quanto aos contratos de natureza eleitoral em favor do réu”**.

Na **AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000** a Federação investigante pugna pela oitiva de 06 (seis) testemunhas (quatro arroladas na inicial e duas arroladas em petição de aditamento ID 43499082), quais sejam:

- RENATA HELLMMEISTER DE ABREU MELO, **deputada federal** e presidente nacional do Podemos, Brasília;

- JOSÉ CARLOS OLIVEIRA MELO, tesoureiro do diretório nacional do Podemos, Brasília;

- MARIA EMILIA GOLÇALVES DE RUEDA, tesoureira do Diretório Nacional do União Brasil, Brasília;

- GUSTAVO SILVA CASTRO, presidente da Comissão Provisória do Podemos/PR, Curitiba/PR;

- João Victor Carneiro de Rezende Renault, sócio-Administrador da 2022



Comunicação SPE Ltda, São Paulo-SP,

- Pablo Aleandro Nobel, sócio da 2022 Comunicação SPE Ltda, São Paulo-SP.

Justificou a necessidade de oitiva de cada uma delas em função de estarem todas envolvidas, em alguma medida, com os fatos narrados na peça vestibular.

Por sua vez, **em ambas as ações, os investigados arrolaram 01 (uma) testemunha**, a mesma, nos dois processos, qual seja:

- DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL (embora nas contestações tenha-se qualificado a testemunha como **Deputado Federal**, é certo que na data em que é proferida esta decisão, **a testemunha não ostenta tal condição**, considerando que é público e notório que, em 16 de maio de 2023, **o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu o registro do representado** (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/por-unanimidade-tse-cassa-registro-do-deputado-federal-deltan-dallagnol-pode>), determinando a este Regional **a imediata execução** do Acórdão, independentemente de publicação e, ainda, em 06 de junho de 2023, **a Mesa da Câmara de Deputados declarou a perda do mandado do representado** (<https://www.camara.leg.br/noticias/969453-camara-declara-a-perda-de-mandato-de-deltan-dallagnol-condenado-pelo-tse/>), em conformidade com o art. 55, inciso V e §3º da Constituição Federal e Ato da Mesa nº 37, de 2009).

Ainda, na petição ID 43600593 da AIJE nº 0604176-51.2022.6.16.0000, **os investigados** formularam **pedido de aditamento do seu rol de testemunhas**, considerando a superveniência de fato novo, ocorrido após a apresentação da contestação, indicando para serem ouvidas as seguintes pessoas:

- (i) o responsável pela pesquisa veiculada junto à RPC, afiliada da Rede Globo, mediante envio de ofício à emissora;

- (ii) MURILO HIDALGO, proprietário do INSTITUTO PARANÁ DE PESQUISAS.

Pois bem.

Sendo **controversos** os fatos, **é de se admitir a prova testemunhal pretendida pelas partes, em ambos os feitos.**

No que tange à ampliação do rol de testemunhas requerida pelos investigados na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000, conforme bem pontuou o Ministério Público Eleitoral, *“Considerando que o requerimento destina-se a comprovar fatos supervenientes à contestação e que, uma vez formulado pelos requeridos, não implica em ampliação da causa de pedir, pois somente, segundo o prognóstico dos investigados, destina-se a comprovar alegações tidas como relevantes à argumentação defensiva, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, entende-se que o pedido comporta deferimento”*.

Para tanto, desde logo, **deverá ocorrer a expedição de ofício à emissora RPC - Rede Paranaense de Comunicação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe o responsável pela pesquisa mencionada na petição ID 43600593, que teria sido veiculada junto à emissora na data do pleito, a fim de que esta pessoa, após identificada, possa ser ouvida como testemunha.**

Em sendo o caso, os Investigantes deverão ser instados pela Secretaria Judiciária, para a indicação de endereços ou outras informações reputadas necessárias para o correto endereçamento e atendimento da solicitação.

Destaca-se, entretanto, que não obstante o deferimento da prova testemunhal, somente após a produção inicial das provas documentais, serão adotadas as providências para a produção das provas orais, ressaltando-se também que, como é cediço e em conformidade com o art. 44 da Res. TSE nº 23.608/2019, o art. 22, V, da Lei Complementar 64/90 prescreve como **ônus das partes as providências necessárias ao comparecimento das suas testemunhas arroladas, independentemente de intimação.**



Oportunamente, em relação às testemunhas que, **na data que vier a ser designada para audiência**, ocuparem um dos cargos previstos no **art. 454 do Código de Processo Civil**, deverá ser observada a prerrogativa prevista no dispositivo em questão. Caso esse *status* eventualmente não mais subsistir, passam automaticamente a prevalecer as regras do art. 22, V, da LC 64/90.

6.3.4 – Das provas que envolvem afastamento de garantias constitucionais

Primeiramente, para melhor compreensão passa-se a descrever o que as partes alegam a respeito de cada uma das provas que envolvem afastamento de garantias constitucionais.

Busca e Apreensão domiciliar e quebra de sigilo telemático

Na **AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000**, o partido pleiteia seja autorizada a **busca e apreensão domiciliar, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, de livros fiscais, notas fiscais, anotações, recibos e demais documentos** relativos ao período objeto da investigação, relacionados com os fatos investigados, bem como **aparelhos eletrônicos** eventualmente apreendidos, em especial **celulares e computadores**, que forem encontrados nos endereços relacionados de:

- SERGIO FERNANDO MORO;
- LUIS FELIPE CUNHA;
- RICARDO AUGUSTO GUERRA;
- UZIEL SANTANA DOS SANTOS;
- ANNA HELENA BARROSO PIRES SANTANA DOS SANTOS;
- SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU;
- VOSGERAU E CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS;
- VOSGERAU E CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS - SCP;
- BELLA CIAO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA;
- BONINI GUEDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;
- BONINI GUEDES ADVOCACIA, CNPJ: 28.120.077/0001-14;
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS

JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. ME, NOME FANTASIA FCL LAW & TRADING; e

- SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

Requer, ainda seja autorizada a **pesquisa nas informações existentes na memória dos aparelhos eletrônicos** eventualmente apreendidos (exemplo: lista de contatos, mensagens e aplicativos, fotos e vídeos), vedado a acesso, sem consentimento ou mediante nova autorização judicial, a dados supervenientes (interceptação telemática).

A respeito das justificativas acerca da necessidade e utilidade de cada uma das provas pretendidas, o investigador sustenta que tal pedido se mostraria essencial para comprovar a arquitetura das práticas ilícitas, pois atualmente os aparelhos eletrônicos e aplicativos de mensagens instantâneas são a maior forma de comunicação mundial, portanto, somente de posses desses eletrônicos e das conversas relacionadas ao fatos, será possível comprovar os enlaces políticos e a organização para a prática dos ilícitos ora investigados;

Sustenta, ainda, haver fato específico a ser apurado, intervalo de tempo delimitado e coerente, bem como endereço preciso do local a ser diligenciado, de forma que prudente e necessária se faz a diligência, a fim de ser alcançada a verdade real dos fatos, no período que abrange os fatos sob investigação, ou seja, de 11 de novembro de 2021 (data de filiação do



primeiro requerido ao partido Podemos, e data a partir da qual os terceiros envolvidos passaram a ser contratados pela referida agremiação para realização de serviços de natureza eleitoral), até a data de 2 de outubro de 2022 (data da eleição, a partir da qual os contratos e dados requeridos cessam a relação com o objeto da presente demanda).

De outro turno, os investigados alegam, em preliminar, a absoluta insubsistência de elementos bastantes a justificar o deferimento pela determinação da quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático dos INVESTIGADOS, pois as imputações apresentadas pelo INVESTIGANTE não possuem lastro suficiente sequer à verificação da existência de indícios da prática das condutas em apuração, já que se baseiam apenas em matérias jornalísticas apresentadas de forma descontextualizada, enviesadas e sem o necessário aprofundamento fático, demonstrando-se desnecessária a produção das provas pretendidas neste particular.

Argumentam aplicar ao caso o teor do artigo 370, parágrafo único do CPC e que os pedidos formulados pela busca e apreensão e quebra de sigilos são genéricos, sem delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados devem ser objeto das diligências.

Quebra de sigilos fiscal e bancário do representado e de terceiros

Na AIJE 0604176-51.2022.6.16.0000 o investigante formula pedido para que seja AUTORIZAR a quebra de sigilo fiscal e bancário, do período de 01.11.2021 a 10.11.2022, de todas as contas correntes, contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras pelas pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, no período também informado no quadro abaixo, as quais devem ser apresentadas dentro de prazo a ser fixado e, a contar da comunicação do Banco Central às instituições financeiras, para que estas cumpram a determinação:

- SERGIO FERNANDO MORO (requerido);
- LUIS FELIPE CUNHA, CPF (requerido e doador da campanha);
- UZIEL SANTANA DOS SANTOS (titular da empresa Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia, e sócio da empresa Instituto Internacional De Pesquisa E Estudos Jurídicos Em Liberdades Civis Fundamentais Ltda., de nome fantasia Fcl Law & Trading);
- ANNA HELENA BARROSO PIRES SANTANA DOS SANTOS administradora da empresa Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia, e administradora da empresa Instituto Internacional De Pesquisa E Estudos Jurídicos Em Liberdades Civis Fundamentais Ltda., de nome fantasia Fcl Law & Trading);
- SÉRGIO ROBERTO VOSGERAU (sócio administrador da empresa Bella Ciao Assessoria Empresarial Ltda., e sócio administrador da empresa Vosgerau e Cunha Sociedade de Advogados, suspeitas de triangularem recursos);
- VOSGERAU E CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS (empresa do segundo requerido, suspeita de triangular recursos);
- VOSGERAU E CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS (empresa do segundo requerido, suspeita de triangular recursos);
- BONINI GUEDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (empresa de terceiro envolvido, suspeita de triangular recursos);
- BONINI GUEDES ADVOCACIA (empresa de terceiro envolvido, suspeita de triangular recursos);
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS JURÍDICOS EM LIBERDADES CIVIS FUNDAMENTAIS LTDA. ME, NOME FANTASIA FCL LAW & TRADING (empresa de terceiro envolvido, suspeita de triangular recursos);
- SANTANA SANTOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 30.573.135/0001-07 (empresa de terceiro envolvido, suspeita de triangular recursos).

Em complemento, requerem determinação para o fim de:



"OFICIAR o Banco Central do Brasil para que realize consulta o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), para a identificação das instituições financeiras nas quais as referidas pessoas naturais e jurídicas (investigadas) mantêm relacionamento, tais como contas correntes, contas de depósito à vista, de poupança, de investimento, de depósitos a prazo e outros bens, direitos e valores, diretamente ou por seus representantes legais ou procuradores, bem como em relações em conjunto com terceiros;

ORDENAR que as instituições financeiras envolvidas encaminhem os dados bancários no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento do comunicado da decisão judicial;

COMUNICAR, ainda, as instituições financeiras, com base nas Cartas Circulares BCB nº 3.290, de 05/09/2005, nº 3.461, de 24/07/2009 e nº 3.517, de 07/12/2010, para que informem os dados de origem e destino (CPF/CNPJ, nome, banco, agência e conta) das transações eletrônicas, assim como, cheques, saques, depósitos e quaisquer tipos de transferência de valores, inclusive, aquelas efetuadas mediante cheque, cheque administrativo, cheque ordem de pagamento e outros documentos compensáveis da mesma natureza, além do respectivo número do documento bancário (número do cheque, da transferência etc.) e demais informações que as instituições financeiras e cooperativas de crédito estão obrigadas a manter em seus arquivos;

Em relação ao afastamento do sigilo das pessoas físicas e jurídicas supramencionadas, SEJAM informados a esse E. Tribunal:

- 1. Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF (originais e todas as retificadoras);*
- 2. DOSSIÊ INTEGRADO completo (com todas as bases de dados, inclusive a DIRPF com extrato de pessoa física, DOI e outras, ainda que sejam fornecidas também de forma avulsa);*
- 3. “e-Financeira” completa, com todos os tipos de contas que tenham qualquer vínculo com as pessoas físicas objeto da quebra;*
- 4. Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) integral, desde 1980 até o mês em curso;*
- 5. Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME); e6. Declaração de Operações com Criptoativos;*



Relação de notas fiscais eletrônicas (NF-e), emitidas no período do afastamento do sigilo fiscal, em que figurem as pessoas físicas e jurídicas relacionadas como partes;

Cópia integral de eventuais autos de infrações expedidos pela RFB em relação a quaisquer das pessoas físicas relacionadas, quando os fatos geradores se enquadrem nos períodos de afastamento do sigilo".

A respeito das justificativas acerca da necessidade e utilidade de cada uma das provas pretendidas, o investigante sustenta que:

Quanto ao pedido de quebra de sigilo fiscal e bancário, do período de 01.11.2021 a 02.11.2022,1 de todas as contas correntes, contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras pelas pessoas físicas e jurídicas indicadas é essencial para demonstrar ilícitos como a contabilidade paralela e a triangulação de recursos ocorridas durante antes e durante o pleito, pois as cifras ocultadas teriam se originado do desvio de dinheiro público (fundo partidário ou FEFC) na maior parte dos casos, e serve propósitos condenáveis, como a captação ilícita de sufrágio, a compra de apoio político, de candidatos de outros partidos ou de desistência de concorrentes;

Quanto aos requerimentos ao Banco Central do Brasil e às instituições financeiras, são necessários para viabilizar o recebimento das informações financeiras quando da quebra do sigilo, visando uma real análise das modalidades de triangulações financeiras, a fim de comprovar as declarações dos valores ora recebidos e repassados licitamente e não declarados na DIRPF, NF-e, DOI, eFinanceira, DME e até via Criptoativos, bem como possíveis infrações expedidos pela RFB e, assim, todos esses relatórios e documentos serviriam de base de cruzamento de informações para comprovar os ilícitos advindos das triangulações e utilizações indevidas de verbas públicas.

Argumenta que faz jus o deferimento da produção das provas requeridas, principalmente aquelas em posse de terceiros, no período que abrange os fatos sob investigação, ou seja, de 11 de novembro de 2021 (data de filiação do primeiro requerido ao partido Podemos, e data a partir da qual os terceiros envolvidos passaram a ser contratados pela referida agremiação para realização de serviços de natureza eleitoral), até a data de 2 de outubro de 2022 (data da eleição, a partir da qual os contratos e dados requeridos cessam a relação com o objeto da presente demanda).

Acrescenta que, muito embora tenha o autor apresentado provas concretas quanto a grande parte dos fatos narrados, é certo que em razão dos sigilos bancários e fiscais, bem como de simulações que permeiam quase todas as operações financeiras ilícitas, não se possui acesso a todas as operações envolvendo os agentes políticos partes na ação, bem como, muito menos, os terceiros mencionado e que, presentes os indícios de materialidade de triangulação de recursos, financiamento e gasto não contabilizado de campanha eleitoral e corrupção na mudança de legenda e desistência de cargo, além de indícios suficientes da autoria, há fundadas razões a autorizar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telemático dos agentes envolvidos, além de busca e apreensão, mostrando-se necessária a medida para apreender ou descobrir objetos e elementos de convicção necessários à prova, cujos indícios apontariam para a possível ocorrência dos delitos eleitorais e, se comprovados, penais, caracterizando-se inclusive a formação de organização criminosa e lavagem de dinheiro, assentando o *fumus commissi delicti*.

Por sua vez, na **AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000**, o investigante pontua que *“Em caso de insubsistentes, insuficientes, contraditórios ou omissos os documentos e justificativas*



apresentadas pelos INVESTIGADOS e terceiros após determinação por este Relator, requer-se desde já, em cumprimento ao ônus estabelecido pelo caput do art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos INVESTIGADOS e dos demais envolvidos nos fatos, de modo a garantir a plena apuração dos fatos relatados”.

Instada a justificar tal pedido, a Federação investigante aduz que, sendo um pedido subsidiário, a sua delimitação ocorreria após a produção probatória inicial, afinal, não faria sentido já trazer todas as suas especificidades se a pretensão da diligência seria posterior e vinculada aos documentos apresentados inicialmente, sendo que o que se pretende neste momento é a colheita de provas públicas e afetas à movimentação financeira de pré-campanha dos Investigados. Isto é, após a notificação dos partidos e terceiros envolvidos para que apresentem os documentos e esclarecimentos pertinentes aos autos, de modo a dar a devida transparência às movimentações financeiras de pré-campanha dos investigados, é que caberá eventual quebra dos sigilos pleiteada.

Acrescenta que, após realizadas tais diligências, caso sejam insubsistentes, insuficientes, contraditórios ou omissos os documentos e justificativas apresentadas pelos INVESTIGADOS e terceiros após determinação por este Exmo. Relator, a INVESTIGANTE pugna por uma segunda fase da investigação judicial, consistente na quebra dos sigilos fiscal e bancário dos INVESTIGADOS e dos demais envolvidos nos fatos, de modo a garantir a plena apuração dos fatos relatado, informando-se que o período temporal almejado para realização da quebra dos referidos sigilos é de novembro de 1º de novembro de 2021 à 1º de novembro de 2022, balizado a partir da filiação de SÉRGIO MORO ao Podemos até o término da campanha eleitoral. O objetivo de tal diligência visa averiguar: (i) doação recebida de Eduardo Girão; (ii) custeamento de despesas pessoais utilizando o Fundo Partidário; (iii) triangulação entre Podemos, União Brasil, SÉRGIO MORO e LUIS FELIPE CUNHA; e (iv) gastos ilícitos durante a pré-campanha de MORO.

Em ambas as ações, os investigados alegam, em preliminar, a absoluta insubsistência de elementos bastantes a justificar o deferimento pela determinação da quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático dos INVESTIGADOS, pois as imputações apresentadas pelo INVESTIGANTE não possuem lastro suficiente sequer à verificação da existência de indícios da prática das condutas em apuração, já que se baseiam apenas em matérias jornalísticas apresentadas de forma descontextualizada, enviesadas e sem o necessário aprofundamento fático, demonstrando-se desnecessária a produção das provas pretendidas neste particular.

Argumentam aplicar ao caso o teor do artigo 370, parágrafo único do CPC e que os pedidos formulados pela busca e apreensão e quebra de sigilos são genéricos, sem delimitação temporal dos dados e documentos atingidos, bem como a discriminação específica de quais documentos e dados devem ser objeto das diligências.

A propósito, em que pesem as muitas justificativas dadas, é certo que adoção das drásticas medidas solicitadas só encontraria amparo em efetivo indício concreto da existência das irregularidades apontadas, de sorte a justificar que sejam excepcionadas as proteções constitucionais afetas à intimidade (art. 5º, incs. X e XII, da CF).

Não é o caso, inclusive porque não se indicou qualquer matéria fática incontroversa, tanto que formulados inúmeros pedidos de produção de provas, em especial a documental, com informações a serem requeridas de terceiros, provas que, se existentes e entranhadas nos autos, por sua vez, já podem alcançar o objetivo postulado, ou fornecer elementos concretos que permitam avançar na análise das quebras referidas, sem necessidade de que se violem desde logo direitos fundamentais.

Para corroborar, registre-se que na própria **AIJE 0604298-64.2022.6.16.0000** se condiciona a adoção das medidas extremas em caso de insubsistentes, insuficientes, contraditórios ou omissos os documentos e justificativas apresentadas pelos INVESTIGADOS e



terceiros após determinação deste Relator (em relação à prova documental e requisição de informações).

Note-se que se pede busca e apreensão de aparelhos eletrônicos, como celulares e computadores, visando quebra de sigilo telemático, além da quebra de sigilos fiscais e bancários, medidas que, reitere-se, são de *ultima ratio*, adotadas, inclusive, quando nenhum outro meio de prova se mostra possível para o deslinde do ponto controvertido.

Como já decidiu esta Corte Eleitoral, com base em entendimento do C. TSE:

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO CAUTELAR. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. BUSCA E APREENSÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DE BENS EM ANO DE ELEIÇÃO. CONDUTA VEDADA. ABUSO DO PODER ECONÔMICO - INDÍCIOS FORTES. APREENSÃO DE CELULAR DE TERCEIRO. INVIOABILIDADE DA COMUNICAÇÃO. INEXISTÊNCIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O colendo Tribunal Superior Eleitoral possui entendimento segundo o qual '(...) **a presença de indícios de materialidade e autoria do delito, somada à necessidade de aprofundamento das investigações, autorizam o juízo a determinar a medida cautelar de busca e apreensão**' (AgR-RHC nº 320-79/MT, rel. designado Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, julgado em 19.9.2017, DJe 18.10.2017). (...) (Ação Cautelar nº 06000611920206160012, Acórdão de , Relator(a) Des. Fernando Quadros Da Silva_2, Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo DJE, Data 26/05/2021).

Embora, não em matéria eleitoral, já decidiu o STJ, a respeito da quebra do sigilo bancário, com menção ao entendimento do STF:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LAVAGEM DE DINHEIRO. APURAÇÃO. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. LEGALIDADE DA MEDIDA . PLEITO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. DEPÓSITO EM DINHEIRO EM CONTA DE ESPOSA DE DENUNCIADO. SUPOSTO DESVIO DE VERBAS DA EBCT EM FAVOR DO HOSPITAL BALBINO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. A despeito de constituir garantia constitucional individual, identificada como cláusula pétrea, a jurisprudência é uníssona em reconhecer, também, que a intimidade e a privacidade das pessoas têm, como um de seus corolários, a proteção ao sigilo de dados bancários e fiscais, não constituindo, entretanto, direitos absolutos, podendo sofrer restrições, quando presentes os requisitos exigidos pela Constituição (art. 5º, inciso XII) e pela Lei. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem entendido que a autorização do afastamento do bancário deverá indicar, mediante fundamentos idôneos, a pertinência temática, a necessidade da medida, "que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova" e "existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período" (MS 25812 MC, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, publicado em DJ 23-2-2006). 3. Depreende-se, portanto, que os requisitos para a decretação da quebra de sigilo bancário podem ser resumidos em: (1) demonstração de indícios de



existência de delito; (2) demonstração da necessidade/imprescindibilidade da medida para obtenção de prova da autoria e/ou materialidade do delito; (3) indicação da pertinência temática entre as informações obtidas e a natureza do delito; (4) delimitação dos sujeitos titulares dos dados a serem investigados e do lapso temporal abrangido pela ordem de ruptura dos registros sigilosos mantidos por instituição financeira. 4. (...). (RHC 78.162/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe de 10/12/2018) - grifei.

Seguindo essa mesma esteira, em matéria eleitoral, decidiu recentemente o Egrégio Tribunal Superior Eleitoral:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. WHATSAPP. DISPARO DE MENSAGENS EM MASSA. NOTÍCIAS FALSAS (FAKE NEWS). MATÉRIAS JORNALÍSTICAS. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. ACUSAÇÃO AMPARADA EM CONJECTURAS. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS A VINCULAR A CAMPANHA ELEITORAL AOS SUPOSTOS DISPAROS. IMPROCEDÊNCIA.1. Os representados são acusados de (i) contratarem empresas especializadas em marketing digital para procederem ao disparo de mensagens com conteúdo falso via WhatsApp contra os oponentes da chapa de Jair Bolsonaro nas eleições 2018, em especial os candidatos do PT e do PDT; (ii) utilizarem indevidamente perfis falsos para propaganda eleitoral (uso indevido dos meios de comunicação); (iii) comprarem cadastros de usuários irregularmente; (iv) montarem uma estrutura piramidal de comunicação, com emprego de robôs e de números de telefone estrangeiros; (v) realizarem e receberem doação de pessoa jurídica e (vi) praticarem abuso de poder econômico.

(...).

PEDIDOS DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E DE QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL DOS REPRESENTADOS. COMPARTILHAMENTO DE PROVAS. PLEITOS NEGADOS. 13. **É pacífico que o afastamento de qualquer tipo de sigilo requer fundamentos idôneos, pertinência temática, limitação temporal e absoluta imprescindibilidade da medida, além da inexistência de outros meios de obtenção da prova. Precedentes.**14. Não se consideram fundamento idôneo para fins de justificar a quebra de sigilos protegidos constitucionalmente matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação (TSE, AIJE nº 060196965/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 8.5.2020; e STF, Pet-AgR nº 2.805/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Nelson Jobim, DJ 27.2.2004). (...) (Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 060178257, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 44, Data 11/03/2021, Página 0).



Por sua precisão, cabe a reprodução dos argumentos da Procuradoria Regional Eleitoral nessa mesma linha:

"(...)

Em sentido semelhante à fundamentação expendida quanto ao pedido de exibição de documentos em poder de terceiros, à qual se reporta por brevidade, a abrangência do pedido de busca e apreensão veiculado obsta a adequada análise da pertinência da diligência.

A motivação apresentada pelo Partido Liberal para a necessidade da adoção da medida é a de que estariam presentes provas "contundentes" da prática de ilícitos e que a medida seria indispensável para "apreender ou descobrir objetos e elementos de convicção necessários à prova" (id. 43557701). Acrescentou, ainda "O seu indeferimento pode fazer com que a prova da materialidade dos crimes investigados se perca pelo desaparecimento de seus indícios. Por outro lado, acaso nada de ilícito seja encontrado nos dados, aparelhos e locais, tem-se que os envolvidos sofrerão um inconveniente suportável, especialmente quando a razoabilidade indicar que a medida é essencial ao atendimento do interesse público, em resguardo aos direitos da sociedade como um todo".

Da análise dos argumentos trazidos pelo investigador a lastrear o seu pedido de busca e apreensão, observa-se que não houve a demonstração da indispensabilidade de tal medida invasiva, especialmente diante da ausência de apresentação de justificativa plausível para a insuficiência dos dados e documentos já publicamente disponibilizados via DivulgaSPCA e prestação de contas. Não houve o cotejo de tais documentos já disponíveis com indicação precisa do que se pretende buscar e apreender para fins de demonstração da prática de eventual ilícito, nem mesmo quando instado a declinar especificamente a pertinência e necessidade da medida.

A busca e apreensão tem como requisitos norteadores a indispensabilidade (mediante demonstração concreta da insuficiência dos demais meios de prova) e a proporcionalidade (diante da invasão da esfera de privacidade dos cidadãos) da medida.

Veja-se que no presente caso o requerimento de busca e apreensão foi formulado sob grande amplitude, com o extenso prazo de validade de trinta dias, para que fossem apreendidos todos os "livros fiscais, notas fiscais, anotações, recibos e demais documentos relativos ao período objeto da investigação, relacionados com os fatos investigados, bem como aparelhos eletrônicos eventualmente apreendidos, em especial celulares e computadores".

Pretende-se inclusive a realização de busca e apreensão nos escritórios de advocacia Santana Santos Sociedade Individual de Advocacia, Gustavo Bonini Guedes Sociedade Individual de Advocacia e Vosgerau e Cunha



Advogados Associados, o que ganha contornos ainda mais estritos, em vista das prerrogativas da advocacia.

O sigilo profissional encontra-se assegurado na Constituição Federal, nos incisos XIII e XIV do artigo 5º, bem como no Código de Ética de Disciplina da OAB e pelo Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94).

Os Tribunais pátrios já assentaram o entendimento de que ao mesmo tempo que se está diante de direito não absoluto, podendo haver o seu afastamento, há o interesse público subjacente na garantia do sigilo profissional⁶. Sem a sua observância, o desempenho de suas funções restaria inviabilizado. A propósito: STJ - RMS: 67105 SP 2021/0253737-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 21/09/2021, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/11/2021.

Diante desse quadro, entende-se que não merece prosperar o pedido de busca e apreensão.

iii. Também não se deve acolher o pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático.

A proteção ao sigilo das informações bancárias (LC nº 105/01, art. 1º), fiscais (CTN, art. 198) e dos dados e das comunicações telefônicas e telemáticas (CR/88, art. 5º, XII), a despeito de estar vinculada a garantia constitucional individual identificada como cláusula pétrea, não possui natureza absoluta, podendo sofrer restrições, quando presentes os requisitos exigidos pela Constituição e pela Lei, de forma que é possível o afastamento de tais garantias por ordem judicial.

Cumpre enfatizar, contudo, que a autorização conferida ao Poder Judiciário para restrição do direito ao sigilo não é irrestrita. Em verdade,

‘a quebra do sigilo bancário e fiscal deverá observar, fundamentalmente, as balizas e limites impostos pelas peculiaridades do caso concreto, como elemento justificadores para decretação da medida, com observância da razoabilidade e da necessidade de sua decretação, em respeito à excepcionalidade que lhes é congênita. Não por menos, a jurisprudência dos tribunais superiores exige, para o deferimento da medida, a presença dos seguintes requisitos: a) demonstração de indícios de existência de ilícito e autoria; b) demonstração da necessidade do afastamento do sigilo; c) indicação da pertinência temática entre as informações a serem obtidas e a natureza do ilícito; d) delimitação dos sujeitos titulares dos dados a serem obtidos; e e) delimitação do lapso temporal abrangido pela ordem de ruptura dos registros sigilosos mantidos por instituição financeira e fiscal’.⁷

No que atine ao sigilo de dados armazenados em aparelhos eletrônicos, a jurisprudência caminha neste mesmo sentido, destacando a necessidade de prolação de decisão judicial fundamentada em indícios da ocorrência do ilícito e na indispensabilidade da medida: STF - HC 136503, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 04/04/2017, PROCESSO



ELETRÔNICO DJe-089 DIVULG 28-04-2017 PUBLIC 02-05-2017.

Aplicando tais considerações ao caso concreto, a conclusão pela inexistência de fundamentos legítimos para a quebra de sigilo é evidente. Tal medida invasiva não pode configurar instrumento indiscriminado de devassa da vida privada do investigado, devendo se pautar pela delimitação temporal e pela exatidão do que se pretende obter e para qual finalidade se destina, com a demonstração do respectivo nexos causal.

Neste estágio processual, o que se tem é a comprovação de: i) participação em eventos partidários e/ou relacionados à ideologia das agremiações às quais o atual senador era filiado, custeados pelos partidos políticos; ii) confecção de material midiático para a divulgação de posicionamentos e projetos políticos através das redes sociais e iii) a realização de pesquisa prévia de intenção de voto, também às expensas das agremiações, atos estes que são, em princípio, lícitos e expressamente autorizados pela Lei nº 9.504.

As alegações dos investigadores de que as despesas de pré-campanha seriam excessivas, acima das possibilidades dos candidatos médios e que a mudança de cargos para os quais o titular da chapa investigada intentava se candidatar teria tido o propósito de driblar paridade de armas entre os participantes do pleito não dependem de comprovação mediante quebras de sigilo.

A parte investigante não se desincumbiu de seu ônus de demonstrar a indispensabilidade da quebra dos sigilos fiscal, bancário e telemático, inclusive de terceiros estranhos ao pleito eleitoral, para a comprovação de sua versão dos fatos, já que existem diversos meios de prova (documental e testemunhal) ainda não esgotados.

Eis que não demonstrada a razoabilidade e a proporcionalidade de eventual decretação da quebra de sigilo, diligência cabível somente em casos excepcionais, o direito fundamental à privacidade dos investigados (e de terceiros estranhos ao feito) deve prevalecer.

Manifesta-se pelo indeferimento do pedido".

Portanto, diante desse cenário, **restam-se indeferidos, no momento, os pedidos de busca e apreensão e quebras de sigilo telemático, bancário e fiscal.**

7. Nestes termos, declaro saneado o feito, nos termos do art. 357 do Código de Processo Civil, devendo observar-se:

- A tramitação dos feitos na modalidade “100% digital”, na forma da fundamentação;**
- A reunião dos feitos, na forma da fundamentação.**



7.1. Rejeito a preliminar de ausência de formação de litisconsórcio passivo em ambos os feitos;

7.2 Rejeito a preliminar de inépcia da inicial na AIJE 0604176;

7.3. Em relação às provas pretendidas pelas partes:

a) Defiro a prova documental consistente nos documentos já juntados pelas partes;

b) Defiro, em parte, a requisição de informações e documentos, com a expedição de ofícios:

- Ao partido PODEMOS - órgão nacional, conforme requerido nas AIJEs 0604176 e 0604298;

- Ao partido PODEMOS - órgão estadual, conforme requerido na AIJE 0604298;

- À FUNDAÇÃO TRABALHISTA NACIONAL, conforme requerido na AIJE 0604176;

- Ao partido UNIÃO BRASIL órgão nacional, conforme requerido nas AIJE's 0604176 e 0604298;

- AO UNIÃO BRASIL órgão estadual - conforme requerido nas AIJE's 0604176 e 0604298;

- À FUNDAÇÃO ÍNDIGO – conforme requerido na AIJE 0604176.

Os respectivos ofícios deverão solicitar as informações, em relação ao conteúdo pretendido, na forma requerida (em especial, quanto ao período, indicado por um dos investigantes, de 11 de novembro de 2021 - data de filiação do primeiro requerido ao partido Podemos, e data a partir da qual os terceiros envolvidos passaram a ser contratados pela referida agremiação para realização de serviços de natureza eleitoral, até a data de 2 de outubro de 2022, data da eleição, a partir da qual os contratos e dados requeridos cessam a relação com o objeto da presente demanda).

Nos ofícios, deverá constar o prazo de 10 (dez) dias fixado para seu para atendimento e “não” deverá constar a observação “sob pena de busca e apreensão”, em que pese tenha sido requerida tal consequência pela Investigante na AIJE 0604176.

Em sendo o caso, os Investigantes deverão ser instados à indicação de endereços ou outras informações reputadas necessárias para o correto endereçamento e atendimento das solicitações.

c) Resta indeferido a requisição de documentos pretendida na AIJE 0604298, pretendida em face do Senador Eduardo Girão.

d) Restam indeferidos, no momento, os pedidos de busca e apreensão e quebras de sigilo telemático, bancário e fiscal, pretendidos em ambas as ações.

e) Resto indeferido o depoimento pessoal dos investigados, requerido na AIJE 0604176.

f) Após a produção inicial das provas documentais, serão adotadas as providências para a produção da prova testemunhal deferida, para a oitiva das testemunhas arroladas nas petições iniciais e contestações das duas ações, petições de aditamento da AIJE 0604298 e petição ID 43600593 AIJE 0604176.



g) **Desde logo, deverá ocorrer a expedição de ofício à emissora RPC - Rede Paranaense de Comunicação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe o responsável pela pesquisa mencionada na petição ID 43600593**, que teria sido veiculada junto à emissora na data do pleito, a fim de que esta pessoa, após identificada, possa ser ouvida como testemunha.

Intimem-se.

Autorizo a Senhora Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao fiel cumprimento da presente decisão.

Datado e assinado digitalmente.

Des. MARIO HELTON JORGE - Relator

